

Resolução nº 4/2023 – REITORIA – Laranjeiras do Sul

“Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real – Campus Laranjeiras do Sul”.

O Centro Universitário Campo Real, mantido pela UB Campo Real Educacional S/A, por intermédio da Reitoria, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

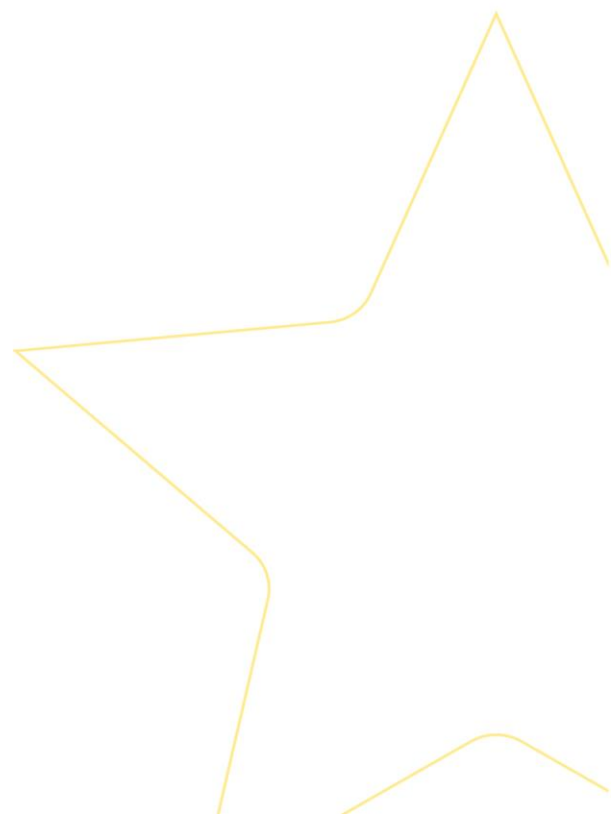
Art. 1º Aprovar Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real, Campus Laranjeiras do Sul.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Universitário Campo Real, 24 de fevereiro de 2023.



Prof. Edson Aires da Silva
Reitor





Centro Universitário Campo Real Campus Laranjeiras do Sul

Curso de Engenharia Agrônômica Projeto Pedagógico do Curso

Coordenação Geral de Elaboração

Prof. Edson Aires da Silva

Reitor da IES

NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso

Prof. Marcos Roberto Barbosa

Prof. Greice Daiane Redivo

Prof. Eliza Gralak

Prof. Mateus Cassol Tagliani

Prof. Augusto Fernandes

Redação e Organização: Prof. Coord. Ms. Mateus Cassol Tagliani

Laranjeiras do Sul-PR

2023

Lista de tabelas

Tabela 1. Base legal das IES	11
Tabela 2. Bairros distribuídos pela cidade de Laranjeiras do Sul.	19
Tabela 3. Municípios que fazem parte da Cantuquiriguaçu, população e distância destas em relação a Laranjeiras do Sul.	21
Tabela 4. Agronegócio em Laranjeiras do Sul.	26
Tabela 5. Produção de origem animal.	26
Tabela 6. Dados gerais do Centro Universitário Campo Real.	30
Tabela 7. Bases legais do curso.	30
Tabela 8. Infraestrutura disponível para implementação do curso.	31
Tabela 9. Competências e habilidades do egresso e disciplinas correlacionadas.	40
Tabela 10. Matriz Curricular e dimensionamento da carga horária por período.	59
Tabela 11. Atividades desempenhadas pelo aluno ao longo do curso.	64
Tabela 12. Ementário e bibliografias básicas e complementares.	64
Tabela 13. Integralização do curso.	133
Tabela 14. Empresas, Propriedades Agrícolas e Centrais de Estágios conveniadas para o campo do Estágio Curricular Supervisionado.	152
Tabela 15. Integrantes da CPA e Segmentos que Representam.	166
Tabela 16. Professores integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE).	172
Tabela 17. Titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE).	173
Tabela 18. Regime de trabalho do Núcleo Docente Estruturante (NDE).	173
Tabela 19. Formação do coordenador do curso	175
Tabela 20. Regime de Trabalho e a relação com o número de vagas e horas semanais dedicadas à coordenação.	176
Tabela 21. Titulação do corpo docente.	177
Tabela 22. Composição do corpo docente.	178
Tabela 23. Regime de trabalho do corpo docente.	180
Tabela 24. Experiência profissional do corpo docente.	180
Tabela 25. Percentual do corpo docente com experiência profissional fora do magistério superior.	181
Tabela 26. Percentual do corpo docente com experiência profissional no magistério superior.	182
Tabela 27. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica de todos os professores que compõe o colegiado do curso.	183



Lista de figuras

Figura 1. Foto aérea de Laranjeiras do Sul	16
Figura 2. Região da Cantuquiriguaçu.	22
Figura 3. Composição etária da população.	24
Figura 4. Número de CNPJs por área.	27

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	5
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	7
2.1 Histórico da mantenedora	7
2.1.1 Mantenedores	8
2.2 Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul	10
2.2.1 Base Legal da IES	10
2.2.2 Perfil e Missão da IES	10
2.2.3 Missão	12
2.2.4 Visão	12
2.2.5 Responsabilidade social da IES	13
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DE LARANJEIRAS DO SUL E REGIÃO	16
3.1 Localização Geográfica	16
3.3 Histórico e Contextualização socioeconômica de Laranjeiras do Sul e região	20
3.3.1 População	25
3.3.2 Economia	26
3.3.2.1 Principais agroindústrias	28
3.3.3 Plano Nacional da Educação: metas	28
3.3.4 População do ensino médio regional, taxa de matriculados no ensino médio e pirâmide etária regional	29
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	30
4.1 Dados Gerais	32
4.4 Responsabilidade social do curso	33
4.5 Formas de acesso ao curso	34
5 DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO/PEDAGÓGICA	37
5.1 Missão institucional	37
5.2 Objetivos do curso	37
5.2.1 Objetivo geral	39
5.2.2 Objetivos específicos	39
5.3 Perfil do egresso	40
5.3.1 Competências e habilidades do egresso	41
5.3.2 Aptidões do egresso	46
5.4 Metodologia de ensino	48
5.4.1 Aulas teóricas	50
5.4.2 Aulas práticas	52
5.4.3 Viagens Técnicas	53
6. Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's	53
7. Programa Institucional de Iniciação Científica	55
8. Programa de Monitoria	57
9. Incentivo às atividades de extensão	59

11 ESTRUTURA CURRICULAR	61
11.1 Matriz Curricular e dimensionamento da carga horária por período	62
11.2 Ementário e bibliografia	62
11.3 Educação em Direitos Humanos	111
11.4.1 Infraestrutura de acessibilidade física	115
11.4.2 Acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações	120
11.4.3 Atendimento a portadores de necessidades especiais	122
11.4.4 Recursos para pessoas com necessidades especiais de natureza física	122
11.4.5 Adaptabilidade para portadores de deficiência visual	123
11.4.6 Adaptabilidade para portadores de deficiência auditiva	125
11.4.7 Direitos da Pessoa com transtorno do Espectro Autista	126
11.5 Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.	128
11.6 Políticas de Educação Ambiental	129
11.6.1 Elaboração e execução de projetos	131
12 REGIME ESCOLAR	133
12.1 Integralização do curso	133
12.2 Sistema de avaliação	133
12.2.1 Reprovação	140
13 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	141
14 APOIO AO DISCENTE	147
14.1 Apoio financeiro	147
14.2 Mecanismos de nivelamento	148
14.2.1 Programa de Equivalência/Adaptação	149
14.3 Orientação acadêmica – Apoio pedagógico	149
14.4 Atendimento ao acadêmico – Acompanhamento psicopedagógico	150
14.4.1 Da caracterização	150
14.4.2 Estrutura	150
14.4.3 Das atribuições gerais	151
14.4.4 Das atribuições específicas	151
14.5 Pós – graduação	152
15 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	152
15.1 Regimento do Estágio Curricular Supervisionado	156
16 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	169
16.1 Comissão própria de avaliação (CPA)	170
16.2 Sistema de auto avaliação institucional	171
17 DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL	176
17.1 Núcleo docente estruturante (NDE)	176
17.2 Atuação do coordenador	179
17.2.1 Participação efetiva da coordenação do curso	180



17.2.2	Formação do coordenador do curso	181
17.2.3	Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador	181
17.2.4	Regime de trabalho do coordenador do curso	181
17.3	Titulação do corpo docente do curso	182
17.4	Titulação do corpo docente do curso – Percentual de Doutores	183
17.4.1	Composição do corpo docente	183
17.5	Regime de trabalho do corpo docente do curso	185
17.6	Experiência profissional do corpo docente	185
17.7	Experiência de magistério superior do corpo docente	187
17.8	Funcionamento do colegiado do curso	187
17.9	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	188
18	DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA	189
18.1	Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI	189
18.2	Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	189
18.3	Sala de professores	189
18.4	Salas de aula	189
18.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática	190
18.6	Biblioteca	191
18.6.1	Corpo técnico da biblioteca	198
18.6.2	Acervo	198
18.6.2.1	Política Institucional de Atualização do Acervo	198
18.6.3	Bibliografia básica	199
18.6.4	Bibliografia complementar	200
18.6.5	Periódicos especializados	200
18.7	Laboratórios	203
18.7.1	Laboratórios didáticos de formação básica.	204
18.7.2	Laboratórios didáticos de formação específica	204
18.7.3	Laboratório de Química e Bioquímica	205
18.7.4	Laboratório de Biologia Celular e Entomologia	205
18.7.5	Laboratório de Desenho	206
18.7.6	Laboratório de Anatomia Animal	207
18.7.7	Laboratório de Microbiologia e Análises Clínicas	207
18.7.8	Outras estruturas físicas	207
18.8	Secretaria	209
18.9	Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	210
	Adaptabilidade para portadores de deficiência visual	218
	19 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP	219



1 APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso é um documento teórico-prático de referência para a avaliação do trabalho de dirigentes, coordenadores, educadores e funcionários de uma instituição escolar ou de um curso, com **função avaliadora** da prática educativa de um curso.

O Projeto Pedagógico define a identidade educativa, formativa e distintiva de uma instituição ou de um curso, **explicitando a política educacional** que é desenvolvida, definindo um conjunto de orientações estratégicas para a prática pedagógica. Assim, a concepção do Projeto Pedagógico, aqui posta, é de entendê-lo como **elemento articulador das ações da prática pedagógica**, que é construído todos os dias.

Ao integrar, na sua estrutura, a identificação da política educacional, a avaliação da prática educativa e a articulação das ações pedagógicas na instituição escolar, o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônoma do Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul assume uma função política que atribui à Educação um papel integrante e participante do processo de desenvolvimento social.

O Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônoma do Centro Universitário Campo Real estabelece os princípios norteadores, os objetivos, o perfil profissional e as áreas de atuação do profissional egresso. Assim como ressalta aspectos envolvendo o corpo docente, as estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem e estrutura curricular flexibilizada oferecida aos acadêmicos, bem como o levantamento dos recursos humanos e materiais necessários para a formação de futuros profissionais.

A construção deste Projeto Pedagógico de Curso – PPC segue as recomendações contidas nas Referências para Elaboração de Projetos Pedagógicos, documento formulado por ocasião do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, em outubro de 1999 em Curitiba – PR, considerando os princípios fixados pelos pareceres CNE/CES nos 776/97, 583/2001 e 67/2003, bem como considerando o que consta do Parecer CNE/CES nº 306/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação em Engenharia Agrônoma e também, atende à Resolução CNE/CES nº 02/2007 que estabelece as cargas horárias mínimas e



procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados na modalidade presencial. Este Projeto está em consonância com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional e com o PPI – Projeto Pedagógico Institucional.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

2.1 Histórico da mantenedora

A UB – Campo Real Educacional S.A é uma Sociedade Mercantil por ações, registrada junto ao Ministério da Fazenda sob número 03.291.761/0001-38, com sede e foro na cidade de Laranjeiras do Sul no Estado do Paraná, constituída por educadores e empresários com fortes vínculos afetivos, familiares e profissionais com Laranjeiras do Sul; estando perfeitamente integrada à realidade social deste município e sua região de influência.

A partir da observação atenta do quadro educacional de Laranjeiras do Sul e região, identificou-se a urgente necessidade de ampliar-se as opções de ensino superior que, até então, contava com a Universidade Estadual do Centro Oeste e a Universidade Federal Fronteira Sul, a qual, solitariamente não atendia a demanda dos interesses sócio-econômicos da região.

Dada a escassez de oportunidades que se apresentavam aos cidadãos de Laranjeiras do Sul e aos dos municípios limítrofes em relação aos cursos superiores, dirigiam-se estes até a capital do estado (mesmo a outros estados), a fim de realizarem cursos de graduação que correspondem às suas expectativas profissionais. Tal prática, no entanto, passou a ser revista a partir do momento em que a cidade veio a oferecer outras opções no âmbito do Ensino Superior, com cursos que falam diretamente aos interesses da comunidade local e regional.

Dessa forma, o Centro Universitário Campo Real, nasceu nesse contexto, com o objetivo central de transformar Laranjeiras do Sul e região em um centro de ensino superior de excelência.



2.1.1 Mantenedores

Wilson Ramos Filho

Formação:

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR

Atividades Profissionais:

- Professor do Mestrado em Direito nas Faculdades Integradas do Brasil (UniBrasil)
- Professor no Master II e no Doctorado en Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo na Universidad Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha)
- Advogado do Escritório Defesa da Classe Trabalhadora
- Desenvolveu, sob a direção do Prof. Dr. Michael Löwy, pesquisa em pós-doutorado na École de Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, França, durante os anos de 2008 e 2009

Antonio Cezar Ribas Pacheco (Presidente da Mantenedora)

Formação:

Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Atividades Profissionais:

Funcionário da Secretaria de Estado da Fazenda (Curitiba-PR)

Diretor do Departamento de Licitações e Contratos do Município de Guarapuava

Secretário Municipal da Fazenda do Município de Guarapuava

Secretário Municipal da Administração do Município de Guarapuava

Diretor Administrativo e Financeiro do DETRAN – Paraná

Diretor Geral do DETRAN – Paraná.

Provedor do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo em Guarapuava-Pr

Membro do COPAE – Conselho Paroquiano para Assusntos Econômicos

Advogado sócio do Escritório Ribas Pacheco Advogados Associados

Clèmerson Merlin Clève**Formação:**

Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná;

Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina;

Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP; Pós-Graduado pela *Université Catholique de Louvain – Belgique*.

Atividade Docente:

Professor Titular da Faculdade de Direito da UFPr. (Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado)

Atividade profissional:

Ex-Procurador da República

Procurador do Estado do Paraná

Advogado militante em Curitiba atuando na área do Direito Público



2.2 Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul

2.2.1 Base Legal da IES

Tabela 1. Base legal das IES

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR					
NOME		CNPJ		E-mail	
Centro Universitário Campo Real		03291761/0001-38		camporeal@camporeal.edu.br	
Credenciada		Portaria MEC nº 518 de 09/05/2012			
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO					
Logradouro		Número		Bairro	Complemento
Cidade	UF	CEP	Fone	Fax	

2.2.2 Perfil e Missão da IES

O **Centro Universitário Campo Real**, com limite territorial de atuação circunscrito ao Município de Guarapuava, no Estado do Paraná, resulta da unificação, sob ato nº 601 de 27 de agosto de 2008 publicado no Diário Oficial da União, das Faculdades: de Direito de Guarapuava credenciada pela portaria nº 1.311, de 23 de agosto de 2000, de Ciências Sociais Aplicadas do Cescareli credenciada pela portaria 464, de 15 de março de 2001 e de Ciências Biológicas e da Saúde do Cescareli credenciada pela portaria 1.176, de 05 de dezembro de 2007, compõe uma Instituição de Ensino Superior particular, que era mantida pelo Complexo de Ensino Superior Campo Real Ltda. – CESCARELI e em 21 de setembro de 2009, passou a ser mantida pela **UB - Campo Real Educacional S.A.**

Considerando a Portaria MEC nº 718 de 27 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 30 de julho de 2018, que credencia o Centro Universitário Campo



Real por transformação da Faculdade Campo Real, a instituição recebe um novo patamar educacional, sendo o primeiro Centro Universitário da região de Guarapuava, ganhando mais autonomia perante o MEC.

O objetivo central do Centro Universitário Campo Real é formar profissionais com intelecto qualificado, cujos conhecimentos e habilidades técnicas venham a representar a vantagem competitiva necessária aos profissionais da contemporaneidade. Nesse sentido, a IES atenta para o desenvolvimento dos três pilares fundamentais da educação superior - ensino, iniciação à pesquisa e extensão - de modo a oportunizar aos seus acadêmicos um ensino inovador, desencadeador da pesquisa investigativa e também a vinculação da instituição com a comunidade, no sentido de estreitar as relações entre seu quadro docente e discente e a comunidade da cidade e da região. Para tanto, as estratégias utilizadas são: o incentivo à constante atualização e titulação dos docentes, o estímulo à pesquisa acadêmica, atividades extracurriculares e a promoção de eventos de extensão de caráter sócio cultural com o objetivo de promover a integração da instituição com a comunidade.

O Centro Universitário Campo Real tem como premissa sua inserção na comunidade de Laranjeiras do Sul e região por meio da qualidade de seus cursos e aplicação de seu corpo docente em atividades de iniciação à pesquisa e extensão, com orientação dos esforços para a construção de uma cidadania plena. O Centro Universitário tem como objetivo o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico das comunidades regionais, com especial atenção para as vocações próprias dos municípios atingidos pela ação direta da IES.

O Centro Universitário Campo Real, embora com apenas 20 anos de existência já possui como diferencial e excelência nos cursos hoje em funcionamento, 18 cursos de graduação: Direito, Administração, Ciências Contábeis, Arquitetura e Urbanismo, Publicidade e Propaganda, Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Medicina, Biomedicina, Medicina Veterinária, Engenharia Agrônoma, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia de Software e Engenharia de Produção.

O corpo dirigente, docente e técnico administrativo do Centro Universitário Campo Real concentra-se na busca permanente de qualidade no desempenho de suas



funções, com vistas a propor um projeto político pedagógico de curso, que objetiva qualidade na formação dos alunos e egressos e dos serviços prestados à sociedade. Destaca-se, o empenho e esforço em desenvolver uma estrutura curricular do Curso de Engenharia Agrônômica que atenda aos critérios de qualificação estabelecidos pelo Ministério de Educação e Cultura e do Conselho Nacional de Educação.

2.2.3 Missão

i.

Formar pela excelência no Ensino, Iniciação à Pesquisa e Extensão profissionais com sólidos princípios éticos e valores humanos, com espírito inovador que atendam às demandas das comunidades locais e aos desafios globais.

2.2.4 Visão

Ser reconhecida como uma Instituição de Ensino Superior de referência local, regional e nacional pela/o:

- Qualidade e compromisso do corpo docente;
- Consolidação das atividades de extensão;
- Qualidade da oferta do ensino presencial;
- Bem estar e satisfação da comunidade interna;
- Qualidade da gestão acadêmica e administrativa;
- Promoção e apoio às atividades de iniciação científica e de iniciação à pesquisa;
- Compromisso social de inclusão;
- Processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho;
- Promoção da extensão aberta à participação da população, com vistas à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica realizadas na IES;
- Compromisso e relacionamento permanente com os egressos, incentivando a educação continuada;

- Respeito dos valores éticos, étnico raciais e promoção de condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, promovendo a acessibilidade física e pedagógica.
- Educação para convivência baseada na tolerância, no respeito mútuo, na dignidade humana, na ética, na igualdade de direitos, na ausência de preconceitos, na educação em Direitos Humanos.;

2.2.5 Responsabilidade social da IES

O Centro Universitário Campo Real, pauta-se na escolha dos cursos que oferece pelos critérios da demanda social, representada pelas oportunidades de ocupação que a Sociedade apresente e venha a apresentar aos profissionais a serem formados, mas prioritariamente considera a real necessidade que a Sociedade venha a ter do trabalho destes profissionais.

A IES objetiva a formação de profissionais tecnicamente e politicamente competentes para atuar nas diversas áreas em que propõe seus cursos, com compreensão ampla, consistente e crítica dos saberes que compõem as suas profissões. Busca formá-los com visão humanística e consciência da importância do papel social, político, cultural e econômico que lhes caberá desempenhar em sua comunidade.

Diante do processo de reestruturação produtiva e de redefinição das relações de trabalho, importa à IES formar profissionais que sejam, também, agentes de transformação que compreendam a precedência da dignidade humana sobre a produtividade, o consumo ou o lucro preocupando-se principalmente com a migração em crescente número dos pequenos produtores do campo para a cidade, os quais abandonam ou relegam a segundo plano sua condição de pequenos produtores, tanto pela falta de investimentos, ou pela falta de preparo técnico para que possam gerenciar suas propriedades, manter a sanidade dos animais e cultivares, além de terem ciência da qualidade daquilo que produzem para sua subsistência ou a correta comercialização.

A IES entra nesse processo estendendo suas atividades de aula a atividades de gerenciamento e formação de profissionais capacitados que possam tornar mais produtivas com qualidade e custo razoável das propriedades dos considerados

pequenos produtores, os quais muitas vezes são responsáveis por boa parte da produção local e nem sempre são valorizados por isso.

Os cursos oferecidos visam ainda, formar um profissional que alie à compreensão dos fundamentos científicos uma visão global da sociedade moderna em seu contexto atual e suas perspectivas de futuro. O perfil desejado é, portanto, de um profissional atento às novas tecnologias que existem ou venham a existir em suas áreas de atuação e que sejam aplicáveis em nossa região, estando estes capacitados também para atuar em regiões onde possam desenvolver sua profissão após a graduação tendo o preparo ético e intelectual e o incentivo da IES para trabalhar com o título obtido, bem como, de aperfeiçoar-se em cursos de Pós graduação não deixando nada a desejar a profissionais de outras instituições.

Por fim, a formação dos profissionais deve envolver não apenas competência técnica, mas também, sólidos princípios filosóficos e éticos. É a ética, a reflexão filosófica, o senso de justiça e responsabilidade social que concede o caráter humano à práxis, ao trabalho e ao agir profissional.

O Centro Universitário Campo Real, consciente de que a ética constitui a base da responsabilidade social, exerce a gestão educacional para tornar-se parte da construção de uma sociedade sustentável e justa. O estabelecimento de padrões éticos de relacionamento com docentes, discentes, funcionários, fornecedores, parceiros, comunidade, poder público e com o meio ambiente é meta prioritária e está expressa nos princípios e valores da instituição.

Assim, desenvolve as seguintes políticas de Responsabilidade Social e desenvolvimento de seus marcos legais:

- ✓ Fomento ao respeito às responsabilidades legais, transparência administrativa e conduta ética;
- ✓ Produção de informação sobre Responsabilidade Social, comprometendo a instituição perante a comunidade com este tema;
- ✓ Implantação e manutenção de políticas de Inclusão Social;
- ✓ Conscientização no ambiente de trabalho sobre a Responsabilidade Social, entre docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo;



- ✓ Incentivo ao uso de materiais recicláveis e/ou reciclados no ambiente de trabalho, despertando assim sua conscientização ambiental, sendo estes elementos humanos que irão difundir conhecimentos para essa consciência ambiental;
- ✓ Intercâmbio com entidades nacionais e internacionais expressivas no tema Responsabilidade Social e
- ✓ Respeitar e primar pelo bem-estar animal em todas as suas vertentes relacionadas ao ensino, iniciação à pesquisa e extensão.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DE LARANJEIRAS DO SUL E REGIÃO

3.1 Localização Geográfica

O Município de Laranjeiras do Sul, Paraná, sede do Campus, conta com 32.732 habitantes, sendo cerca de 81,34% desta população urbana; e 18,66% população rural (IBGE, 2021). A taxa anual de crescimento (TAC) do município é de 3,0% e o PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 289.793.300,000 e o PIB per capita de R\$ 24.626,80 (IBGE, 2010). Está localizada a 316 km de Curitiba, que é a capital do estado, bem como a 110 km de Guarapuava, município com aeroporto em atividade e com voos regulares.



Figura 1. Foto aérea de Laranjeiras do Sul

Fonte: Prefeitura Municipal, 2022.

Foi território Federal do Iguçu de 1943 a 1946, tendo a emancipação da sua área doze novos municípios: Guaraniaçu, Campo Bonito, Diamante do Sul, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguçu, Espigão Alto do Iguçu, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguçu, Virmond, Ibema e Porto Barreiro, que são municípios limítrofes, próximos com uma distância média de 28 Km do centro de Laranjeiras do Sul.

Até meados do século XVIII, a imensa região entre a Vila de Guarapuava e a Colônia Militar de Foz do Iguçu era um inóspito sertão habitado pelo povo Kaingang. O nome do município vem da palavra Kaingang, Nerinhê que significa laranja. O complemento “do Sul” foi acrescentado para diferenciar a localidade de outras já existentes com o mesmo nome.

Em 1853, ano em que o Paraná se desmembrou de São Paulo, foi expedido o primeiro documento de propriedade de terras, entre os proprietários José Nogueira do Amaral e Domingos Floriano Machado. A localidade onde hoje se situa Laranjeiras do Sul



começa a conquistar sua própria identidade com a criação do Distrito Policial pela Lei Estadual 185, de 25 de abril de 1898.

Em 1901, foi instalada a Colônia Militar Mallet, tendo à frente o 1º Batalhão de Engenharia sob o comando do Capitão Félix Fleury, com o objetivo de construir a linha telegráfica, desde Guarapuava até Foz do Iguaçu. O telégrafo foi o nosso primeiro meio de comunicação.

Em agosto de 1911, por ato do Congresso Legislativo do Estado do Paraná, foi criado o Distrito Judiciário de Laranjeiras. Antes, para se expedir qualquer documento, como certidões de nascimento, casamento ou óbito, era necessário o morador se dirigir até o Distrito mais próximo, que se localiza em Goioxim.

No dia 24 de novembro de 1933, foi criada a Paróquia Sant`Ana, pelo Decreto nº IV, assinado pelo Bispo Diocesano Dom Antônio Mazzarotto, da Diocese de Ponta Grossa. O instituto Santa Ana foi fundado em 1938 e, como escola que preparava normalistas, chegou a ser referência interestadual, possuindo entre suas alunas, moças oriundas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O primeiro educador foi o professor Aluísio Mayer, austríaco, naturalizado brasileiro que aqui teria chegado em 1912. Teve entre seus alunos, Alcindo Natel de Camargo que viria a ser o primeiro prefeito de Laranjeiras do Sul. Aluísio Mayer tem seu nome perpetuado, como patrono de uma das maiores escolas municipais do município de Laranjeiras do Sul.

Camargo Junior (2011) relata que após alterações no cenário político, no ano de 1930, a questão da ocupação de terras volta à tona e a preocupação em proteger as fronteiras, a fim de evitar uma possível ocupação por parte da Argentina e Paraguai. Em 13 de setembro de 1943 foi criado o Território Federal do Iguaçu e a sua capital instalada em Foz do Iguaçu. Em 31 de maio de 1944, o decreto nº 6.550, definia que a capital seria transferida para Iguaçu, ex-vila Laranjeiras e ex-vila Xagu. A capital do território foi aqui instalada no dia 7 de setembro de 1944.

Segundo Lopes (2004), é no contexto da "Marcha para o Oeste" e do projeto de nacionalização de fronteiras do governo Vargas que visava facilitar e viabilizar a ocupação dos espaços vazios do Oeste e Sudoeste do Paraná, além do Oeste de Santa Catarina, que, segundo o entendimento do governo e dos técnicos e estudiosos

que lhe davam sustentação teórica, estavam sujeitos a riscos de ocupação por parte de estrangeiros. Embora não se tratasse de um perigo de invasão propriamente dito por parte dos países vizinhos, entendia-se que o perigo se dava, sobretudo em decorrência do abandono em que se encontravam as regiões de fronteira.

A extinção do Território Federal aconteceu pelo artigo 8º das Disposições Constitucionais Transitórias, ou seja, uma alteração na Constituição Nacional promulgada no dia 18 de setembro de 1946.

Iguaçu perdeu o status de capital, voltando à condição de distrito de Guarapuava. No entanto, lideranças locais se empenharam junto ao governo estadual e no dia 21 de setembro de 1946 foi assinado o Decreto-Lei nº 533, que criou o Município com o nome de Iguaçu, passando a ser nominado Laranjeiras do Sul por força de Lei Estadual promulgada em outubro de 1947.

Atualmente o município de Laranjeiras do Sul possui 9 bairros e 2 distritos, sendo eles:

Tabela 2. Bairros distribuídos pela cidade de Laranjeiras do Sul.

NOME	DIVISÃO TERRITORIAL
Água verde	Bairro
Centro	Bairro
Cidade Alta	Bairro
Cristo Rei	Bairro
Jardim Panorama	Bairro
Presidente Vargas	Bairro
Nossa Senhora Aparecida	Bairro
São Francisco	Bairro
Vila Industrial	Bairro

Passo Liso	Distrito
Campo do Bugre	Distrito

Atualmente, o município se encontra como o 59º mais populoso do estado do Paraná com 32.732 habitantes, com cerca de 81,34% desta população sendo urbana e 18,66% população rural (segundo Censo IBGE 2010 e Estimativas de população IBGE 2021). O município de Laranjeiras do Sul tem grande proteção do patrimônio cultural.

3.2 Histórico e Contextualização socioeconômica de Laranjeiras do Sul e região

São mais de 76 mil habitantes numa região em que o polo é Laranjeiras do Sul, onde estão concentrados a maior parte dos recursos de atendimento à saúde, educação, bancário e serviços públicos.

Para aumentar os atendimentos, bem como ampliar o fortalecimento regional, outros municípios foram agregados a Associação, passando a ser 20 municípios do Médio Centro Oeste do Paraná, com foco no desenvolvimento regional, em várias frentes, passando de Cantu, para a região do Cantuquiguaçu, sendo a sede o município de Laranjeiras do Sul, desde 2002. Com base em um plano diretor, a Associação definiu 10 diretrizes que orientam as ações estratégicas e os projetos para região:

- a) Resgate da cidadania e garantia de acesso às políticas públicas;
- b) Geração de postos de trabalho e renda;
- c) Educação e alfabetização de jovens e adultos;
- d) Capacitação em todos os níveis e setores;
- e) Atração e retenção na região de profissionais das mais diversas áreas (professores, agrônomos, veterinários, engenheiros, médicos);
- f) Integração intersetorial dentro dos municípios e na região;
- g) Parcerias e consórcios intermunicipais;
- h) Parcerias com entes externos à região (Governos Federal, Estadual e ONGs);
- i) Fomento à agroindustrialização na região;

j) Otimização no uso da infraestrutura e recursos regionais (ferroeste, usinas, lagos e BR 277).

A presença do Centro Universitário Campo Real, com um Campus no Município será de grande importância, por conta dos atendimentos que serão realizados, corroboram com as diretrizes da Associação do Cantuquiriguaçu, bem como os 20 municípios de forma individual, ou coletiva.

Como uma das diretrizes é a capacitação em todos os níveis e setores, a instalação de um Campus com cursos focados no desenvolvimento da região, é importante para que possam estimular o crescimento e desenvolvimento dos municípios, ainda facilitando o acesso à educação superior, sem que os interessados precisam se deslocar por vários quilômetros para realizar seus estudos, expostos a riscos e demais problemas.

Outro foco da diretriz é a atração e retenção de profissionais de diversas áreas, para o fortalecimento da região, com a presença do Centro Universitário Campo Real em Laranjeiras do Sul, município polo, o atendimento à essa demanda se torna real e efetiva, porque o acesso à educação superior, além da atração de professores universitários para os cursos a serem oferecidos (sendo esses profissionais que atuam em suas áreas) será também fortalecida, trazendo mais oportunidades à região.

Fazem parte da região do Cantuquiriguaçu os seguintes municípios:

Tabela 3. Municípios que fazem parte da Cantuquiriguaçu, população e distância destas em relação a Laranjeiras do Sul.

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA	POPULAÇÃO
Campo Bonito	72.56 km	3.763
Candói	41.5 km	16.053
Cantagalo	28.65 km	13.329
Catanduvas	78.05 km	10.167

Diamante do Sul	50.04 km	3.424
Espigão Alto do Iguaçu	42.6 km	4.048
Foz do Jordão	46.9 km	4.556
Goioxim	48.5 km	7.053
Guaraniaçu	57.26 km	12.217
Ibema	69.07 km	6.370
Laranjeiras do Sul	-	32.732
Marquinho	36.6 km	4.340
Nova Laranjeiras	17.6 km	11.507
Palmital	62.39 km	12.960
Pinhão	84.73 km	32.559
Porto Barreiro	15,5 km	3.184
Quedas do Iguaçu	51.28 km	34.409
Reserva do Iguaçu	58.96 km	8.069
Rio Bonito do Iguaçu	14,8 km	13.255
Três Barras do Paraná	76.53 km	12.038
Virmond	21.4 km	4.022
TOTAL DE HABITANTES		215.496

Fonte: Associação dos Municípios Cantuquiriguaçu (2022)

Na imagem a seguir o mapa representa a região do Cantuquiriguaçu e os municípios que fazem parte.

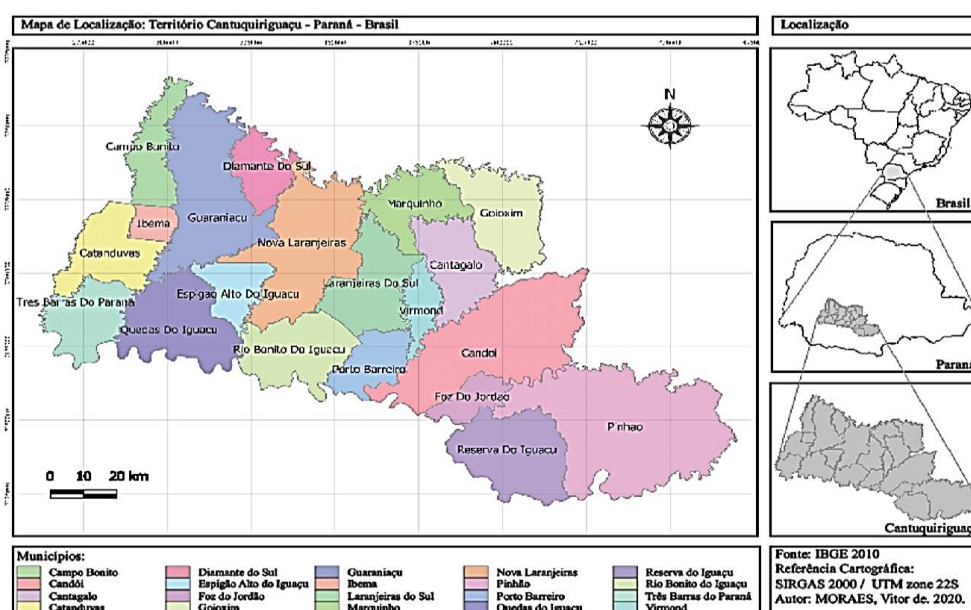


Figura 2. Região da Cantuquiriguaçu.

Fonte: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/tag/territorio-cantuquiriguaçu>, acesso em 10/12/2022.

Outro fator importante que reforça a necessidade de implementação do Campus do Centro Universitário Campo Real em Laranjeiras do Sul é a localização do município em relação aos demais, o mesmo se encontra às margens da BR 277, que como rodovia transversal percorre sua extensão do porto de Paranaguá, Paraná, até a Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu, Paraná, sendo um importante tronco rodoviário do país, pois o escoamento de boa parte da safra do estado se dá por meio dela, sem falar que os municípios que fazem parte da Cantuquiriguaçu estão a menos de 90 km de distância da sede Laranjeiras do Sul, que tem fácil acesso via a BR 277.

Com mais de 215 mil habitantes na Cantuquiriguaçu, com os objetivos presentes nas diretrizes da Associação, a autorização de cursos superiores, voltados às demandas regionais é de suma importância, além da garantia do acesso à educação superior, também é garantido o desenvolvimento socioeducacional, econômico e ajuda a construir um leque diferenciado de serviços, já que a atratividade de mão de obra qualificada será um potencial para o município polo, bem como aos que compõem a região.

Ainda, o município de Laranjeiras do Sul conta com um dos maiores Assentamentos da América Latina, 8 de junho, o qual é referência na produção de alimentos no Paraná, a qual conta com uma cooperativa própria, denominada Cooperjunho. Com mais de 71 famílias assentadas, com acesso à educação e à saúde em todo o sistema alocado em Laranjeiras do Sul, o que reforça, também, a necessidade da instalação de cursos superiores capazes de auxiliar no processo de preparação, também, dos assentados para o mercado, bem como para atuação dentro do próprio assentamento. O município de Nova Laranjeiras, a 17.6 km de distância de Laranjeiras do Sul, conta com a maior reserva indígena do Paraná, distribuída em uma área de 18.700 hectares, a Reserva Indígena Rio das Cobras possui cerca de 3.600 pessoas, com 740 famílias das etnias Kaingang e Guarani, distribuídas em 8 aldeias.

O trabalho social passa a ser uma constante na região, já que como polo, Laranjeiras do Sul conta com a principal estrutura de saúde, comércio, educação, cultura/entretenimento e assistência social.

Assim, segundo a Receita Federal (2021), em relação às classes sociais do município, temos:

- a) Classe A representa 1,15% da população;
- b) Classe B representa 17,14% da população;
- c) Classe C representa 43,24% da população;
- d) Classe D/E representa 38,47% da população.

Sendo as classes C, D e E a maior em representatividade, 81,71% da população, entende-se que instauração de uma instituição de ensino superior, com cursos que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável, é de suma importância, visto que não se trata apenas do oferecimento de cursos superiores, mas de serviços à comunidade, por meio da extensão universitária, atendimentos sociais e demais atividades que possam envolver a formação dos futuros profissionais a serem formados pela Instituição.

Em 2019, o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 20%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 159 de 399 e 166 de 399,

respectivamente. Já na comparação com cidades do país, ficava na posição 1530 de 5570 e 1396 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 35.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 120 de 399 dentre as cidades do estado e na posição 3400 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

3.2.1 População

A população da região está bem dividida ao longo das faixas etárias, com o maior número de habitantes na faixa dos 10 aos 19 anos tanto para homens como para mulheres, essa distribuição representa uma redução mais significativa na população das faixas etárias a partir de 20 a 24 anos, como apontado no gráfico.

Gráfico 1- Composição etária da população.

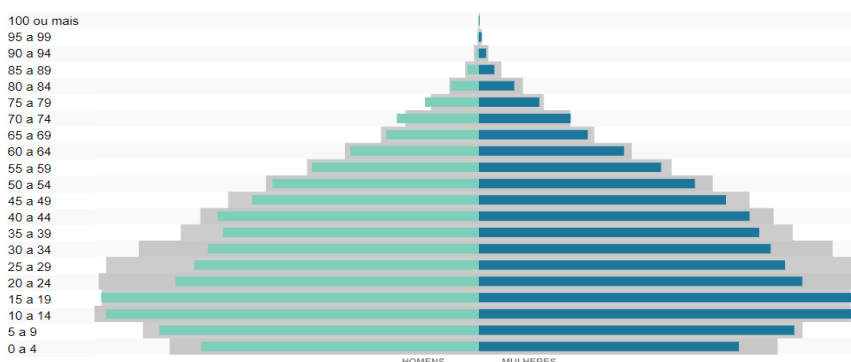


Figura 3. Composição etária da população.

Fonte: Censo IBGE 2010 e Estimativas de população IBGE 2021

Hoje, 49% da população do município é formada por homens e 51% por mulheres (SEBRAE 2022). Os cadastros no CadÚnico, ao final do ano de 2022, representavam 9.149 cadastros e 3.367 famílias. Em relação à Bolsa Família, encontram-se inscritos 1.118 famílias, sendo que de janeiro a dezembro de 2022 foram injetados na economia R\$ 558.147,00 somente do Programa Bolsa Família (Auxílio Brasil até 2022).



Ao que tange à educação, mais de 7.000 alunos estão matriculados nas escolas da região, sendo uma distribuição de 25% na pré-escola, 58,3% no ensino fundamental e 16,6% no ensino médio.

Em relação à escolarização, 96,3% da população de 6 a 14 anos são escolarizados, segundo o IBGE (2021), apresentando um IDEB de 6,7 nos anos iniciais do ensino fundamental 5,1 nos anos finais do ensino fundamental, com isso ocupa o 181º lugar no estado e 5º em toda a região geográfica de alcance.

As matrículas no Ensino Fundamental, segundo IBGE (2021) é de 4.255 estudantes, e no Ensino Médio 1.218, contando com um total de 446 docentes, distribuídos em 36 escolas.

Ao que se refere à educação superior, os estudantes da região têm realizado o deslocamento aos municípios de Guarapuava, localizado a 110 km de distância de Laranjeiras do Sul, e Cascavel, localizado a 116,5 km de distância, o que dificulta o acesso ao ensino superior.

3.2.2 Economia

Laranjeiras do Sul tem como uma das linhas econômicas o agronegócio, principalmente a produção de grãos, para tanto, há no município duas grandes cooperativas, a Coprossel e a Coasul.

A Coprossel está há 30 anos atuando na região, com capacidade de armazenamento de 103 mil toneladas de grãos, a Cooperativa ao longo dos anos tornou-se essencial ao desenvolvimento da agricultura regional. Além de atender seu quadro social com assistência técnica, fornecimento de insumos e comercialização da produção a cooperativa desenvolve a difusão de tecnologia nas culturas da soja, feijão, trigo e triticale em parceria com a EMBRAPA- Soja, EMBRAPA - trigo, Fundação Meridional, Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), Brasmax, Biotrigo e outros. A Coasul é uma cooperativa que conta com vários entrepostos, sendo um deles em Laranjeiras do Sul, trabalhando tanto com grãos como com rações, aves, entre outras áreas dentro do agronegócio.

Tabela 4. Agronegócio em Laranjeiras do Sul.

Lavoura Temporária		Lavoura Permanente	
Produto	Produção	Produto	Produção
Soja (Em Grão)	358.153	Laranja	1.069
Milho (Em Grão)	87.920	Banana (Cacho)	440
Trigo (Em Grão)	43.769	Uva	177
Feijão (Em Grão)	11.531		
Mandioca	8.134		

Fonte: SEBRAE, 2022

A produção de origem animal, também se destaca como um dos pontos fortes da economia do município, principalmente na produção de leite, como demonstra o quadro 4, a seguir:

Tabela 5. Produção de origem animal.

Rebanho		Origem Animal	
Tipo de Rebanho	% do Efetivo de Cabeças	Tipo de Produto	% Valor Total da Produção
Galináceos	57,24%	Leite	98,79%
Bovino	23,92%	Mel de Abelha	0,46%
Suíno	17,09%	Ovos de Galinha	0,42%
Ovino	1,11%	Casulos do Bicho-da-seda	0,33%
Equino	0,38%	Lã	0,01%

Fonte: SEBRAE, 2022

Há atualmente 2.084 produtores rurais cadastrados no CadPro do Governo do Estado do Paraná, os quais geram notas de produtor rural. E são 3.217 empresários rurais vinculados ao CadPro, também. Isso confirma que umas das principais fontes de renda do município advém do agronegócio, ou da produção rural de pequenos e médios agricultores, bem como da agricultura familiar.

Compõe a estrutura econômica de Laranjeiras do Sul grandes empresas, também ligadas ao agronegócio, ou comércio de modo geral. Hoje são 5.146 CNPJ ativos, sendo:

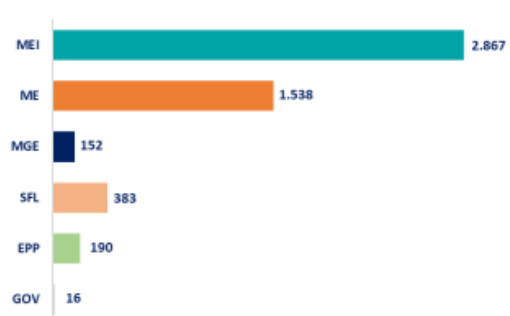


Figura 4. Número de CNPJs por área.

Fonte: SEBRAE, 2022

Como município polo, Laranjeiras do Sul conta com 2 hospitais, Hospital São Lucas e Hospital São José sendo esse equipado com leitos de UTI. Os municípios da região da Cantu formam o consórcio intermunicipal de Saúde, denominado Assiscop, que é formado pelos municípios de Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Virmond, Marquinho e Porto Barreiro.

A inserção do Campus será de grande importância para a região, para o auxílio no desenvolvimento em várias frentes, bem como ao atendimento de uma demanda reprimida em diversas áreas, além de uma nova perspectiva para o processo de aperfeiçoamento e desenvolvimento educacional.

3.2.3 Plano Nacional da Educação: metas

A instalação da rede pública no Brasil e o surgimento das primeiras idéias de um plano que tratasse da educação para todo o território nacional aconteceram simultaneamente. À medida que os quadros social, político e econômico do início deste século se desenhavam, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do país. Havia grande preocupação com a instrução, nos seus diversos níveis e modalidades.

Entretanto, como resultado conjugado de fatores demográficos, aumento das exigências do mercado de trabalho, além das políticas de melhoria do ensino médio, prevê-se uma explosão na demanda pela educação superior.

Têm-se, claramente, nos objetivos e metas do Plano Nacional da Educação tais indícios, como por exemplo:

- ✓ Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino;
- ✓ Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.
- ✓ Prover até o final da década, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%;
- ✓ Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

A formação no curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul é compatível com as necessidades de um profissional que atua como agente de transformações, que tenha inserção na realidade, valores socioculturais e ambientais e um compromisso com o todo que compõe a sociedade em que atua. Além disso, a proposta de ensino do Centro Universitário Campo Real se constitui na prática docente reflexiva com compreensão ampla e consistente da organização do trabalho pedagógico (planejamento, organização curricular, execução e avaliação).

O Curso de Engenharia Agrônômica Exige a formação de profissionais competentes, aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de conservar o equilíbrio do ambiente e comprometidos com o melhoramento da realidade regional e brasileira.



Segundo CAVALLET (1999), a formação na Engenharia Agrônômica Deve contribuir para a formação de profissionais-cidadãos que compreendam a complexidade do meio em que se inserem através de conhecimentos conceituais, técnicos, operacionais e vivenciais, contextualizados no tempo e espaço e indissociados de valores socioculturais e ambientais.

Dentro da concepção metodológica, tem-se o estabelecimento de um vínculo permanente entre a teoria e a prática, e o desenvolvimento de práticas educativas que propiciem a formação do egresso desejado.

Para alcançar esse objetivo, o curso de Engenharia Agrônômica desta instituição busca na **interdisciplinaridade**, o sentido de entendimento e viabilização dos valores essenciais da vida. Dessa forma, incorpora a seus conteúdos programáticos, enfoques sistêmicos e agroecológicos que possibilitem ao profissional-cidadão de Engenharia Agrônômica Identificar diferentes espaços sociais de atuação que contribuam para uma formação capacitadora de um profissional com perfil fortalecido para a concepção, aliada à execução.

Esta formação diferenciada está muito bem distribuída na matriz curricular do curso que é composta por disciplinas básicas e específicas, divididas entre aulas teóricas e práticas, complementadas por atividades de iniciação à pesquisa e extensão e podem ser melhor observadas no quadro “Competências e Habilidades”.

Para que isso aconteça, há a implementação e cumprimento de políticas institucionais no curso, que seguem as propostas apresentadas e fundamentadas no PDI e no PPI. Dessa forma, compete à IES, contribuir para a constante melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, o que se faz também, através do apoio pedagógico ao docente.

Nesse sentido, a Reitoria, Pró-reitoria Acadêmica e Coordenação do Curso buscam, por meio de ações conjuntas e variadas, diagnosticar as necessidades do corpo docente, e a partir daí, definir ações rumo ao constante aprimoramento do trabalho pedagógico, oferecendo suporte nas questões relacionadas ao processo ensino aprendizagem.

4.1 Dados Gerais

Tabela 6. Dados gerais do Centro Universitário Campo Real.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR				
NOME		CNPJ		E-mail
Centro Universitário Campo Real		03.291.761/0003-08		camporeal@camporeal.edu.br
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO				
Logradouro	Número		Bairro	Complemento
Rua Marechal Cândido Rondon	2473		centro	
Cidade	UF	CEP	Fone	Fax
Laranjeiras do Sul	PR	85301060	42-36352896	
CURSO		TIPO DE CURSO		CÓD.
Engenharia Agrônoma		Graduação	Sequencial	1
HABILITAÇÃO / MODALIDADE		ÁREA DO CONHECIMENTO		TURNO
1. Bacharelado/ Eng.º Agrônomo		Ciências Agrárias		Noturno
VAGAS Anuais	CARGA HORÁRIA		INTEGRALIZAÇÃO Mínima	INTEGRALIZAÇÃO Máxima
	Horas	Hora/aula		
60	3600	4320	10 Semestres	15 Semestres

4.2 Bases Legais do Curso

Tabela 7. Bases legais do curso.

Autorização	
Reconhecimento	

4.3 Infraestrutura

Tabela 8. Infraestrutura disponível para implementação do curso.

LABORATÓRIO	PERÍODO	ANO/SEMESTRE DE IMPLANTAÇÃO	ALUNOS/TURMA
Informática	1º ao 9º	2023	25
Química e Bioquímica	1º ao 3º	2023	25
Desenho	2º ao 5º	2023	25
Biologia Celular e Entomologia	1º ao 5º	2023	25
Anatomia Animal	5º	2023	25

4.4 Responsabilidade social do curso

Como comentado anteriormente, o Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul pauta-se na escolha dos cursos que oferecem pelos critérios da demanda social, representada pelas oportunidades de ocupação que a Sociedade apresente e venha a apresentar aos profissionais a ser formados, mas prioritariamente considera a real necessidade que a Sociedade venha a ter do trabalho destes profissionais.

O Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul, ao propor o Curso de Graduação em Engenharia Agrônômica, contribui na formação de profissionais e



cidadãos que atuam como agentes de transformações, que se inserem na realidade, que tenham valores socioculturais e ambientais e um compromisso com o todo que compõe a sociedade em que atua.

Considerando-se como objetivo maior da Engenharia Agrônômica o desenvolvimento integral do ser humano em harmonia com o meio ambiente produtivo e não degradado, esta instituição parte na busca de uma clara opção pela interdisciplinaridade, no sentido de entendimento e viabilização dos valores essenciais da vida.

Tem como finalidade promover através de processo coletivo, o preparo do(a) engenheiro(a) agrônomo(a) cidadão, empreendedor com capacidade de atender a diversos níveis de produtores e consumidores, comprometido com a melhoria das condições de vida da população por meio de intervenção da realidade, proporcionado ao aluno, sólida formação básica e de conteúdos específicos, inerentes ao conhecimento e à prática da Engenharia Agrônômica.

A orientação pretendida para o Curso é plenamente condizente com a realidade sócio-econômica da região em que estará sediado. A cidade de Laranjeiras do Sul é polo de uma Microrregião com mais de 200.000 habitantes e fortemente caracterizada pela inserção no meio rural na vida socioeconômica dos municípios, cuja população rural representa mais de 50% da população total da região, como já foi comentado anteriormente.

Essa característica regional da existência de uma significativa parcela da população residente no meio rural provém de uma somatória de fatores relacionados como, por exemplo, o processo de colonização da região, uma vez que a maior parte é de descendência de imigrantes europeus, principalmente ucranianos, poloneses, alemães e italianos com forte relação com o cultivo da terra e a vida rural, além da existência de um grande número de pequenas e médias propriedades.

4.5 Formas de acesso ao curso

O acesso ao curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul se dará por diferentes maneiras, sendo a principal delas o **vestibular**, em que o aluno participa dos **processos seletivos**, realizados duas vezes ao ano, sempre nos meses de julho e de novembro, com datas previstas no calendário



acadêmico. O processo seletivo consta de uma prova constituída de questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais e de uma redação. A prova respeita o nível e complexidade dos conhecimentos adquiridos no Ensino Médio e está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. O aluno poderá realizar nas datas previstas ou por agendamento (vestibular agendado), desde que o número de vagas destinadas em cada processo não tenha sido preenchido.

Nesses processos seletivos são ofertadas 50% das vagas anuais (julho) e 50% em novembro. Os alunos que obtiverem a aprovação no processo seletivo ao qual participaram, automaticamente garantem o seu ingresso no curso nas turmas que se iniciam a cada ano.

Outra forma de acesso ao curso se dá por meio de **transferências** internas e externas, mediante estudo de aproveitamento de disciplinas já cursadas no curso de origem do aluno e sua matrícula no período correspondente no curso de destino. Há ainda, a possibilidade do ingresso para a **obtenção de novo título** de graduação, onde os alunos podem se matricular no curso de escolha mediante a comprovação documental (diploma de graduação) de um ou mais títulos de graduação nesta ou em outra IES devidamente credenciada pelo Ministério da Educação. Para esse aluno, também é realizado um estudo de aproveitamento de disciplinas.

Os alunos que participam do ENEM e se inscrevem para a obtenção de bolsa ProUni nos cursos desta IES, se contemplados, têm o seu ingresso assegurado apenas com a nota obtida no ENEM, não precisando passar por novo processo seletivo.

Abaixo, o Regimento Interno do Centro Universitário Campo Real, tratando especificamente do Processo Seletivo (Cap. II) e das Transferências e Aproveitamento de Estudos (Cap. V):

Capítulo II Do Processo Seletivo

Art. 37 – O processo seletivo destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los, dentro do estrito limite das vagas oferecidas.

§ 1º – As vagas oferecidas para os cursos são as autorizadas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação e se encontram registradas no Anexo que integra este Regimento.



§ 2º - As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis.

Art. 38 – O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliadas em provas escritas, na forma disciplinada pelo Conselho de Ensino, Iniciação a Pesquisa e Extensão.

Art. 39 - A classificação faz-se pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado.

§ 1º – A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza o concurso vestibular, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

§ 2º - Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, nelas poderão ser recebidos alunos transferidos de outra instituição ou portadores de diploma de graduação.

Capítulo V Da Transferência e do Aproveitamento de Estudos

Art. 46 – É concedida a matrícula a aluno transferido de curso superior de instituição congênera, nacional ou estrangeira, na estrita conformidade das vagas existentes e requerida nos prazos fixados, para prosseguimento de estudo no mesmo curso.

§ 1º – O requerimento de matrícula por transferência é instruído com a documentação constante no artigo 50, além do histórico escolar do curso de origem, programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas com aprovação e situação perante o ENADE.

§ 2º – A documentação pertinente à transferência deverá ser necessariamente original e não poderá ser fornecida ao interessado, tramitando diretamente entre o Centro Universitário e a instituição de origem, via postal, comprovável por AR.



§ 3º - A matrícula do aluno transferido só poderá ser efetivada após prévia consulta, direta e escrita do Centro Universitário à instituição de origem que responderá, igualmente por escrito, atestando a regularidade ou não da condição de postulante ao ingresso.

§ 4º - As transferências ex officio dar-se-ão na forma da lei.

Art. 47 – O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias aproveitando os estudos realizados com aprovação no curso de origem.

§ 1.º – O aproveitamento é concedido e as adaptações são determinadas pelas coordenações dos cursos, ouvido o Conselho de Ensino, Iniciação a Pesquisa e Extensão e observadas as demais normas da legislação pertinente.

§ 2.º - A matrícula nas adaptações é condicionada à oferta das disciplinas pela Instituição.

§ 3.º - O prazo para o cumprimento das adaptações é de 1(um) ano a partir do ingresso do aluno na IES, ressalvando a prorrogação por igual período por ato fundamentado do Coordenador do Curso.

Art. 48 – A requerimento do interessado, a Instituição concede transferência de aluno nela matriculado, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único - A transferência será regulada de acordo com a legislação vigente.

5 DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO/PEDAGÓGICA

5.1 Missão institucional

Formar pela excelência no Ensino, Pesquisa e Extensão profissionais com sólidos princípios éticos e valores humanos, com espírito inovador que atendam às demandas das comunidades locais e aos desafios globais.

5.2 Objetivos do curso



O principal objetivo de se criar no Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul um curso de Engenharia Agrônômica é o de atender a demanda do mercado atual de trabalho da cidade e da região, carentes deste profissional para os diversos serviços existentes. O perfil socioeconômico enfatiza a importância da participação do Engenheiro Agrônomo em todas as áreas da produção vegetal e animal.

A formação no curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul será compatível com as necessidades de um profissional que atua como agente de transformações, que tenha inserção na realidade, valores socioculturais e ambientais e um compromisso com o todo que compõe a sociedade em que atua, sempre enfatizando a preservação do meio ambiente que garantirá a biodiversidade e o futuro das novas gerações.

O Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul, através de seu Curso de Engenharia Agrônômica, buscará a construção ética do conhecimento num processo integrado e interdisciplinar, envolvendo ensino, iniciação à pesquisa e extensão, com especial atenção às necessidades sociais e comunitárias.

O Curso de Engenharia Agrônômica Buscará uma formação equilibrada, pretendendo formar profissionais generalistas e especialistas, aptos a atuar no âmbito individual e coletivo de forma transformadora, com espírito crítico e reflexivo, visão cultural ampla e compromisso social.

Para tanto, a proposta curricular do curso buscará uma formação equilibrada, pretendendo formar profissionais aptos a atuar no âmbito individual e coletivo de forma transformadora, com espírito crítico e reflexivo, visão cultural ampla e compromisso social.



O pressuposto é a construção de um modelo pedagógico com cunho interdisciplinar e com inserção na realidade do meio rural e no meio acadêmico, voltada à visão global, integrada e crítica da profissão e da atuação profissional. Tendo como propósito firme a formação de profissionais eficientes, com espírito crítico, livres e comprometidos com o bem-estar da sociedade envolvida e do meio ambiente. Para tanto, apresenta os seguintes objetivos:

5.2.1 Objetivo geral

Considerando um desenvolvimento integral do ser humano em harmonia com o meio ambiente produtivo e não degradado, o objetivo geral do curso de Engenharia Agrônômica é formar e oferecer à sociedade, um profissional generalista e especialista, com conhecimentos científicos específicos, capacitados a execução de processos que possibilitem ações equilibradas entre desenvolvimento social pleno às famílias rurais, sustentabilidade ambiental nos processos de produção agrícola e produção de alimentos com quantidade e qualidade adequadas ao meio e às demandas sociais

5.2.2 Objetivos específicos



- ✓ Garantir ao acadêmico conhecimento técnico científico atualizado em Engenharia Agrônoma e áreas correlatas para atuação profissional como Engenheiro Agrônomo;
- ✓ 2. Capacitar o acadêmico a ter competência no relacionamento interpessoal e propensão para o trabalho em equipes e com postura ética fundamentada em valores universalmente consagrados;
- ✓ 3. Promover uma habilidade de comunicação na igualdade e na diferença com domínio metodológico pluralista;
- ✓ 4. Promover atividades de iniciação à pesquisa e extensão, fortalecendo a relação IES-sociedade e ampliando a oportunidade para o exercício da aprendizagem crítica em cidadania;
- ✓ 5. Estimular o exercício de atividades acadêmicas complementares que garantam ampliação do universo de aprendizagem em áreas de interesse do estudante;
- ✓ 6. Preparar o estudante para responder efetivamente as transformações da sociedade, do mercado de trabalho e do setor agrícola a partir da formação de profissionais eficientes;

5.3 Perfil do egresso

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia Agrônoma, e com seus ideais maiores de ensino, o Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul pretende formar Engenheiros Agrônomos com o seguinte perfil:

“Engenheiro Agrônomo prontamente apto a ingressar no mercado de trabalho, em diversas áreas do conhecimento, que tenha a capacidade de realizar análises técnico/científicas, identificando e resolvendo problemas, tomando-se como base seus conhecimentos para que o auxilie na tomada de decisões com a finalidade de integrar, operar, modificar e criar sistemas agropecuários e agroindustriais sustentáveis e dentro de princípios éticos e ambientais.”

Desta forma o curso de Eng^a. Agrônoma apresenta um direcionamento das suas ações a fim de habilitar o profissional egresso, constituindo o compromisso social, ao mesmo tempo em que lhes oferece uma visão clara sobre as questões relacionadas à agricultura e ao meio ambiente; um elevado nível de cognição no que se refere aos conhecimentos próprios ao manejo dos sistemas agrícolas, bem como aos conhecimentos de outros campos pertinentes à área; uma compreensão integral dos sistemas agrícolas, nos seus aspectos técnicos, sociais e ambientais e a capacidade de atender ao desafio de auxiliar os produtores rurais na realização de suas expectativas como produtores e cidadãos.

5.3.1 Competências e habilidades do egresso

O Curso de Graduação em Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real assegura, também, a formação de profissionais com competências e habilidades para:

- ✓ Projetar e conduzir pesquisas, coletar e analisar dados, interpretar as informações e difundir os resultados;
- ✓ Propor tecnologias compatíveis com o diagnóstico dos diferentes contextos sócio-econômicos, ambientais e formas na produção agrícola;
- ✓ Desenvolver atividades de tecnologia de transformação de produtos de origem vegetal e animal;
- ✓ Conhecer e compreender todas as etapas do processo de produção agrícola, do planejamento da produção ao processamento final do produto;
- ✓ Discutir, planejar e executar obras e serviços de engenharia rural, incluindo construções para fins rurais, irrigação e drenagem para fins agrícolas;
- ✓ Avaliar o impacto das atividades agropecuárias nos contextos social, ambiental e econômico;
- ✓ Desenvolver programas e atividades de produção na área de sistemas pastoris, agroflorestais e zootécnicos de acordo com a formação específica;
- ✓ Atuar na prestação de serviços de extensão, assistência técnica, assessoria e consultoria à empresas, órgãos governamentais, cooperativas, organizações não governamentais, produtores rurais ou comunidades na área da produção agrícola e do desenvolvimento rural;
- ✓ Aplicar medidas de defesa e vigilância sanitária vegetal;
- ✓ Elaborar estudos, projetos e execução de serviços de mecânica agrícola, de processos de adubação, de colheita e beneficiamento de produtos agrícolas;
- ✓ Atuar na fiscalização de indústria e comércio de adubos e agrotóxicos;
- ✓ Conhecer e atuar em mercados do complexo agroindustrial;
- ✓ Conhecer, interagir e influenciar nos processos decisórios de agentes, produtores rurais e instituições, na gestão de políticas setoriais do seu campo de atuação.

As competências e habilidades descritas anteriormente estão distribuídas e contempladas nas disciplinas que compõe a matriz curricular do curso, como pode ser observado do quadro a seguir:

Tabela 9. Competências e habilidades do egresso e disciplinas correlacionadas.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	DISCIPLINAS QUE PROPICIAM SEU DESENVOLVIMENTO
Projetar e conduzir pesquisas, coletar e analisar dados, interpretar as informações e difundir os resultados;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Matemática; ✓ Estatística; ✓ Experimentação agrícola; ✓ Atividades de Extensão; ✓ Estágio Supervisionado;
Propor tecnologias compatíveis com o diagnóstico dos diferentes contextos sócio-econômicos, ambientais e formas na produção agrícola;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Extensão Rural e Cooperativismo; ✓ Gestão Empreendedora; ✓ Gestão ambiental e perícias rurais; ✓ Climatologia Agrícola; ✓ Atividades de Extensão;
Desenvolver atividades de tecnologia de transformação de produtos de origem vegetal e animal;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Química; ✓ Bioquímica; ✓ Olericultura; ✓ Fruticultura; ✓ Horticultura; ✓ Forragicultura; ✓ Tecnologia e Produção de Sementes;
Conhecer e compreender todas as etapas do processo de produção agrícola, do planejamento da produção ao processamento final do produto;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão Empreendedora; ✓ Climatologia Agrícola; ✓ Fertilidade do Solo; ✓ Mecanização Agrícola; ✓ Plantas Daninhas; ✓ Olericultura; ✓ Fruticultura; ✓ Culturas de Verão; ✓ Culturas de Inverno; ✓ Forragicultura; ✓ Nutrição e Fisiologia Animal; ✓ Zootecnia; ✓ Horticultura;

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tecnologia e Produção de Sementes; ✓ Irrigação e Drenagem; ✓ Manejo e Conservação do Solo; ✓ Fitopatologia I; ✓ Fitopatologia II; ✓ Entomologia I; ✓ Entomologia II;
Discutir, planejar e executar obras e serviços de engenharia rural, incluindo construções para fins rurais, irrigação e drenagem para fins agrícolas;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenho técnico; ✓ Topografia; ✓ Cartografia; ✓ Construções rurais; ✓ Gênese e Classificação dos Solos; ✓ Manejo e Conservação de Solos; ✓ Irrigação e Drenagem; ✓ Geoprocessamento e Georreferenciamento;
Avaliar o impacto das atividades agropecuárias nos contexto social, ambiental e econômico;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Extensão rural e cooperativismo; ✓ Gestão ambiental e Perícias Rurais; ✓ Manejo e conservação de solos; ✓ Gestão Empreendedora; ✓ Climatologia Agrícola;
Desenvolver programas e atividades de produção na área de sistemas pastoris, agrofloretais e zootécnicos de acordo com a formação específica;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Forragicultura; ✓ Horticultura; ✓ Zootecnia; ✓ Fruticultura; ✓ Nutrição e Fisiologia Animal; ✓ Fertilidade do solo;
Atuar na prestação de serviços de extensão, assistência técnica, assessoria e consultoria à empresas, órgãos governamentais, cooperativas, organizações não governamentais, produtores rurais ou comunidades na área da produção agrícola e do desenvolvimento rural;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Botânica; ✓ Entomologia I; ✓ Entomologia II; ✓ Gestão Ambiental; ✓ Gestão Empreendedora; ✓ Climatologia Agrícola; ✓ Extensão rural e cooperativismo; ✓ Estatística ✓ Experimentação agrícola; ✓ Genética; ✓ Microbiologia Agrícola; ✓ Fisiologia Vegetal I; ✓ Fisiologia Vegetal II;

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fitopatologia I; ✓ Fitopatologia II; ✓ Topografia; ✓ Cartografia; ✓ Construções Rurais; ✓ Fertilidade do Solo; ✓ Melhoramento Vegetal; ✓ Horticultura; ✓ Gênese e Classificação dos Solos; ✓ Manejo e Conservação de Solos; ✓ Irrigação e Drenagem; ✓ Georreferenciamento e Geoprocessamento ✓ Fertilidade do Solo; ✓ Melhoramento Vegetal; ✓ Mecanização Agrícola; ✓ Plantas Daninhas; ✓ Olericultura; ✓ Fruticultura; ✓ Forragicultura; ✓ Culturas de Verão; ✓ Culturas de Inverno; ✓ Tecnologia e Produção de Sementes; ✓ Nutrição e Fisiologia Animal; ✓ Zootecnia; ✓ Gestão Ambiental e perícias Rurais; ✓ Atividades de Extensão; ✓ Estágio Supervisionado;
Aplicar medidas de defesa e vigilância sanitária vegetal;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entomologia II; ✓ Fitopatologia II; ✓ Gestão ambiental e Perícias Rurais.
Elaborar estudos, projetos e execução de serviços de mecânica agrícola, de processos de adubação, de colheita e beneficiamento de produtos agrícolas;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Física; ✓ Mecanização Agrícola; ✓ Estatística ✓ Experimentação agrícola ✓ Matemática; ✓ Desenho Técnico; ✓ Fertilidade do solo; ✓ Tecnologia e Produção de Sementes;
Atuar na fiscalização de indústria e comércio de adubos e agrotóxicos;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão ambiental e Perícias Rurais;

<p>Conhecer e atuar em mercados do complexo agroindustrial;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão Empreendedora; ✓ Genética ✓ Tecnologia e Produção de Sementes;
<p>Conhecer, interagir e influenciar nos processos decisórios de agentes, produtores rurais e instituições, na gestão de políticas setoriais do seu campo de atuação;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Botânica; ✓ Entomologia I; ✓ Entomologia II; ✓ Gestão Ambiental; ✓ Gestão Empreendedora; ✓ Climatologia Agrícola; ✓ Extensão rural e cooperativismo; ✓ Estatística ✓ Experimentação agrícola ; ✓ Genética; ✓ Microbiologia Agrícola; ✓ Fisiologia Vegetal I; ✓ Fisiologia Vegetal II; ✓ Fitopatologia I; ✓ Fitopatologia II; ✓ Topografia; ✓ Cartografia; ✓ Construções Rurais; ✓ Fertilidade do Solo; ✓ Melhoramento Vegetal; ✓ Horticultura ✓ Gênese e Classificação dos Solos; ✓ Manejo e Conservação de Solos; ✓ Irrigação e Drenagem; ✓ Georreferenciamento e Geoprocessamento ✓ Fertilidade do Solo; ✓ Melhoramento Vegetal; ✓ Mecanização Agrícola; ✓ Plantas Daninhas; ✓ Olericultura; ✓ Fruticultura; ✓ Forragicultura; ✓ Culturas de Verão; ✓ Culturas de Inverno; ✓ Tecnologia e Produção de Sementes; ✓ Nutrição e Fisiologia Animal; ✓ Zootecnia; ✓ Gestão Ambiental e perícias rurais;

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atividades de Extensão; ✓ Estágio Supervisionado;
--	--

Contemplando estas competências e habilidades dentro das disciplinas que propiciam o seu desenvolvimento na matriz curricular, o curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real propicia uma série de aptidões ao egresso, de acordo com o item 5.3.2 “Aptidões do egresso”.

5.3.2 Aptidões do egresso

A expectativa do curso de graduação em Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul é a formação de um profissional que frente aos desafios da sociedade, tenha capacidade de integrar de forma harmônica, conhecimentos, habilidades e atitudes e assim tornar-se apto a apresentar:

- ✓ **Compromisso com o desenvolvimento sustentável:** a sustentabilidade em seu sentido mais amplo busca um desenvolvimento que promova o equilíbrio entre as dimensões ambiental, social e econômica. Um profissional com essa concepção deve ser apto a analisar e a propor o ponto de equilíbrio para que o desenvolvimento sustentável ocorra de acordo com a realidade regional e cultural do meio onde se insere;
- ✓ **Competência comunicativa, argumentativa e de trabalho em equipe:** a extensão e a comunicação formam um par indissociável, e forçam o profissional a desenvolver habilidades de comunicação na igualdade e na diferença, oral e escrita, convencional e eletrônica.
- ✓ **Ação de liderança:** no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais aqui formados deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;



- ✓ **Capacidade de gerenciamento de recursos:** em ações multidisciplinares demandadas pelo desenvolvimento sustentável, o gerenciamento de recursos de todas as dimensões e a inter-relação entre eles envolve aptidões de competência, liderança e compromisso que um profissional egresso estará apto a desenvolver;
- ✓ **Postura ética:** desenvolver todas as atividades com atuação ética fundamentada em valores universalmente consagrados;
- ✓ **Domínio metodológico pluralista e disposição para aprendizagem permanente:** uma vez que a realidade rural brasileira, nas suas variáveis, evidencia-se como um meio muito mais complexo do que um local de produção agrícola, o profissional egresso necessita apoderar-se de instrumentos metodológicos de trabalho, que aliados aos embasamentos técnico-científicos adquiridos formam um conjunto de atuação que necessita estar em constante aperfeiçoamento, de acordo com a realidade vivida em cada situação.

5.4 Metodologia de ensino

O Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul, ciente de que a experiência acadêmica não se restringe aos bancos escolares, oferecerá ao aluno um ambiente em que o conhecimento extrapola os limites tradicionais da sala de aula, colocando-o diretamente em contato com as várias linhas de conhecimento.

A utilização dos laboratórios e da fazenda experimental são exemplos clássicos de como o curso de Engenharia Agrônoma buscará a interação direta com o meio no qual se insere. A fim de alcançar o desenvolvimento integral do ser humano em harmonia com o meio ambiente produtivo e não degradado, esta Instituição partirá na busca de uma clara opção pela interdisciplinaridade, no sentido de entendimento e viabilização dos valores essenciais da vida.

Assim, de maneira interdisciplinar, propõe-se o desenvolvimento das habilidades e utilização de raciocínio lógico, crítico e analítico, procurando estabelecer relações formais e causais entre fenômenos; interagir criativamente face aos diferentes contextos organizacionais ou sociais, e demonstrar compreensão do todo educacional, de modo integrado, sistêmico e estratégico, com perfil fortalecido para a concepção, aliada à execução.

Sempre que possível, os docentes estarão atuando em conjunto, propondo trabalhos e projetos práticos, interdisciplinares e de cunho científico aos acadêmicos, para que sejam realizados de forma integradora e enriqueçam sua formação.

Para que esse perfil seja obtido, as práticas pedagógicas sugeridas para a condução das disciplinas visam estabelecer as dimensões investigativa e interativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade, por meio de práticas pedagógicas focadas na formação e participação do acadêmico, que incluem:

- 1- Aulas expositivas dialogadas, com ênfase na participação direta dos alunos;

- 2- Incentivo a iniciação científica e à produção de artigos de base científica que despertam o interesse à criação e à pesquisa e permitem ao acadêmico apresentar na Semana de Iniciação Científica da Campo Real campus Laranjeiras do Sul e também em outros eventos de cunho científico além da publicação em revistas científicas;
- 3- Atividades de pesquisa bibliográfica, utilizando-se do acervo da biblioteca e biblioteca digital e internet nos laboratórios de informática, incluindo estudos de casos, simulação de situações do dia a dia, desenvolvimento de projetos inseridos na comunidade e no campo, na área das ciências agrárias;
- 4- Flexibilização curricular com inserção de disciplinas optativas fazendo com que o acadêmico tenha a oportunidade de ampliar seu conhecimento interdisciplinar necessário para sua formação;
- 5- Aulas práticas, na maioria das disciplinas, em laboratórios, propriedades agrícolas e empresas do ramo, a fim de que o contato com produtor, pesquisador ou técnico e os problemas de ordem prática motivou a criação de um senso crítico norteador de decisões, proporcionando maior motivação ao acadêmico pelo curso;
- 6- Viagens de estudos e visitas técnicas que auxiliem no aprendizado e fixação das teorias apresentadas em sala de aula;
- 7- Participação em eventos (Congressos, Simpósios, Oficinas) em que os alunos são motivados a expor suas produções;
- 8- Ciclo de discussões e palestras com profissionais de renome tanto na área acadêmica quanto na área profissional serão convidados a discutir assuntos atuais na “Arena de discussões” e “Jornada acadêmica”, respectivamente;
- 9- Realização de estágio não obrigatório na própria IES ou em outros locais;
- 10- Idealização, planejamento e organização de cursos de extensão; O curso oferecerá de 2 a 3 cursos de extensão semestralmente;
- 11- Realização de cursos de nivelamento organizados pela IES;
- 12- Promoção da extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação e da pesquisa científica e tecnológica geradas pelo curso na Instituição;



- 13- Oportunidade de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em diversas áreas do conhecimento, em qualquer lugar do Brasil contando com a orientação dos docentes do curso;
- 14- Utilização de tecnologia de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem.

5.4.1 Aulas teóricas

O curso de Engenharia Agrônômica Buscará cumprir os componentes curriculares teóricos, com aulas teóricas expositivas que tenham na sua essência o dinamismo como precursor de uma aula participativa e constantemente dialogada com os acadêmicos, fazendo uso de técnicas de aprendizagem que tenham sido discutidas pelo colegiado do curso e nos processos de formação docente.

Nas aulas teóricas as informações serão repassadas da maneira mais clara e objetiva possível, para que o aluno aprenda os pontos essenciais dos assuntos, de forma precisa e ordenada. Além disso, frequentemente serão realizadas discussões em mesas redondas, seminários com a apresentação de temas pertinentes a cada disciplina, e outras técnicas pedagógicas para a transmissão do conhecimento que venham a ser interessantes.

O dinamismo das aulas teóricas fará uso da utilização do quadro branco, recurso visual com a utilização de data show e multimídia com o apoio, caixas de som para projeções de filmes de cunho didático e documentários. Ainda é importante destacar que os espaços de aprendizagem dispõem das mais avançadas tecnologias educacionais, com espaços arejados, recursos de multimídia, acesso à internet, luminosidade e sonoridade com alto nível de conforto, o que permite aos educadores um conjunto de ferramentas e instrumentos que promovam técnicas de ensino aprendizagem diferenciadas e motivadoras, em que seja possível perceber a construção coletiva de conhecimento.

5.4.2 Aulas práticas

As aulas práticas em laboratório serão realizadas semanalmente em disciplinas específicas descritas na matriz curricular, ou ainda quando o professor achar necessidade de efetuar-la, conforme planejamento descrito no plano de ensino.

As disciplinas que utilizarão semanalmente os laboratórios para as aulas práticas serão aquelas que possuem uma carga horária semanal de 4 aulas, ou seja, 2 aulas são destinadas a aula teórica e as outras 2 destinadas a aula prática. São elas: Biologia Celular e Química (1º período), Botânica e Bioquímica (2º período), Microbiologia e Fisiologia Vegetal I (3º período), Fitopatologia I e Fisiologia vegetal II (4º período), Topografia e Fitopatologia II (5º período), Mecanização agrícola e plantas daninhas (6º período), Grandes culturas e Fruticultura (7º Período), Grandes culturas II e Geoprocessamento (8º Período)

As **aulas práticas de campo serão realizadas aos sábados** pelos diferentes períodos do curso, na Fazenda Experimental da Instituição ou em propriedades conveniadas. Os acadêmicos terão a oportunidade de, com a presença de professores, realizarem experimentações da prática profissional diretamente a campo, articulando e integrando o conhecimento das disciplinas já cursadas.

É importante ressaltar que em algumas disciplinas realizarão **aulas práticas de campo, semanalmente, no período noturno**. As disciplinas de Botânica, Fisiologia Vegetal I e II serão algumas das disciplinas que terão suas práticas realizadas nesse contexto.

Sob este aspecto, os objetivos principais das aulas práticas serão:

- 6 Fazer com que o acadêmico vivencie no campo a teoria vista em sala, colocando em prática tais conhecimentos
- 7 Estimular a multidisciplinaridade, colaborando com a comunidade científica com a realização de trabalhos científicos;
- 8 Aproximar a realidade do campo ao acadêmico, fazendo com que ele tenha uma visão das carências e demandas regionais, estaduais e nacionais;
- 9 Estimular o senso crítico em relação às atividades das ciências agrárias;



10 Promover uma integração entre o conhecimento adquirido em sala com o conhecimento dos produtores.

5.4.3 Viagens Técnicas

Serão realizadas visitas a instituições de pesquisa e extensão agropecuária, propriedades agrícolas e empresas do ramo, a fim de que o contato com produtor, pesquisador ou técnico e os problemas de ordem prática motivem a criação de um senso crítico norteador de decisões.

Essas visitas serão previamente agendadas com o local de destino e serão organizadas pelo professor da disciplina em questão. É disponibilizado para tal a van (15 lugares) ou o ônibus (45 lugares) da Instituição.

6. Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's

Atualmente a informática e a tecnologia estão se tornando cada vez mais presentes no cotidiano do indivíduo. A tecnologia, que antes era um sonho idealizado para o futuro, hoje passou a ser a realidade, que envolve microcomputadores, celulares e tecnologias de todas as espécies. Com essas rápidas mudanças observamos que todas as ciências foram modificadas, auxiliadas, isto é, revolucionadas pela tecnologia, e com o curso de Engenharia Agrônômica não foi diferente, portanto, não escapa do debate acerca do tema e da reflexão sobre os usos das novas ferramentas no dia a dia da profissão.



Especificamente no que diz respeito ao Curso de Engenharia Agrônômica, a discussão sobre a utilização das tecnologias da informação e comunicação no espaço educacional centralizará seu foco na questão pedagógica compreendendo desde o conhecimento de equipamentos e softwares adequados ao desenvolvimento das atividades escolares e profissionais até a compreensão de como efetivamente essas tecnologias, incorporadas trazem de avanço superior no processo de Ensino Aprendizagem, como por exemplo, a utilização de um determinado software aplicado diretamente em uma disciplina, como em experimentação agrícola, geoprocessamento, mecanização agrícola e etc.

Nos faz perceber inclusive a importância de analisar o comportamento do emissor face à transmissão de conteúdos e os níveis de intervenção do educando na recepção, produção e circulação do conhecimento, tendo em vista o impacto dessas tecnologias no espaço educativo, as quais podem ser interpretadas como ferramenta de inclusão social e, futuramente, profissional no mercado de trabalho.

Além disso, incentivamos a utilização desta tecnologia por compreender que é ferramenta fundamental para a produção científica, para a avaliação e entendimento dos processos de ensino e aprendizagem e que ainda conecta a Engenharia Agrônômica Nacional com o universo internacional.

De modo geral, as diferentes disciplinas trabalharão o tema mostrando a infinidade de possibilidades que se apresentam ao acadêmico e ao futuro profissional Engenheiro Agrônomo na medida em que a ferramenta é usada dentro dos princípios éticos da profissão. Para integrar o acadêmico ao mundo da tecnologia de informação, a IES contará com um sistema informatizado de disponibilização de materiais didáticos aos alunos através da Plataforma Google Classroom. Através dessa plataforma de ensino, os professores poderão disponibilizar resumos de aulas, listas de exercícios, artigos para leituras e debates, para acesso prévio dos alunos. A IES conta ainda com um sistema informatizado, o portal TOTVS, em que o aluno terá acesso ao setor financeiro, secretaria, boletim, horário de aula, acompanhamento de ausência, acompanhamento das avaliações, etc. O acesso será feito através de login e senhas individuais.



O professor poderá, também, agendar recursos audiovisuais, laboratórios e laboratórios de informática, informando antecipadamente quais atividades serão realizadas e quais os materiais necessários para a atividade proposta.

Assim, é possível realizar adequadamente as atividades de ensino-aprendizagem necessárias. O professor poderá, também, agendar recursos audiovisuais, laboratoriais e de informática, informando antecipadamente quais atividades serão realizadas e quais os materiais necessários para a atividade proposta.

7. Programa Institucional de Iniciação Científica

A IES estimula e promove a pesquisa nos domínios dos conhecimentos nela ministrados, assim como proporciona oportunidades para que os profissionais atualizem constantemente suas competências dentro do seu campo de atuação.

Neste contexto, o Centro Universitário Campo Real promove a divulgação na comunidade dos progressos relativos às suas áreas de ensino através de um programa que fomenta e desperta o interesse pela investigação científica, um importante meio para o desenvolvimento acadêmico e comunitário: os encontros de iniciação científica, conforme resolução 34/2016.

A iniciação científica pode realizar-se com a execução de projetos de pesquisa sob orientação de professores com qualificação acadêmica e prática de pesquisa, ou ainda com planos de trabalho, em que a pesquisa do acadêmico se integre a um projeto mais amplo desenvolvido por professores.

Nesse contexto, os programas de iniciação científica visam:

- Incentivar a participação dos estudantes de graduação em projetos de pesquisa, para que desenvolvam o pensamento e a prática científica com a orientação de pesquisadores qualificados;
- Estimular pesquisadores produtivos a engajarem estudantes de graduação no processo acadêmico, utilizando a capacidade de orientação à pesquisa;

- Impulsionar a disseminação e a socialização do conhecimento entre alunos, professores e comunidade;
- Qualificar recursos humanos para os programas de pós-graduação e aprimorar o processo de formação de profissionais para o setor produtivo;
- Contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores.

No entanto, para o estabelecimento de um programa de pesquisa, é necessário definir linhas orientadoras das atividades científicas, coerentes com os objetivos da IES, assim como mecanismos de seleção e de avaliação sistemáticas, com a finalidade de assegurar a execução, qualidade e pertinência dos projetos.

As linhas de pesquisa a serem desenvolvidas no curso de Medicina Veterinária serão determinadas pelo corpo docente e discente do curso, coordenação pedagógica e direção da Instituição.

O desenvolvimento das linhas de pesquisa e a adequação dos projetos de iniciação científica buscam:

- Adquirir suporte científico para realização do diagnóstico, compreensão e análise dos processos de transformação da agricultura, do rural e da sociedade global, visando um desenvolvimento sustentável que considere as dimensões sócio-culturais, econômicas, ambientais, políticas e éticas;
- Gerar, a partir das linhas de pesquisa propostas, o desenvolvimento de uma nova mentalidade produtiva voltada à sustentabilidade e à auto-suficiência da agricultura regional;

Baseando-se nesse contexto o Centro Universitário Campo Real incentiva as atividades de pesquisa e iniciação científica, levando-se em consideração alguns pontos importantes, como:

- Identificar linhas prioritárias, baseadas no perfil dos cursos da Instituição, não afastando a necessidade do retorno social;
- Interagir com a sociedade, permitindo que as contribuições relacionadas a cada pesquisa possam ser percebidas, utilizadas e aplicadas no meio social;
- Fomentar a criação de grupos de pesquisa apoiados às linhas de pesquisa prioritárias da Instituição;



- Criar canais de divulgação dos resultados das pesquisas, notadamente a criação e a manutenção de uma revista de divulgação científica;
- Estabelecer convênios, associações e contratos com instituições de pesquisa, órgãos de fomento e quaisquer outros organismos institucionais que possam gerar recursos (financeiros ou não) que facilitem a conclusão de pesquisas e/ou que fortaleçam grupos de pesquisa da Instituição;
- Prover condições de infra-estrutura física para que os grupos de pesquisa sejam consolidados.

O curso de Engenharia Agrônômica, juntamente com a IES, incentiva periodicamente a apresentação de trabalhos de iniciação científica em mostras realizadas na IES e fora dela, onde os acadêmicos podem divulgar seus trabalhos. Além disso, como foi comentado anteriormente, a IES edita as revistas Propagare, RESO, Saúde Integral, Pesquisa e Inovação e Tech Campo destinada a publicar trabalhos oriundos da comunidade acadêmica.

8. Programa de Monitoria

A estratégia pedagógica adotada pelo corpo docente do curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real consiste fundamentalmente no ensino de teorias e práticas, sendo que as teorias são ministradas por meio de aulas expositivas e as práticas por meio de desenvolvimento de atividades no campo e/ou nos laboratórios.

A monitoria, resolução nº18/2014, visa contribuir para a otimização do processo de ensino-aprendizagem, tendo por objetivo aprofundar os conhecimentos nessa área e ampliar a possibilidade de sua aprendizagem pelos acadêmicos do curso.

Trata-se de uma experiência de acompanhamento de atividades de ensino as quais foram realizadas durante as aulas ou extraclasse. As atividades realizadas pelo monitor são permeadas pela reflexão sobre questões referentes ao ensino, à pesquisa e à extensão, auxiliando o professor orientador no planejamento das atividades das aulas, do desenvolvimento e acompanhamento das atividades no campo e na

elaboração e organização de material didático-pedagógico, de modo a favorecer a compreensão dos conteúdos pelos acadêmicos, o desenvolvimento de habilidades práticas e do raciocínio espacial.

A monitoria é desenvolvida em consonância ao professor(a) orientador(a) das atividades, tendo para tanto, um período de trabalho previamente estabelecido, bem como uma relação de atividades semanais que irão gerar relatórios periódicos. A monitoria ocorre tanto em laboratório, sala de monitoria, quanto no campo (Fazendas parceiras e conveniadas da instituição).

Os alunos que atuam como monitores participam das atividades do laboratório e de campo em diversas áreas, quais sejam:

- ✓ Realizar levantamento bibliográfico do material existente na biblioteca relacionado aos assuntos abordados na disciplina e indicá-los aos acadêmicos interessados;
- ✓ Auxiliar na definição das atividades programadas para a disciplina e a para o experimento instalado;
- ✓ Auxiliar na definição e realização de procedimentos para aula prática ou para a atividade de campo;
- ✓ Auxiliar os acadêmicos na elaboração de material bibliográfico para apresentação dos resultados na Iniciação Científica da IES;
- ✓ Monitorar os experimentos instalados, realizando anotações diárias para o bom andamento dos trabalhos e organização da área experimental.

Em cada uma dessas áreas, se objetiva desenvolver uma habilidade cognitiva no aluno, de modo a aproximar ao máximo à prática adquirida com o desenvolvimento da atividade e a teoria adquirida em sala de aula.

O processo para seleção dos monitores consta das seguintes etapas:

- ✓ Após o registro de interesse, serão coletadas informações sobre os candidatos;
- ✓ Os candidatos aptos participarão de uma prova escrita sobre conteúdo relacionado às disciplinas;

- ✓ Em seguida, participarão de uma entrevista com o Coordenador do Curso e com o Coordenador do Projeto, quando serão avaliados quanto à postura e aos motivos que o levaram a interessar-se por participar do projeto;
- ✓ Serão avaliados o desempenho acadêmico e a assiduidade no curso;
- ✓ Por fim, os resultados da prova escrita, da entrevista e da avaliação do desempenho acadêmico serão contabilizados em conjunto e divulgados em edital. Em cada uma dessas áreas se objetiva desenvolver uma habilidade cognitiva no aluno, de modo a aproximar ao máximo à prática adquirida com o desenvolvimento da atividade e a teoria adquirida em sala de aula.

9. Incentivo às atividades de extensão

Os acadêmicos têm oportunidade de participar de várias atividades de extensão, desde cursos específicos da área da Engenharia Agrônômica e afins, até atividades que contam com a participação da IES.

A integração teórico/prática ocorre durante a oferta da parte prática (aulas práticas) do conteúdo acadêmico. Adicionalmente, durante atividades extraordinárias (projetos de extensão à comunidade e realização de atividades complementares e sociais), que contem com a participação da IES, os acadêmicos têm a oportunidade de, com a presença de professores, realizarem experimentações da prática profissional.

Sob este aspecto, os objetivos principais são:

- ✓ Estabelecer perfis de oferta de cursos de extensão na Instituição, valorizando os perfis de seus grupos de pesquisa;
- ✓ Estimular a interdisciplinaridade, colaborando, inclusive com a aliança com outras instituições;
- ✓ Aproximar a sociedade regional, através de programas rápidos de capacitação a um custo permissível;
- ✓ Humanizar o tratamento do discente, através de programas de apoio pedagógico, médico, odontológico, psicológico e quaisquer outros programas que facilitem a vida acadêmica;

✓ Propor programas que despertem o senso crítico comunitário, tais como: programas de conscientização ambiental; programas de conscientização política, programas de conscientização econômica e/ou quaisquer outros que permitam que a Instituição cumpra seu papel social de apoio à sociedade.

10. Desenvolvimento de material didático-pedagógico

Fazer uso de um material em sala de aula, de forma a tornar o processo de ensino aprendizagem mais atrativo, menos verbalístico, mais eficaz e eficiente, é uma preocupação que o curso de Engenharia Agrônoma do Centro Universitário Campo Real .

O desenvolvimento e utilização de materiais didáticos é considerado por muitos, como instrumentos importantes à prática docente, será material auxiliar desta prática. De maneira geral, o uso do material didático traz oportunidades de proporcionar uma participação mais ativa dos alunos durante as aulas.

Somente a fala dos professores, muitas vezes, não desperta a atenção do aluno, cansando tanto aluno quanto professor. Os materiais didáticos quebram o excesso de verbalismo e concretizam o assunto abordado pelo professor, facilitando a aprendizagem do aluno, tornando a aula mais atrativa e participativa.

No entanto, ressalta-se que apesar de todas as vantagens e a importância que há na utilização dos materiais didáticos, eles não ocupam um lugar central no bom desempenho da prática docente. Destaca-se que o bom professor pode motivar e incentivar seus alunos, despertando-os para o conhecimento e obtendo resultados positivos de aprendizagem somente com a sua vontade e competência profissional, além de seu carisma e a maneira como interage com os acadêmicos.

No curso de Engenharia Agrônoma, ressalta-se essa interação perfeita entre o material que o professor adota ou desenvolve para as suas aulas, com a competência e motivação do próprio professor docente do curso, resultando em excelentes trabalhos desenvolvidos em práticas pedagógicas consistentes.

11 ESTRUTURA CURRICULAR

A proposta do curso apóia-se na lei de diretrizes e bases da educação LDB 9.394/1996 e na orientação contida nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Engenharia Agrônômica (Parecer CNE/CES N°306/2004 e da resolução n°1 de 02 de fevereiro de 2006).

O projeto pedagógico do curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real apresenta um currículo voltado para conteúdos essenciais relacionados com as áreas de produção vegetal e animal, gestão ambiental, agroindústria, engenharia rural e desenvolvimento rural. A disposição e formação do currículo buscam o desenvolvimento de condutas e atitudes dos egressos com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios o respeito à fauna e à flora; conservação ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água; uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente; emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo; atendimento às expectativas humanas e sociais, no exercício de atividades profissionais. O currículo pleno do curso de Engenharia Agrônômica apresenta disciplinas básicas e específicas, teóricas e práticas.

A matriz curricular do curso de Engenharia Agrônômica foi reestruturada considerando-se as transformações ocorridas na sociedade e na agricultura nos últimos anos, buscando um ajuste da matriz curricular com a realidade agropecuária regional. Esta mudança foi aprovada por meio de análise do corpo docente do curso de Engenharia Agrônômica, direção e coordenação pedagógica da IES.

As alterações foram aprovadas pelo Colegiado de curso, registradas nas atas de reuniões de NDE e colegiado, conforme livros ata. As principais razões para alteração da matriz curricular do Curso de Engenharia Agrônômica São:

- ✓ Adequação das disciplinas e conteúdos à realidade agropecuária regional;
- ✓ Permitir a desfragmentação do conhecimento, por meio de disciplinas isoladas, defendendo-se a necessidade de promover a integração do conteúdo das disciplinas;

- ✓ A necessidade do profissional da Engenharia Agrônômica assumir a responsabilidade na busca de um modelo de desenvolvimento sustentável.
- ✓ A exigência de uma formação técnico-científica e sociopolítica que desenvolva maior responsabilidade social e ambiental diante das problemáticas que a sociedade contemporânea apresenta;
- ✓ Atender às novas demandas do mercado de trabalho e possibilidades de nele se inserir;
- ✓ A necessidade de compreender o contexto sociocultural, econômico e político, preparando-se para nele atuar.
- ✓ A inserção das atividades pedagógicas supervisionadas (APS).
- ✓ Inserção do projeto de extensão ODI na matriz.

O curso de Graduação em Engenharia Agrônômica obedece ao regime de matrícula seriado semestral, contando atualmente com o ingresso semestral de 50 alunos em período noturno. A atual carga horária do curso é de 3600 horas, conforme matriz curricular citada abaixo.

11.1 Matriz Curricular e dimensionamento da carga horária por período

Tabela 10. Matriz Curricular e dimensionamento da carga horária por período.

1º PERÍODO	C.H.
Matemática	80
Química	80
Biologia Celular	80
Desenho Técnico e Construções Rurais	80
Extensão Rural e Cooperativismo	80

TOTAL	400
--------------	------------

2º PERÍODO	C.H.
-------------------	-------------

Botânica	80
Bioquímica	80
Genética	80
Física	40
Ecologia Agrícola	40
Comunicação e Metodologia	80

TOTAL	400
--------------	------------

3º PERÍODO	C.H.
-------------------	-------------

Entomologia Agrícola I	80
Microbiologia Agrícola	80
Fisiologia Vegetal I	80
Climatologia	80
Estatística	80

TOTAL	400
--------------	------------

4º PERÍODO	C.H.
Fisiologia Vegetal II	80
Fitopatologia I	80
Gênese, Classificação e Propriedades do solo	80
Entomologia Agrícola II	40
Experimentação Agrícola	40
Gestão Empreendedora	80
TOTAL	400

5º PERÍODO	C.H.
Fitopatologia II	80
Melhoramento Vegetal	80
Fertilidade do Solo	80
Topografia	80
Horticultura	80
TOTAL	400

6º PERÍODO	C.H.
Manejo e Conservação de Solos	80
Plantas Daninhas	80
Mecanização Agrícola	80
Zootecnia	80
Nutrição e Fisiologia Animal	80
TOTAL	400

7º PERÍODO	C.H.
Grandes Culturas I	80
Irrigação e Drenagem	80
Optativa I	80
Cartografia	40
Tecnologia e Produção de Sementes	40
Fruticultura	80
TOTAL	400

8º PERÍODO	C.H.
Grandes Culturas II	80
Geoprocessamento e Georreferenciamento	80
Olericultura	40
Forragicultura	40
Gestão Ambiental e Perícias Rurais	80
Programa de Extensão Institucional - PEX	80
TOTAL	400

9º PERÍODO	C.H.
Vivência Profissional I	360
TOTAL	360

10º PERÍODO	C.H.
Vivência Profissional II	80
Estágio Supervisionado	400
Trabalho de Curso	40
TOTAL	520

Tabela 11. Atividades desempenhadas pelo aluno ao longo do curso.

ATIVIDADES	H/A	%
Aulas	3240	75,00
Estágio Supervisionado	400	9,26
Atividades Complementares	240	5,56
Extensão	440	10,19
TOTAL	4320	100,00

11.2 Ementário e bibliografia

As ementas estão atualizadas e adequadas às disciplinas e à concepção do curso, bem como as bibliografias básicas e complementares.

➤ PRIMEIRO PERÍODO

Tabela 12. Ementário e bibliografias básicas e complementares.

Disciplina	Matemática	C.H.:	80	Período:	1°
Ementa					
Revisão de Matemática Básica. Razão e Proporção. Porcentagem. Regra de Três Simples e Composta. Equações. Unidades de Medidas. Transformação de Unidades de Medida. Geometria Plana e Espacial. Noções de Matemática Financeira.					
Bibliografia Básica					
1. Silva, da, C. Fundamentos de física e matemática. [Minha Biblioteca] 2. Araújo, L. M., M. et al. Fundamentos de matemática. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.					

3. Goldstein, L, J. et al. **Matemática aplicada**. Disponível em: Minha Biblioteca, (12th edição). Grupo A, 2012.

Bibliografia Complementar

1. MEDEIROS, Valéria Z.; CALDEIRA, André M.; SILVA, Luiza Maria Oliveira da; et al. Pré-Cálculo. Cengage Learning Brasil, 2013
2. TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza; Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Editora Blucher, 2014
3. ADAMI, Adriana M.FILHO, Adalberto A D.; LORANDI, Magda M. Pré-cálculo. Grupo A, 2015.
4. BOULOS, Paulo. Introdução ao Cálculo - Vol. 1: Cálculo Diferencial. Editora Blucher, 2019.
5. MACHADO, Celso P.; FERRAZ, Mariana S A. Fundamentos de geometria. Grupo A, 2019.

Periódicos recomendados

www.somatematica.com.br

Disciplina	Biologia Celular	C.H.:	80	Período:	1°
:					
Ementa					
Níveis de organização da vida e organização geral de células procarióticas e eucarióticas. Morfologia e função de: membranas biológicas, glicocálix, parede celular, citoesqueleto, núcleo, ribossomo, retículo endoplasmático, complexo de Golgi, lisossomo, vacúolo, peroxissomo, glioxissomo, mitocôndria e cloroplasto. Mitose e meiose. Microscopia de luz.					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALBERTS, B.; et al. Fundamentos da biologia celular. 4. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2017 2. DE ROBERTIS, E. M. F. HIB, J. Biologia celular e molecular. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017 3. JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. 9. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 					
Bibliografia Complementar					

1. LODISH, H.; et al. **Biologia celular e molecular**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
2. Cutler, David, F. et al. Anatomia vegetal. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2011.
3. Evert, Ray, F. e Susan E. Eichhorn. Biologia Vegetal. Disponível em: Minha Biblioteca, (8th edição). Grupo GEN, 2014.
4. Reece, Jane, B. et al. Biologia de Campbell. Disponível em: Minha Biblioteca, (10th edição). Grupo A, 2015.
5. Pires, Carlos Eduardo de Barros, M. e Lara Mendes de Almeida. Biologia Celular - Estrutura e Organização Molecular. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

Periódicos recomendados

Revista Acta Botânica Brasílica
 Revista Brazilian Journal of Biology
 Revista Ciência Agronômica
 Revista Horticultura Brasileira

Disciplina:	Desenho Técnico e C.H.:	80	Período:	1º
construções rurais				
Ementa				
<p>Instrumentos de Desenho Técnico. Leitura e representação das Projeções gráficas, hierarquia de linhas, tipos de tracejados e linhas de construção. Introdução à NBR6492/1994 – Representação de Projetos de desenho aplicado às edificações rurais. Formatação do papel para a reprodução gráfica de projetos. Representação de escalas. Tipos de tracejados e linhas de construção. Desenho de instalações hidrossanitárias e elétricas. Projeções cilíndricas ortogonais, Perspectiva Isométrica e Cavaleira. Noções de Desenho Arquitetônico e Mapas de Risco. Layout. Cotas. Conceitos básicos de eletricidade e instalações elétricas. Sistemas de proteção e manobra. Projetos, orçamentos e memorial descritivo em construções rurais e eletrificação. Conhecimento básico de engenharia aplicados às construções rurais e ambiência. Propriedades físico-mecânicas dos materiais de construção, suas</p>				

propriedades, seleção e indicação para fins específicos. Etapas da construção (do planejamento ao acabamento).

Bibliografia Básica

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 6492 Representação de Projetos de Arquitetura. Rio de Janeiro, 1994.
2. NBR 8196 – Desenho Técnico - Emprego de Escalas. Rio de Janeiro, 2018.
3. SILVA.E.C.O. Desenho técnico fundamental. 1. Ed. Rio de Janeiro. RJ. 2015.
4. MONTENEGRO, Gildo A. Desenho Arquitetônico; Blucher; 4ª ed., São Paulo, 2001.
5. CRUZ, Michele David da. Desenho Técnico. Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536518343.
6. MORIOKA, Carlos A.; CRUZ, Eduardo Cesar A.; CRUZ, Michele David da. Desenho Técnico - Medidas e Representação Gráfica. Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536518350.
7. GALINATTI, Anna C M.; GIAMBASTIANI, Gabriel L.; SCOPELL, Vanessa G.; et al. Projetos de Paisagismo e de Construções Rurais. Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556901527.
8. MOHAMAD, Gihad. Construções em Alvenaria Estrutural. Editora Blucher, 2020. E-book. ISBN 9788521214601.

Bibliografia Complementar

- ABRANTES, José; FILHO, Carleones Amarante F. Série Educação Profissional-Desenho Técnico Básico - Teoria e Prática. Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788521635741.
- FERNANDO, Paulo H L.; AUSTRIA, Gabriela C.; SOUZA, Dulce A.; et al. Desenho de Perspectiva. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595024212.
- SOUZA, Jéssica P.; MÄHLMANN, Fabiana G.; COPINI, Wylliam M.; et al. Desenho Técnico Arquitetônico. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595024236.
- THOMAS, Maurício; ADORNA, Diego L.; SCHMITZ, Rebeca J. Construções especiais. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595025622.
- KUBBA, Sam A A. Desenho técnico para construção. (Tekne). Grupo A, 2014. E-book. ISBN 9788582601570.

Periódicos recomendados

<https://www.usgs.gov/>

Disciplina:	Extensão Rural e Cooperativismo	C.H.:	80	Período:	1°
Ementa					
<p>Conceituação de extensão rural; Modelos de extensão rural; Conscientização da extensão rural; Sociologia das organizações; Educação e relações étnico-raciais na sociologia rural e na extensão. Associativismo e cooperativismo.</p>					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Silva, R. Corrêa D. Extensão Rural . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. 2. Stein, Ronei, T. et al. Fundamentos da extensão rural . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020. 3. Reis, Marcus. Crédito Rural . Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Grupo GEN, 2021. See More 					
Bibliografia Complementar					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Silva, Eliziane, et al. Assistência técnica e extensão rural . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020. 2. Feijó, Ricardo Luis C. Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2010. 3. Santos, Eurico de, O. e Marcelino de Souza. Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2010. 4. Büttenbender, Pedro L. Gestão de Cooperativas: Fundamentos, Estudos e Práticas . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Unijuí, 2011. 5. Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças D. Manual de Gestão das Cooperativas: Uma Abordagem Prática, 7ª edição . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2015. 					
Periódicos recomendados					
<p>Revista extensão Rural: https://periodicos.ufsm.br/extensaorural</p>					

Disciplina:	Química	C.H.:		Período:	1°
Ementa					

Estrutura da matéria. Ligações químicas. Forças intermoleculares. Estequiometria de reações. Funções inorgânicas: estudo de pH e volumetria ácido-base. Estequiometria de soluções. Funções orgânicas oxigenadas, halogenadas e nitrogenadas. Isomeria. Fundamentos de análises quantitativas e qualitativas. Métodos Clássicos. Métodos Instrumentais.

Bibliografia Básica

1. ATKINS, P.; JONES, L.; LAVERMAN, L. **Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente**. Bookman Editora, 2018. 3
2. VOGEL, Arthur Israel. **Análise química quantitativa** / Vogel ; tradução Júlio Carlos Afonso, Paula Fernandes de Aguiar, Ricardo Bicca de Alencastro. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2019. 488p.3,
3. Solomons, T.W., G. et al. **Química Orgânica**. v.1. Disponível em: Minha Biblioteca, (12th edição). Grupo GEN, 2018...

Bibliografia Complementar

1. Fiorotto, Nilton R. **Química - Estrutura e Estequiometria**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2013.
2. Mahan, Bruce M. **Química um curso universitário**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 1995.
3. CHANG, R.; GOLDSBY, K. A. **Química**. AMGH Editora, 2013.
4. Rosenberg, Jerome, L. et al. **Química geral**. Disponível em: Minha Biblioteca, (9th edição). Grupo A, 2013.
5. Both, Josemere. **Química geral e inorgânica**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A.

Periódicos recomendados

➤ SEGUNDO PERÍODO

Disciplina :	Física	C.H.:	40	Período:	2º
Ementa					
Movimentos uni e bidimensionais. Leis de Newton. Energia de um sistema e suas conservações. Mecânica dos fluídos. Termodinâmica.					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física: um curso universitário. Tradução de Giorgio Moscati. São Paulo: Blücher, 1972. 2. BAUER, Wolfgang. Física para universitários: mecânica. Wolfgang Bauer, Gary D. Westfall, Helio Dias. Tradução: Iuri Duquia Abreu, Manuel Almeida Andrade Neto; revisão técnica: Helio Dias. Porto Alegre: AMGH, 2012. 3. CHABAY, Ruth W. Física Básica: mecânica moderna. Volume 1. Ruth W. Chabay, Bruce A. Sherwood; tradução André Landulfo ... [et al.] - 4. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2018. 					
Bibliografia Complementar					
<ol style="list-style-type: none"> 1. HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos da Física: mecânica. Tradução de Ronaldo Sérgio de Biasi. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 2. NUSSENZVEIG, Moysés H. Curso de Física Básica 1. 1ª edição digital, 2018. Editora Edgard Blücher Ltda. 3. SERWAY, Raymond A.; JEWETT JR., John W. Física para cientistas e engenheiros: oscilações, ondas e termodinâmica. Tradução de All Task; Colaboração de Vahé Perroomian; Revisão de Carlos Roberto Grandini. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. v. 2. 4. TELLES, Dirceu D.; NETTO, João M. Física com aplicação tecnológica: Oscilações, Ondas, Fluidos e Termodinâmica. V. 2. São Paulo: Blucher, 2018. 5. TIPLER, Paul Allen. Física para cientistas e engenheiros, volume 1: mecânica, oscilações e ondas, termodinâmica. Paul A. Tipler, Gene Mosca. Tradução e revisão técnica: Paulo Machado Mors. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 					
Periódicos recomendados					

Disciplina :	Comunicação e Metodologia	C.H.:	80	Período:	2º
Ementa					
<p>Língua, fala, norma, variações e sociedade. Noções básicas de linguagem, comunicação e expressão na prática acadêmica. Os diversos tipos de textos e suas características. Modalidades linguísticas falada e escrita; O português coloquial e a norma culta; Leitura e produção escrita; Estratégias de leitura: recuperação da informação; Compreensão e interpretação de textos; Reflexão sobre forma e conteúdo; O texto e sua funcionalidade; Textualidade: coesão e coerência, intenção comunicativa, habilidades de interpretação; Leitura e compreensão de textos acadêmico-científicos; A comunicação científica: aspectos lógicos e técnicos; Tipos de conhecimentos; A ciência e a pesquisa científica: natureza, objetivos e classificação da ciência; O método científico. Hipótese, leis teóricas; A pesquisa, conceito, tipos e etapas; Definição e estrutura de textos acadêmico-científicos; Etapas de elaboração; Formas básicas de apresentação de textos: resenha, relatório, resumo, comunicação científica, artigos; Produção acadêmico-científica escrita e oral.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>1. Matias-Pereira, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo GEN, 2016.</p> <p>2. Marconi, Marina de, A. e Eva Maria Lakatos. Metodologia Científica. Disponível em: Minha Biblioteca, (8th edição). Grupo GEN, 2022</p> <p>3. Sangaletti, Leticia, <i>et al.</i> Comunicação e Expressão. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo A, 2019.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>1. GUIMARÃES, T. C. Comunicação e linguagem. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2011.</p> <p>2. FARACO, C.; TEZZA, C. Prática de texto: para estudantes universitários. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>3. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 5 ed. São Paulo: Ática, 2006. 432 p., il. ISBN 978-85-08-10594-6.</p> <p>4. Carlos, GIL, A. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6a edição. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br</p> <p>5. Vezzani, Renata de M. Alfabetização científica e letramento científico. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2021.</p>					

Periódicos recomendados

--

Disciplina	Botânica	C.H.:	80	Período:	2º
:					

Ementa

Tecidos vegetais. Órgãos vegetativos e reprodutivos. Morfologia vegetal externa (estrutura e importância dos órgãos externos como raiz, caule, folha, flor, fruto e semente) e interna (anatomia e organização dos sistemas de tecidos internos, como sistema dérmico, sistema de preenchimento e sistema vascular). Reconhecimento e caracterização sistemática das principais famílias botânicas da divisão Magnoliophyta. Fundamentos da sistemática, táxons, nomenclatura, confecção de exsicatas, uso de chaves dicotômicas. Reconhecimento e classificação das famílias de importância agrônômica da divisão Gymnospermae e das classes, Liliopsida e Magnoliopsida).

Bibliografia Básica

1. Cutler, David, F. et al. **Anatomia vegetal** . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2011.
2. Stein, Ronei, T. et al. **Morfologia vegetal** . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.
3. Judd, Walter, S. et al. **Sistemática vegetal: uma abordagem filogenética** . Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Grupo A, 2008.

Bibliografia Complementar

1. Evert, Ray, F. e Susan E. Eichhorn. *Biologia Vegetal* . Disponível em: Minha Biblioteca, (8ª edição). Grupo GEN, 2014.
2. Ceola, Gessiane e Ronei T. Stein. *Botânica sistemática* . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.
3. Finkler, Raquel e Anderson S. Pires. *Anatomia e morfologia vegetal* . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.
4. Evert, Ray F. *Anatomia das Plantas de ESAU: Meristemas, Células e Tecidos do Corpo da Planta: sua Estrutura, Função e Desenvolvimento* . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2013.
5. Castro, Anselmo Augusto D. *Características Plásticas e Botânicas das Plantas Ornamentais*. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

Periódicos recomendados

www.scielo.br

Disciplina	Bioquímica	C.H.:	80	Período:	2°
:					
Ementa					
Química e importância biológica de aminoácidos, proteínas, carboidratos e lipídeos. Enzimas: cinética e inibição. Coenzimas e Vitaminas. Energética bioquímica e visão geral do metabolismo. Metabolismo de carboidratos, lipídeos, aminoácidos e proteínas.					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Campbell, Mary K. Bioquímica. Tradução de Henrique Brunselmeyer Ferreira. 2.ed. técnica] Robson Mendes Matos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 2. VOET, Donald; VOET, Judith G. Bioquímica. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 3. Nelson, David, L. Princípios de bioquímica de Lehninger. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. 					
Bibliografia Complementar					
<ol style="list-style-type: none"> 1. BROWN, T. A. Bioquímica. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018 2. RODWELL, Victor W. et al. Bioquímica ilustrada de Harper. 30. ed. – Porto Alegre: AMGH, 2017 					

3. BERG, Jeremy M; TYMOCKKO, John L; STRYER, Neil D. **Bioquímica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
4. Marzzoco, Anita, e Bayardo Baptista Torres. **Bioquímica Básica**. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo GEN, 2015.
5. Simomukay, Elton, et al. **Engenharia Bioquímica**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2022.

Periódicos recomendados

www.sbbq.org.br
www.qmc.wfsc.br

Disciplina	Ecologia Agrícola	C.H.:	40	Período:	2°
:					
Ementa					
Princípios da ecologia. conceitos fundamentais em ecologia. níveis de organização biológica e suas propriedades emergentes. Fatores ecológicos, produtividade e ciclos biogeoquímicos. proteção aos recursos naturais renováveis (solo, água, flora, fauna). Poluição causada por agroquímicos e seu controle, bases ecológicas para a experimentação agrícola.					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Cain, Michael, L. et al. Ecologia . Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Grupo A, 2018. 2. Gurevitch, Jessica, e outros. Ecologia vegetal . Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Grupo A, 2009. 3. Stein, Ronei T. Ecologia geral . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. 					
Bibliografia Complementar					

1. Pinto-Coelho, Ricardo M. Fundamentos em ecologia . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2000.
2. Reis, Agnes C., D. et al. Ecologia e análises ambientais . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
3. Begon, Michael, e Colin R. Townsend. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. Disponível em: Minha Biblioteca, (5ª edição). Grupo A, 2023.
4. Miller, G., T. e Scott E. Spoolman. Ecologia e sustentabilidade - Tradução da 6ª edição norte-americana . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2012.
5. Odum, Eugene, P. e Gary W. Barret. Fundamentos de Ecologia – Tradução da 5ª edição norte-americana – Estudos de casos nacionais na internet . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2019.

Periódicos recomendados

www.scielo.br

Disciplina	Genética	C.H.:	80	Período:	2º
:					
Ementa					
Introdução. Importância da Genética na agropecuária. Genética molecular. Bases citológicas da herança e gametogênese. Mendelismo. Interações alélicas e não alélicas. Alelismo múltiplo. Ligação, permuta, mapa genético e pleiotropia. Efeitos do ambiente na expressão gênica. Genética quantitativa e qualitativa. Genética de populações.					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Griffiths, Anthony J., F. et al. Introdução à Genética. Disponível em: Minha Biblioteca, (12th edição). Grupo GEN, 2022. 2. Klug, William, S. et al. Conceitos de Genética. Disponível em: Minha Biblioteca, (9th edição). Grupo A, 2010. 3. Pierce, Benjamin A. Genética - Um Enfoque Conceitual, 5ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016. 					
Bibliografia Complementar					

1. Snustad, D., P. e Michael J. Simmons. Fundamentos de Genética, 7ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.
2. Brown, Terence A. Genética - Um Enfoque Molecular, 3ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 1999.
3. Becker, Roberta, O. e Bárbara L. F. Barbosa. Genética básica. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.
4. Mansour, Eva R., M. et al. Genética. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
5. Pimenta, Célia Aparecida, M. e Jacqueline Miranda de Lima. Genética Aplicada à Biotecnologia. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015.

Periódicos recomendados

www.scielo.br

➤ TERCEIRO PERÍODO

Disciplina	Climatologia	C.H.:	80	Período:	3º
:					
Ementa					
<p>Noções de meteorologia e climatologia agrícola. Fatores e elementos do clima. Microclimatologia. Índices climáticos e relações bioclimáticas. Relação solo, planta e atmosfera. Balanço hídrico. Zoneamento agroclimático. Princípios de classificação climática. Impactos antrópicos na dinâmica climática. Impactos do clima na agricultura (azares climáticos). Aparelhos meteorológicos, princípio, funcionamento e interpretação dos dados.</p>					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Torres, Fillipe Tamiozzo, P. e Pedro José de Oliveira Machado. Introdução à Climatologia . Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2012. 2. Carnevskis, Elizabeth, L. e Leandro F. Lourenço. Agrometeorologia e climatologia . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. 3. Alvarenga, Alexandre, A. et al. Agrometeorologia - Princípios, Funcionalidades e Instrumentos de Medição . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015. 					
Bibliografia Complementar					

1. Barry, Roger, G. e Richard J. Chorley. **Atmosfera, tempo e clima..** Disponível em: Minha Biblioteca, (9th edição). Grupo A, 2009
2. Cortese, Tatiana Tucunduva, P. e Gilberto Natalini. **Mudanças Climáticas: Do Global ao Local.** Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2014.
3. Christopherson, Robert e Ginger H. Birkeland. **Geossistemas** . Disponível em: Minha Biblioteca, (9ª edição). Grupo A, 2017.
4. MACHADO, Vanessa S. **Princípios de climatologia e hidrologia.** 2017. E-book. ISBN 9788595020733. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020733/>.
5. Reichardt, Klaus, e Luís Carlos Timm. **Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações.** Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Editora Manole, 2022.

Periódicos recomendados

Revista Brasileira de Climatologia



Disciplina	Estatística	C.H.:	80	Período:	3°
:					
Ementa					
Estatística Descritiva. Coleta e compilação de dados estatísticos. Medidas de Posição e Dispersão. Amostragem. Distribuição de amostragem. Variância, covariância e confiabilidade. Qualidade da estimativa. Análise dos resultados. Análise de Significância. Correlação e Regressão linear.					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Neto, Pedro Luiz de Oliveira C. Estatística. Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Editora Blucher, 2006. 2. Crespo, Antônio A. Estatística fácil. Disponível em: Minha Biblioteca, (19ª edição). Editora Saraiva, 2009. 3. Morettin, Pedro, A. e Wilton de O. Bussab. Estatística básica. Disponível em: Minha Biblioteca, (9ª edição). Editora Saraiva, 2017. 					
Bibliografia Complementar					

1. Akanime, Carlos, T. e Roberto Katsuhiko Yamamoto. **Estudo Dirigido de Estatística Descritiva** . Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Editora Saraiva, 2013.
2. Montgomery, Douglas, C. et al. **Estatística Aplicada à Engenharia**, 2ª edição . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2004.
3. Clark, Jeffrey e Douglas Downing. **Estatística Aplicada - Série Essencial**, 3ª Edição . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2012.
4. Creswell, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa** . Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Grupo A, 2014.
5. Oliveira, Francisco Estevam Martins, D. **Estatística e Probabilidade - Exercícios Resolvidos e Propostos**, 3ª edição . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.

Periódicos recomendados

Acta Scientiarum Agronomy

Disciplina	Entomologia agrícola I	C.H.:	80	Período:	3°
:					
Ementa					
<p>Introdução ao estudo dos insetos. Morfologia externa e fisiologia dos insetos. Desenvolvimento e metamorfose dos insetos. Princípios de taxonomia e sistemática. Aspectos da biologia reprodutiva, comunicação e comportamentos associados à reprodução. Ecologia dos insetos. Caracterização e reconhecimento das principais ordens e famílias de importância econômica. Aspectos gerais sobre acarologia.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>1. Gullan, P.J.; Cranston, P.S. Insetos – Fundamentos da Entomologia, 5ª Edição. Grupo GEN, 2017. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>2. Moura, A. S; ... [et al.]. Zoologia e entomologia agrícola. Grupo A, 2019. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>3. Triplehorn, C. A.; Johnson N. F. Estudo dos Insetos: Tradução da 7ª edição de Borror and DeLong's Introduction to the Study of Insects - 2ª edição brasileira. Cengage Learning Editores SA de CV, 2016. Disponível em: Minha Biblioteca</p>					
Bibliografia Complementar					

1. Hickman, C.P.; ...[et al.]. Princípios integrados de zoologia, 18ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 2022. 888p. Disponível em: Minha Biblioteca

2. Moura, A. S; ... [et al.]. Entomologia Agrícola. Grupo A, 2021. Disponível em: Minha Biblioteca

3. Fransozo, A. Zoologia dos Invertebrados, 1ª edição. Rio de Janeiro: Roca, 2018. Disponível em: Minha Biblioteca

4. Manual de identificação de insetos e outros invertebrados da cultura da soja/ Daniel Ricardo Sosa-Gómez ...[et al.] – 3.ed. Londrina: Embrapa Soja, 2014. 100p. : il. color. ; 18 cm. - (Documentos / Embrapa Soja, ISSN 1516- 781X; n. 269). Disponível: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/105924/1/Doc269-OL.pdf>

Fonseca, Eliene Maciel dos, S. e Rosivaldo Cordeiro de Araújo. Fitossanidade princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas 1ª edição 2015. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

Periódicos recomendados

Revista Brasileira de Entomologia - www.journals.elsevier.com/revista-brasileira-de-entomologia.

Neotropical Entomology - <https://seb.org.br/neotropical-entomology>

Pesquisa Agropecuária Brasileira - <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab>

Disciplina	Fisiologia Vegetal I	C.H.:	80	Período:	3°
:					
Ementa					
Relações hídricas: absorção e transporte de água. Absorção de sais minerais. Ciclo do Nitrogênio. Transporte no xilema e floema. Nutrição mineral. Metabolismo: Fotossíntese e respiração.					
Bibliografia Básica					
1. KERBAUY, Gilberto Barbante. Fisiologia vegetal . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019					
2. TAIZ, Lincoln; ZEIGER, Eduardo. MURPHY, Angus. Fisiologia e desenvolvimento vegetal . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.					
3. CASTRO, Paulo Roberto Camargo; KLUGE, Ricardo Alfredo; SESTARI, Ivan. Manual de fisiologia vegetal: fisiologia de cultivos . Piracicaba: Agronômica Ceres, 2008.					

Bibliografia Complementar

1. Nogueira, Michelle, B. et al. Fisiologia Vegetal. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
2. Silveira, Talita, A. e Gessiane Ceola. Fisiologia vegetal. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.
3. Schwambach, Cornélio, e Geraldo Cardoso Sobrinho. Fisiologia Vegetal - Introdução às Características, Funcionamento e Estruturas das Plantas e Interação com a Natureza. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
4. Silva, Rui Corrêa D. Produção Vegetal Processos, Técnicas e Formas de Cultivo. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
5. Faquin, Valdemar Nutrição Mineral de Plantas / Valdemar Faquin. -- Lavras: UFLA / FAEPE, 2005. Disponível : https://dcs.ufla.br/images/imagens_dcs/pdf/Prof_Faquin/Nutricao%20mineral%20de%20plantas.pdf

Periódicos recomendados

Revista Árvore
 Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal
 Revista Ceres
 Revista Ciência e Agrotecnologia
 Revista Ciência Rural
 Revista Florestal
 Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira
 Revista Scientia Agrícola

Disciplina:	Microbiologia Agrícola	C.H.:	80	Período:	3º
--------------------	-------------------------------	--------------	-----------	-----------------	-----------

Ementa

Características gerais, morfologia, crescimento e reprodução dos micro-organismos. Distribuição dos micro-organismos na natureza: bactérias, fungos, vírus; importância, características gerais, metabolismo, crescimento, reprodução, exploração, isolamento e manutenção. Relação entre microorganismos e plantas. Fixação biológica de nitrogênio. Microbiologia do solo. Métodos e técnicas em microbiologia.

Bibliografia Básica

1. Salvatierra, Clabijo M. **Microbiologia**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
2. Black, Jacquelyn G. **Microbiologia: fundamentos e perspectivas** / Jacquelyn

- G. Black, Laura J. Black; revisão técnica Roberto Lima; tradução Patricia Lydie . - 10. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
3. Tortora, Gerard, J. et al. **Microbiologia**. Disponível em: Minha Biblioteca, (12th edição). Grupo A, 2017.

Bibliografia Complementar

1. Madigan, Michael, T. et al. Microbiologia de Brock. Disponível em: Minha Biblioteca, (14th edição). Grupo A, 2016.
2. Vermelho, Alane B. Práticas de Microbiologia. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2019.
3. Moreira, Fátima Maria de Souza Microbiologia e Bioquímica do Solo / Fátima Maria de Souza Moreira, José Oswaldo Siqueira. — 2. ed. atual. e ampl. — Lavras : Editora UFLA, 2006. 729 p. Disponível: https://www.esalq.usp.br/departamentos/lso/arquivos_aula/LSO_400%20Livro%20-%20Microbiologia%20e%20bioquimica%20do%20solo.pdf
4. Microbiologia Básica para Ciências Agrárias/Eduardo Robson Duarte, Ciências Agrárias da UFMG, 2011. (ed.). Montes Claros: Instituto de 129 p. Disponível : https://www.researchgate.net/publication/267332910_Microbiologia_Basica_para_Ciencias_Agrarias
5. Cardoso, Elke Jurandy Bran Nogueira e Andreote Fernando Dini. Microbiologia do solo. USP. 2020 . Disponível: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/109>

Periódicos recomendados

www.scielo.br

➤ QUARTO PERÍODO

Disciplina:	Gestão Empreendedora	C.H.:	80	Período:	4°
Ementa					

Fundamentos do agronegócio. Empreendedor e empreendedorismo. Características necessárias ao empreendedor. Plano de negócios. Conceitos gerais e objetivos da administração rural. Áreas administrativas da propriedade rural: produção; finanças; comercialização; recursos humanos. Funções administrativas: Planejamento, organização, direção e controle. Orçamentos e custos de produção.

Bibliografia Básica

1. Maximiano, Antonio Cesar Amaru. - Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital /Antonio Cesar Amaru Maximiano. – 8. ed. – [4a Reimpr.]. - Rio de Janeiro: Atlas, 2023. Bibliografia. ISBN 978-85-97-01245-3
[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597012460/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dbody005\]!/4/24/6/3:21\[245%2C-3\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597012460/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dbody005]!/4/24/6/3:21[245%2C-3])
2. Mintzberg, Henry. Safári de estratégia [recurso eletrônico] : um roteiro pela selva do planejamento estratégico / Henry Mintzberg, Bruce Ahlstrand, Joseph Lampel ; tradução: Lene Belon Ribeiro ; revisão técnica: Carlos Alberto Vargas Rossi. – 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Bookman, 2010. Editado também como livro impresso em 2010. ISBN 978-85-7780-743-7
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788577807437/pageid/1>
3. Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças de Planejamento estratégico : conceitos, metodologia e práticas. - 35. ed. - Barueri [SP] : Atlas, 2023. ; 24 cm. Inclui bibliografia e índice. Glossário. ISBN 978-65-5977-477-7
[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774777/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]!/4/60/2/4/4/2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774777/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]!/4/60/2/4/4/2)

Bibliografia Complementar

Mintzberg, Henry. - Managing : desvendando o dia a dia da gestão / Henry Mintzberg ; tradução: Francisco Araújo da Costa ; revisão técnica : Roberto Fachin. – Porto Alegre : Bookman, 2014. e-PUB. Editado como livro impresso em 2010. ISBN 978-85-8260-311-6
[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582603116/epubcfi/6/8\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright.html\]!/4/4\[MANAGING_DESVENDANDO_O_DIA_A_DIA_DA_GESTAO-2.html\]/2/10/1:36\[nta%2Cna\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582603116/epubcfi/6/8[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright.html]!/4/4[MANAGING_DESVENDANDO_O_DIA_A_DIA_DA_GESTAO-2.html]/2/10/1:36[nta%2Cna])

Manual de gestão empresarial : teoria e prática / organização Almir Ferreira de Sousa, Adelino De

Bortoli Neto, Carlos Eduardo de Mori Luporini ; coordenação Fabrício Kiyokawa, Natan de Souza Marques. - 1. ed. - Barueri [SP] : Manole, 2021. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9786555764499

[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555764499/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]!/4/2/12/1:53\[ano%2Cle\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555764499/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]!/4/2/12/1:53[ano%2Cle])

Gestão estratégica de negócios : estratégias de crescimento e sobrevivência empresarial / Marly Cavalcanti, Osvaldo Elias Farah, Luciana Passos Marcondes (organizadores). – 3. ed., rev. e ampl. – São Paulo, SP : Cengage, 2018. 328 p. : il. ; 23 cm. ISBN 978-85-221-2787-0

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522127870/pageid/2>

Aaker, David A. Administração estratégica de mercado [recurso eletrônico] / David A. Aaker ; tradução: Aline Evers ; revisão técnica: Alziro Rodrigues. – 9. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Bookman, 2012. Editado também como livro impresso em 2012. ISBN 978-85-407-0158-8

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788540701588/pageid/1>

Chiavenato, Idalberto, 1936- Teoria geral da administração, volume 1 / Idalberto Chiavenato. - [8. ed.]. - Barueri [SP] : Atlas, 2021. Inclui bibliografia e índice ISBN 978-65-5977-063-2

[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770649/epubcfi/6/12\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]!/4/34/8/1:103\[202%2C1.\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770649/epubcfi/6/12[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]!/4/34/8/1:103[202%2C1.])

Periódicos recomendados

www.scielo.br

Disciplina	Experimentação Agrícola	C.H.:	40	Período:	4°
:					
Ementa					

Princípios básicos de experimentação. Planejamento de experimentos. Análise de variância. Testes de significância. Experimentos inteiramente casualizados. Experimentos em blocos casualizados. Experimentos fatoriais. Experimentos em parcelas subdivididas.

Bibliografia Básica

1. Callegari-Jacques, Sidia M. **Bioestatística** [recurso eletrônico] : princípios e aplicações / Sidia M. Callegari-Jacques. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2007.
2. Vieira, Sonia. Estatística básica – 2ª edição revista e ampliada. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Cengage Learning Brasil, 2018.
3. PIMENTEL-GOMES, Frederico; GARCIA, Carlos Henrique. **Estatística Aplicada a Experimentos Agronômicos e Florestais**. Editora FEALQ, 309p.

Bibliografia Complementar

1. Calegare, Alvaro Jose de A. Introdução ao delineamento de experimentos. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Blucher, 2009.
2. Neto, Benício, B. et al. Como fazer experimentos: pesquisa e desenvolvimento na ciência e na indústria. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo A, 2010.
3. Gramacho, Wladimir G. Introdução à metodologia experimental. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2023.
4. Gotelli, Nicholas, J. e Aaron M. Ellison. Princípios de estatística em ecologia. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2010.
5. Vieira, Sonia. Introdução à Bioestatística. Disponível em: Minha Biblioteca, (6th edição). Grupo GEN, 2021.

Periódicos recomendados

Acta Scientiarum Agronomy

Disciplina	Fitopatologia I	C.H.:	80	Período:	4°
:					
Ementa					

Introdução e histórico da Fitopatologia. Conceito e classificação de doenças. Sintomatologia de doenças de plantas. Ciclo da relações patógeno-hospedeiro. Princípios gerais de controle. Fisiologia do parasitismo.

Bibliografia Básica

1. DALMOLIN, Diego Anderson; SILVA, Kelly Justin; LIMA, Rejayne Barbosa; WAURECK, Ariadne; OLIVEIRA, Carina; SAPELLI, Karla Siebert. **Fitopatologia** [recurso eletrônico] Porto Alegre : SAGAH, 2020.420 p. ISBN 978-65-5690-005-6
2. FONSECA, Eliene Maciel dos Santos; ARAUJO, Rosivaldo Cordeiro. **Fitossanidade**: princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas. São Paulo: Érica, 2015. 136 p. ISBN 978-85-3653-095-6
3. AMORIM, Lilian; REZENDE, Jorge Alberto; BERGAMIN FILHO, Armando (ed.). **Manual de fitopatologia**. 4. ed. Piracicaba: Agronômica Ceres, 2011. v. 1 . 704 p., il. (1). Inclui bibliografia. ISBN 978-85-318-0052-8. <https://ppgfito.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/Livro-Manual-de-Fitopatologia-vol.2.pdf>

Bibliografia Complementar

1. Fonseca, Eliene Maciel dos, S. e Rosivaldo Cordeiro de Araújo. Fitossanidade princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas 1ª edição 2015. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
2. Michereff, Sami J.Fundamentos de Fitopatologia. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA ÁREA DE FITOSSANIDADE.Recife - PE 2001.Disponível:: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/defesa/livros/FUNDAMENTOS%20DE%20FITOPATOLOGIA.pdf>
3. Carollo, Eliane Mazzoni. Manual básico de técnicas fitopatológicas / Eliane Mazzoni Carollo, Hermes Peixoto Santos Filho.– Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura BA, 2016. 109 f. il. ; 9,50 cm x 13,0 cm.Disponível: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1054670/1/CartilhaManualFitopatologia21514Hermes.pdf>
4. Duarte, Livia Teixeira. Recomendações para coleta e envio de material ao laboratório de fitopatologia para diagnóstico de doenças em plantas / Livia Teixeira Duarte, Murillo Lobo Junior, Márcio Vinícius de Carvalho Barros Cortes. - Santo Antônio de Goiás : Embrapa Arroz e Feijão, 2013. 20 p. Disponível: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/86624/1/seriedocumentos-271.pdf>
5. Guia de diagnose para aulas práticas de fitopatologia ESALQ /USP LFN 0424 – Fitopatologia DOI: 10.11606/9786587391021.piracicaba..2020. Disponível:<https://www.esalq.usp.br/biblioteca/pdf/Guia-Pratico-de-Diagnose.pdf>

Periódicos recomendados

www.scielo.br

Disciplina	Gênese e Classificação de Solos	C.H.:	80	Período:	4º
:					
Ementa					
<p>Evolução dos conhecimentos sobre solos. Introdução à geologia. Rochas ígneas, metamórficas e sedimentares. Intemperismo físico, químico e biológico. Pedogênese: fatores e processos. Constituintes do solo (principais atributos morfológicos). Horizontes do solo. Interação solo, planta e atmosfera. Introdução ao SiBC's. Classes de solos. Bases para determinação das classes de solos. Distribuição regional das classes de solos. Principais classes de solos do Paraná. Estudo do solo no campo: aspectos morfológicos, identificação e caracterização de perfis.</p>					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Santos, Palloma Ribeiro Cuba, D. e João Dalton Daibert. Análise dos Solos. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2013. 2. Daibert, João, D. e Palloma Ribeiro Cuba dos Santos. Análise dos Solos - Formação, Classificação e Conservação do Meio Ambiente. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. 3. Pelinson, Natália de, S. et al. Morfologia e Gênese do Solo. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021. 					
Bibliografia Complementar					

1.Reichardt, Klaus, e Luís Carlos Timm. *Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações*. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Editora Manole, 2022.

2.Floriano, Cleber. **Mecânica dos solos**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2016.

3.Daibert, João, D. e Palloma Ribeiro Cuba dos Santos. **Análise dos Solos - Formação, Classificação e Conservação do Meio Ambiente**

4.FINKLER, Raquel; PEDROSO, Rafael M.; STEIN, Ronei T.; et al. **Ciências do solo e fertilidade**. 2018. E-book. ISBN 9788595028135. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028135>

5.POMEROL, Charles; LAGABRIELLE, Yves; RENARD, Maurice; GUILLOT, Stéphane. **Princípios de Geologia**. 2013. E-book. ISBN 9788565837804. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565837804/>

Periódicos recomendados

[Revista Ciência Agronômica](#)

Disciplina	Entomologia agrícola II	C.H.:	80	Período:	4°
:					
Ementa					
Reconhecimento, bioecologia e controle das principais pragas das culturas de importância da região. Métodos de controle de insetos pragas e seus impactos ambientais. Controle químico. Controle biológico. Métodos alternativos de controle: legislativo, cultural, plantas resistentes, feromônios.					
Bibliografia Básica					
FONSECA, Eliene Maciel dos S.; ARAÚJO, Rosivaldo Cordeiro de. <i>Fitossanidade princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas</i> 1ª edição 2015. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536530956. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530956/ . Acesso em: 19 mai. 2023.					
MOURA, Alesandra S.; SANTOS, Tamyris R.; SILVEIRA, Fabiana M. <i>Zoologia e entomologia agrícola: Grupo A</i> , 2019. E-book. ISBN 9788595029286. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029286/ . Acesso em: 19 mai. 2023.					
MOURA, Alesandra dos S.; LISBÔA, Heitor; TOKARSKI, Alessandra; et al. <i>Entomologia Agrícola: Grupo A</i> , 2021. E-book. ISBN 9786556900032. Disponível em:					

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900032/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

Bibliografia Complementar

TRIPLEHORN, Charles A.; JOHNSON, Norman F. Estudo dos Insetos: Tradução da 7ª edição de Borror and DeLong's Introduction to the Study of Insects - 2ª edição brasileira.: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522124978. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124978/>. Acesso em: 07 jul. 2023.

LARINI, Lourival. Toxicologia dos praguicidas: Editora Manole, 1999. E-book. ISBN 9788520448335. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520448335/>. Acesso em: 07 jul. 2023.

PECHENIK, Jan A. Biologia dos invertebrados. Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788580555813. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555813/>. Acesso em: 07 jul. 2023.

CAIN, Michael L.; BOWMAN, William D.; HACKER, Sally D. Ecologia. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788582714690. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582714690/>. Acesso em: 07 jul. 2023.

GULLAN, P. J.; CRANSTON, P. S. Insetos: fundamentos da entomologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788527731188. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788527731188>

Periódicos recomendados

Revista Neotropical Entomology <https://www.scielo.br/j/ne/>

Revista Brasileira de Entomologia - www.journals.elsevier.com/revista-brasileira-de-entomologia.

Neotropical Entomology - <https://seb.org.br/neotropical-entomology>

Pesquisa Agropecuária Brasileira - <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab>

Disciplina	Fisiologia vegetal II	C.H.:	80	Período:	4°
:					
Ementa					
Carregamento e descarregamento do floema. Relação fonte-dreno. Hormônios e reguladores vegetais. Cultura de Tecidos Vegetais. Crescimento, diferenciação, desenvolvimento. Fotomorfogênese. Movimentos vegetais. Fisiologia floral e de sementes: Germinação, maturação e senescência.					

Bibliografia Básica

1. Castro, Paulo Roberto Camargo; Kluge, Ricardo Alfredo; Sestari, Ivan. **Manual de fisiologia vegetal**: fisiologia de cultivos. Piracicaba: Agronômica Ceres, 2008.
2. KERBAUY, Gilberto Barbante. **Fisiologia vegetal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
3. TAIZ, Lincoln; ZEIGER, Eduardo. MURPHY, Angus. **Fisiologia e desenvolvimento vegetal**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Bibliografia Complementar

1. Nogueira, Michelle, B. et al. Fisiologia Vegetal. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
2. Silveira, Talita, A. e Gessiane Ceola. Fisiologia vegetal. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.
3. Schwambach, Cornélio, e Geraldo Cardoso Sobrinho. Fisiologia Vegetal - Introdução às Características, Funcionamento e Estruturas das Plantas e Interação com a Natureza. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
4. Silva, Rui Corrêa D. Produção Vegetal Processos, Técnicas e Formas de Cultivo. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
5. Faquin, Valdemar Nutrição Mineral de Plantas / Valdemar Faquin. -- Lavras: UFLA / FAEPE, 2005. Disponível :
https://dcs.ufla.br/images/imagens_dcs/pdf/Prof_Faquin/Nutricao%20mineral%20de%20plantas.pdf

Periódicos recomendados

Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal
Revista Horticultura Brasileira
Revista Scientia Agrícola
Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira

➤ QUINTO PERÍODO

Disciplina :	Topografia	C.H.:	80	Período:	5°
Ementa					
<p>Conceito trigonometria. Unidade de medidas. Sistemas de coordenadas. Técnicas de medição. Métodos de levantamentos topográficos. Planimetria. Altimetria. Erros instrumentais em topografia. Métodos de medidas de áreas. Cálculos topográficos. Desenho topográfico. Representações topográficas. Locações. Noções de terraplanagem. NBR 13133 - Levantamentos topográficos e aplicabilidade das técnicas ao georeferenciamento. Introdução à medida Eletrônica de Distâncias e de Desníveis. Norma Técnica para Georeferenciamento de imóveis Rurais do INCRA. Sensoriamento remoto. Topografia aplicada ao Georeferenciamento e ortorectificação analítica. Técnicas de impressão.</p>					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Correa, Marques P. Topografia e geoprocessamento. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2017. 2. Tuler, Marcelo, e Sérgio Saraiva. Fundamentos de topografia. (Tekne). Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2014. 3. Daibert, João D. Topografia: Técnicas e Práticas de Campo. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Saraiva, 2015. 					
Bibliografia Complementar					
<ol style="list-style-type: none"> 1. McCormac, Jack, et al. Topografia, 6ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016. 2. Daibert, João D. Topografia: Técnicas e Práticas de Campo. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Saraiva, 2015. 3. Silva, Irineu, D. e Paulo C.L. Segantine. Topografia para Engenharia: Teoria e Prática de Geomática. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2023. 4. Botelho, Manoel Henrique, C. et al. ABC da topografia: para tecnólogos, arquitetos e engenheiros. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2018. 5. Segantine, Paulo. Topografia para Engenharia - Teoria e Prática de Geomática. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2015. 					
Periódicos recomendados					
www.scielo.br					

Disciplina	Fitopatologia II	C.H.:	80	Período:	5°
:					
Ementa					
<p>Classificação e Caracterização de doenças de plantas e Diagnose das doenças que afetam as principais hortaliças, fruteiras, grandes culturas e plantas florestais. Princípios gerais de controle: controle e manejo de doenças de plantas (Manejo integrado de doenças); controle químico: fisiologia de controle, classificações, grupos químicos, mecanismos e modo de ação.</p>					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Dalmolin, Diego, A. et al. Fitopatologia. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020. 2. Fonseca, Eliene Maciel dos, S. e Rosivaldo Cordeiro de Araújo. Fitossanidade princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas 1ª edição 2015. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. 3. Balardin, Ricardo, S. et al. Mancozebe: muito além de um fungicida. (Agroescola). Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018 					
Bibliografia Complementar					

1. Fonseca, Eliene Maciel dos, S. e Rosivaldo Cordeiro de Araújo. Fitossanidade princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas 1ª edição 2015. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
2. Stein, Ronei, T. e Renata B. S. Coscolin. Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
3. AMORIM, Lilian (Ed.) et al. **Manual de fitopatologia**: Doenças das plantas cultivadas - volume2. 5 ed. Disponível: <https://ppgfito.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/Livro-Manual-de-Fitopatologia-vol.2.pdf>
4. Manual de identificação de doenças de soja / Ademir Assis Henning ... [et al.] – 5.ed. Londrina: Embrapa Soja, 2014. 76 p. : il. color. ; 18cm. - (Documentos / Embrapa Soja, ISSN 1516-781X; n. 256). Disponível: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/105942/1/Doc256-OL.pdf>
5. Carlos Roberto Casela, Alexandre da Silva Ferreira, Nicésio Filadelfo J. de Almeida. Doenças na Cultura do Milho. Circular Técnica 83. Embrapa. Sete Lagoas, MG Dezembro, 2006. Disponível: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/490415/1/Circ83.pdf>

Periódicos recomendados

www.scielo.br

Disciplina:	Fertilidade do Solo	C.H.:	80	Período:	5°
Ementa					
Introdução à fertilidade do solo. Relação solo-planta. Reação do solo. Dinâmica, disponibilidade e fontes de nutrientes. A biologia do solo. Matéria orgânica do solo. Avaliação da fertilidade do solo. Interpretação de análise do solo. Principais corretivos e fertilizantes. Absorção iônica pelas plantas, transporte e redistribuição. Função dos elementos minerais. Avaliação do estado nutricional das plantas.					
Bibliografia Básica					

1. Finkler, Raquel, et al. **Ciências do solo e fertilidade**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.
2. Brandão, Débora, S. et al. **Química e Fertilidade do Solo**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021.
3. Reis, Agnes C. **Manejo de solo e plantas**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A.

Bibliografia Complementar

1. Finkler, Raquel, et al. **Ciências do solo e fertilidade**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.
2. BRANDÃO, Débora S.; SILVEROL, Aline C.; SEVERO, Fabiane F.; et al. **Química e Fertilidade do Solo**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556901763. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901763/>. Acesso em: 15 mai. 2023.
3. Brady, Nyle, C. e Ray R. Weil. **Elementos da Natureza e Propriedades dos Solos**. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo A, 2013.
4. Rusin, Carine, et al. **Fruticultura**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021.
5. REICHARDT, Klaus, TIMM, Luís Carlos. *Solo, Planta e Atmosfera: Conceitos, Processos e Aplicações..* [Minha Biblioteca].

Periódicos recomendados

www.scielo.br

Disciplina	Melhoramento Vegetal	C.H.:	80	Período:	5º
:					
Ementa					

Objetivos e conceitos. Evolução e reprodução de plantas cultivadas. Centros de origem. Manutenção de bancos de germoplasma. Sistemas de condução de populações alógamas e autógamas. Híbridos e variedades. Melhoramento de espécies de reprodução vegetativa. Genética da resistência a pragas e doenças. História, importância e uso da biotecnologia nos processos agrônômicos. Tecnologia do DNA recombinante e Engenharia genética e Legislação básica. Ética. Introdução aos marcadores moleculares.

Bibliografia Básica

1. HIRATA, Mario H.; FILHO, Jorge M.; HIRATA, Rosario Dominguez C. **Manual de biossegurança 3a ed.**. [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, 2017. *E-book*. ISBN 9788520461419.
2. Dalmolin, Diego, A. et al. **Melhoramento de plantas** . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
3. Zavalhia, Lisiane, S. et al. **Biotechnologia** . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

Bibliografia Complementar

1. SILVA, Rui da. **Produção Vegetal - Processos, Técnicas e Formas de Cultivo**. Ed. Saraiva. VIBID: 9788536531113. 2014. [Minha Biblioteca].
2. Neto, Roberto G. **Segurança alimentar: da produção agrária à proteção do consumidor** . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2012.
3. Barsano, Paulo, R. e Viviane Japiassú Viana. **Legislação Aplicada à Agropecuária** . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015.
4. Pimenta, Célia Aparecida, M. e Jacqueline Miranda de Lima. **Genética Aplicada à Biotecnologia** . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015.
5. Bracht, Emy Luiza Ishii-Iwamoto A. **Métodos de laboratório em bioquímica** . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2003.

Periódicos recomendados

www.scielo.br

Disciplina	HORTICULTURA	C.H.:	80	Período:	5°
:					
Ementa					

Introdução, histórico e mercado de trabalho. Princípios básicos do paisagismo. Estilos de jardins. Projeto paisagístico: levantamento das condições locais, projeto definitivo, memorial descritivo, planilha botânica, implantação e manutenção de jardins. Introdução à floricultura. Aspectos econômicos e perspectivas do mercado de trabalho. Multiplicação e propagação de plantas floríferas e ornamentais; Tecnologia de produção de mudas; Tecnologia colheita e pós-colheita; Cultura das principais flores de corte e de vaso. Introdução. Legislação florestal. Principais formações florestais brasileiras. Sementes florestais. Viveiros florestais. Plantios mistos. Zoneamento ecológico. Formação de florestas de produção. Inventário florestal. Dendrometria.

Bibliografia Básica

1. Araújo, Iraciara Santos, D. et al. **Silvicultura** - Conceitos, Regeneração da Mata Ciliar, Produção de Mudas Florestais e Unidades de Conservação Ambiental. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015.
2. Rusin, Carine, et al. **Floricultura e Paisagismo**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021.
3. Figueiredo, Ana Carolina C. **Projetos de paisagismo e jardinagem**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2021.

Bibliografia Complementar

2. Barbosa, Rildo, P. et al. Fauna e Flora Silvestres: Equilíbrio e Recuperação Ambiental. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
3. Silva, Rui Corrêa D. Mecanização Florestal - Da Fundamentação dos Elementos do Solo a Operação de Máquinas e Equipamentos. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015.
4. Barbosa, Rildo P. Código florestal: prático e didático. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2023.
5. Rizzini, Carlos T. Árvores e madeiras úteis do Brasil. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Blucher, 1978.
6. Fonseca, Eliene Maciel dos, S. e Rosivaldo Cordeiro de Araújo. Fitossanidade princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas 1ª edição 2015. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
7. Castro, Anselmo Augusto D. Características Plásticas e Botânicas das Plantas Ornamentais. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

Periódicos recomendados

<http://www.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/>
<http://www.fupef.ufpr.br/>

Ciência Florestal

➤ **SEXTO PERÍODO**

Disciplina	Mecanização Agrícola	C.H.:	80	Período:	6°
:					
Ementa					
Fontes de potência para a agricultura. Princípio de funcionamento de motores eólicos, hidráulicos, elétricos e de combustão interna. Tração animal. Tratores agrícolas. Implementos agrícolas. Máquinas de colheita. Combustíveis, lubrificantes e manutenção de tratores e implementos. Manejo de tratores, regulagem de implementos e regras de segurança. Planejamento e desempenho da mecanização.					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Silva, Rui Correia D. Máquinas e Equipamentos Agrícolas. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. 2. Silva, Rui Corrêa D. Mecanização Florestal - Da Fundamentação dos Elementos do Solo a Operação de Máquinas e Equipamentos. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015. 3. Sobenko, Luiz, R. et al. Máquinas e Mecanização Agrícola. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021. 					
Bibliografia Complementar					

1. Costa, Antonio José de O. Agricultura Empresarial. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2021.
2. Filho, Antonio Nunes B. Segurança do Trabalho na Agropecuária e na Agroindústria. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016.
3. Stein, Ronei, T. e Renata B. S. Coscolin. Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
4. Fairbrother, Jeffrey T. Fundamentos do comportamento motor. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2012.
5. Fialho, Arivelto B. Automatismos Hidráulicos - Princípios Básicos, Dimensionamentos de Componentes e Aplicações Práticas. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015.

Periódicos recomendados

www.scielo.br

Disciplina	Manejo e Conservação dos Solos	C.H.:	80	Período:	6º
:					
Ementa					
<p>Solos e ambiente. Definição de qualidade do solo. Formas de depauperamento do solo (lixiviação, acidificação, salinização, desertificação, poluição, arenização, erosão e compactação) principais causas e consequências. Erosão do solo: conceitos e características do processo. Compactação do solo: conceitos, características e consequências desse processo. Sistemas de manejo e práticas conservacionistas do solo. Aptidão agrícola e capacidade de uso das terras. Geomorfologia de encosta aplicada ao estudo da erosão. Intervenção antrópica no processo de degradação dos solos.</p>					
Bibliografia Básica					

1. Müller, Francihele, C. et al. **Uso, Manejo e Conservação do Solo**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021.
2. BERTONI, José; LOMBARDI NETO, Francisco. **Conservação do solo**. 8 ed. São Paulo: Ícone, 2012. 355 p., il. (Coleção Brasil Agrícola). Inclui bibliografia. ISBN 978-85-274-0980-3.
3. GUERRA, José Teixeira; SILVA, Antônio Soares; BOTELHO, Rosângela Garrido Machado (org.). **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 340 p., il. ISBN 978-85-286-0738-3.

Bibliografia Complementar

1. Stein, Ronei, T. e Renata B. S. Coscolin. Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
2. Silva, Rui Corrêa D. Mecanização e manejo do solo. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
3. Agricultura familiar e sustentabilidade m a n e j o e c o n s e r v a ç ã o d o s o l o . UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Disponível: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16180/Curso_Agric-Famil-Sustent_Manejo-Conservacao-Solo.pdf
4. Recomendações de calagem e adubação para abacaxi, acerola, banana, citros, mamão, mandioca, manga e maracujá / Ana Lúcia Borges, editora técnica. – 2. ed. — Brasília, DF : Embrapa, 2021. PDF (303 p.). Cap 3. Manejo e conservação de solo. Disponível: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/226951/1/livro-RecomendacaoCalagemAdubacao-AnaLuciaBorges-AINFO.pdf>
5. Manejo e conservação do solo e da água no contexto das mudanças ambientais / organizado por Rachel Bardy Prado, Ana Paula Dias Turetta e Aluísio Granato de Andrade - Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. 486 p.: il. ISBN 978-85-85864-32-3.

Periódicos recomendados

[Pesquisa Agropecuária Brasileira.](#)

Disciplina	Plantas daninhas	C.H.:	80	Período:	6°
:					
Ementa					

Danos causados por plantas invasoras. Características morfológicas. Sistemática de plantas invasoras. Banco de sementes de plantas invasoras. Competição e interferência das plantas invasoras. Identificação e classificação das plantas invasoras. Métodos de controle das plantas invasoras. Classificação dos herbicidas. Comportamento dos herbicidas nas plantas e no solo. Seletividade dos herbicidas. Mecanismos de ação dos herbicidas. Receituário agrônomo, fiscalização e uso adequado de herbicidas. Tecnologia de aplicação de herbicidas.

Bibliografia Básica

1. LORENZI, Harri. **Manual de identificação e controle de plantas daninhas:** plantio direto e convencional. 6 ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2006. 339 p., il. ISBN 85-86714-22-4.
2. CHAIM, Aldemir. **Manual de tecnologia de aplicação de agrotóxicos.** Brasília: EMBRAPA, 2009. 73 p., il. ISBN 978-85-7383-468-0.
3. Lisboa, Heitor, et al. **Plantas Daninhas** . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021.

Bibliografia Complementar

1. Stein, Ronei, T. e Renata B. S. Coscolin. Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
2. Manual de identificação de plantas daninhas da cultura da soja / Dionísio Luiz Pisa Gazziero... [et al.]. – 2.ed. – Londrina: Embrapa Soja, 2015. 126 p. Disponível: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1019323/manual-de-identificacao-de-plantas-daninhas-da-cultura-da-soja>.
3. Biologia e Manejo de Plantas Daninhas / editores: Rubem Silvério de Oliveira Jr., Jamil Constantin e Miriam Hiroko Inoue. Curitiba, PR: Omnipax, 2011 348 p. Disponível: <https://saulcarvalho.com.br/wp-content/uploads/2016/10/livro-oliveira-constantin.pdf>
4. OLIVEIRA, M. F. de; BRIGHENTI, A. M. Controle de plantas daninhas: métodos físico, mecânico, cultural, biológico e alelopatia. **Embrapa Milho e Sorgo**. 2018. Disponível: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1103281/controle-de-plantas-daninhas-metodos-fisico-mecanico-cultural-biologico-e-alelopatia>
5. Azevedo, Francisco Roberto de Tecnologia de aplicação de defensivos agrícolas/ Francisco Roberto de Azevedo, Francisco das Chagas Oliveira Freire - Fortaleza : Embrapa Agroindústria Tropical, 2006. 47 p. (Embrapa Agroindústria Tropical. Documentos, 102). ISSN 1677-1915. Disponível: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/426350/1/Dc102.pdf>

Periódicos recomendados

www.scielo.br

Disciplina	Zootecnia	C.H.:	80	Período:	6°
:					
Ementa					
<p>Importância da produção de proteína animal mundial e nacional (bovinos, suínos e aves). Caracterização da bovinocultura leiteira e de corte: Raças e aptidões; Noções de manejo sanitário, nutricional e reprodutivo; Etologia e práticas de bem-estar animal na produção; Índices zootécnicos; Sistemas de criação; Técnicas de melhoramento animal; Gerenciamento de rebanhos; Ciclos produtivos; Qualidade dos produtos e derivados. Caracterização da suinocultura e avicultura: Principais raças e linhagens comerciais; Sistemas de criação; Fases de criação; Instalações; Noções de manejo sanitário, nutricional e reprodutivo; Etologia e práticas de bem-estar animal na produção; Gerenciamento de plantéis; Qualidade dos produtos e derivados. Tecnologia de produtos de origem animal vinculados a carnes e derivados do leite.</p>					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Castro, Fabiana, S. e Priscila R. Vasconcelos. Zootecnia e produção de ruminantes e não ruminantes. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019. 2. Rolim, Antônio Francisco M. Produção animal. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. 3. Silva, Rui Corrêa D. Planejamento e Projeto Agropecuário Mapeamento e Estratégias Agrícolas. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. 					
Bibliografia Complementar					

1. Barsano, Paulo, R. e Viviane Japiassú Viana. Legislação Aplicada à Agropecuária. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015.
2. Oliveira, Ivanoel Marques D. Ferramentas de Gestão para Agropecuária. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015.
3. Fernandes, Célia Andressa Leite Lopes, P. et al. Produção Agroindustrial - Noções de Processos, Tecnologias de Fabricação de Alimentos de Origem Animal e Vegetal e Gestão Industrial. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015.
4. Araújo, Lúcio, F. e Marcus Antônio Zanetti. Nutrição animal. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2019.
5. Pessoa, Ricardo Alexandre S. Nutrição Animal - Conceitos Elementares. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
6. Reece, William O. Dukes | Fisiologia dos Animais Domésticos, 13ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.

Periódicos recomendados

Beef Point
Milk Point
Revista Agropecuária
Revista Balde Cheio

Disciplina	Nutrição e Fisiologia Animal	C.H.:	80	Período:	6º
:					
Ementa					
<p>Estudo das proteínas, carboidratos, lipídios, água, vitaminas e minerais. Bromatologia. Estudo dos alimentos utilizados em rações animais. Digestão e absorção de nutrientes. Nutrientes e metabolismo. Desordens nutricionais. Padrões de alimentação. Cálculo de rações para bovinos de leite e de corte.</p>					
Bibliografia Básica					

1. Araújo, Lúcio, F. e Marcus Antônio Zanetti. Nutrição animal. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2019.
2. Pessoa, Ricardo Alexandre S. Nutrição Animal - Conceitos Elementares. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
3. Reece, William O. Dukes | Fisiologia dos Animais Domésticos, 13ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.

Bibliografia Complementar

1. Fails, Anna D. Frandson - Anatomia e Fisiologia dos Animais de Produção. Disponível em: Minha Biblioteca, (8th edição). Grupo GEN, 2019.
2. Rowe, William O. Reeceeric W. Anatomia Funcional e Fisiologia dos Animais Domésticos. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Grupo GEN, 2020.
3. Cintra, André G. Alimentação Equina - Nutrição, Saúde e Bem-Estar. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016.
4. Nichelle, Pryscila, G. e Fernanda R. Mello. Bromatologia. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.
5. Carelle, Ana, C. e Cynthia Cavalini Cândido. Tecnologia dos Alimentos - Principais Etapas da Cadeia Produtiva. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015.

Periódicos recomendados

Beef Point
 Milk Point
 Revista Agropecuária
 Revista Balde Cheio
 Periódicos da Revista Brasileira de Zootecnia
 Periódicos da revista Ciência Rural

➤ **SÉTIMO PERÍODO**

Disciplina	Cartografia	C.H.:	80	Período:	5º
:					
Ementa					

Introdução à cartografia; Sistema de projeções cartográficas; Teoria dos sistemas coordenados; Teoria de projeção. Formulação matemática de propriedades fundamentais: equidistância, equivalência, conformidade, afilaxia; Teoria das distorções; Estudo espacial sobre os sistemas TM (transverso Mercator), LTM, REM, UTM, sistema topográfico local – PTL; Formulações matemáticas, coeficientes de deformação, restrições e emprego; Transformações de coordenadas entre sistemas; Escolha de projeção adequada; Projeção de natureza especial: Geomática Espacial.

Bibliografia Básica

1. Löbler, Carlos, A. et al. Cartografia. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
2. Stein, Ronei, T. et al. Cartografia Digital e Sensoriamento Remoto. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
3. Tuler, Marcelo, e Sérgio Saraiva. Fundamentos de geodésia e cartografia. (Tekne). Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2016.

Bibliografia Complementar

1. Reis, Alcir G. Geometrias plana e sólida: introdução e aplicações em agrimensura. (Tekne). Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2014.
2. Botelho, Manoel Henrique, C. et al. ABC da topografia: para tecnólogos, arquitetos e engenheiros. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2018.
3. Christopherson, Robert, e Ginger H. Birkeland. Geossistemas. Disponível em: Minha Biblioteca, (9th edição). Grupo A, 2017.
4. Cunha, Camila Biral Vieira D. Indicações Geográficas: Regulamentação Nacional e Compromissos Internacionais. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2014.
5. Rogerson, Peter A. Métodos estatísticos para geografia: um guia para o estudante. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo A, 2012.

Periódicos recomendados

<http://www.processamentodigital.com.br/>



Disciplina	Grandes culturas I	C.H.:	80	Período:	7°
:					
Ementa					
<p>Soja, feijão, batata, milho, arroz, cana-de-açúcar e girassol: Origem, histórico, classificação, botânica, clima, cultivares, preparo do solo e plantio, tratos culturais, controle de pragas, doenças e plantas daninhas, colheita, armazenamento e comercialização.</p>					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Pedroso, Rafael M. Leguminosas e oleaginosas. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. 2. Silva, Rui Corrêa D. Produção Vegetal Processos, Técnicas e Formas de Cultivo. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. 3. Malinsk, Alan. Cadeias produtivas do agronegócio III. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019. 4. Gois, Eduardo H., B. et al. Agricultura especial. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2022. 					
Bibliografia Complementar					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Stein, Ronei, T. e Renata B. S. Coscolin. Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020. 2. Silva, Rui Corrêa D. Planejamento e Projeto Agropecuário Mapeamento e Estratégias Agrícolas. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. 3. Fonseca, Eliene Maciel dos, S. e Rosivaldo Cordeiro de Araújo. Fitossanidade princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas 1ª edição 2015. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. 4. Barsano, Paulo, R. e Viviane Japiassú Viana. Legislação Aplicada à Agropecuária. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015. 5. Oliveira, Ivanoel Marques D. Ferramentas de Gestão para Agropecuária. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015. 					
Periódicos recomendados					

Disciplina	Fruticultura	C.H.:	80	Período:	7°
:					
Ementa					
<p>Características e importância econômica da fruticultura. Classificação e características das plantas frutíferas. Planejamento e instalação de pomares. Importância do clima e do solo para fruticultura. Práticas culturais e sistemas de produção. Tecnologia de colheita e pós-colheita de frutas. Manejo vinculado às culturas da ameixeira, pessegueiro, videira, macieira, pereira, dos citros e da bananeira. Tecnologia de produtos de origem vegetal vinculados à frutíferas.</p>					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. RUSIN, Carine et al. Fruticultura. Porto Alegre, SAGAH, 2021. 237p. ISBN 978-65-5690-279-1 2. GIOVANNINI, Eduardo. Manual de Viticultura. Rio Grande do Sul, Bookman, 214. 241p 3. Fernandes, Célia Andressa Leite Lopes, P. et al. Produção Agroindustrial - Noções de Processos, Tecnologias de Fabricação de Alimentos de Origem Animal e Vegetal e Gestão Industrial. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015. 					
Bibliografia Complementar					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fernandes, Célia Andressa et al. Produção Agroindustrial Noções de Processos, Tecnologias de Fabricação de Alimentos de Origem Animal e Vegetal e Gestão Industrial. São Paulo: Érica, 2017. 136 p. ISBN 978-85-365-3254-7. 2. Stein, Ronei, T. e Renata B. S. Coscolin. Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020. 3. Magro, Lucas, D. et al. Enologia. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020. 4. Fonseca, Eliene Maciel dos, S. e Rosivaldo Cordeiro de Araújo. Fitossanidade princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas 1ª edição 2015. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. 5. Barsano, Paulo, R. e Viviane Japiassú Viana. Legislação Aplicada à Agropecuária. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015. 					
Periódicos recomendados					

Revista Brasileira de Fruticultura

Disciplina	Irrigação e drenagem	C.H.:	80	Período:	7°
:					
Ementa					
<p>A água na agricultura. Aspectos físico-hídricos e dinâmicos do solo. Relação: solo-água- planta-atmosfera. Qualidade da água para irrigação. Métodos e sistemas de irrigação. Necessidade de água para as culturas agrícolas. Programação e Manejo da irrigação. Eficiência na distribuição de água e eficiência de irrigação. Drenagem de terras agrícolas. Projetos de instalação e manutenção de sistemas de irrigação e de drenagem. Irrigação de Precisão.</p>					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Vicente, Laís de, C. et al. Hidráulica, Irrigação e Drenagem. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021. 2. Stein, Ronei, T. e Renata B. S. Coscolin. Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020. 3. Stein, Ronei, T. et al. Hidrologia e Drenagem. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2022. 					
Bibliografia Complementar					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Alvarenga, Alexandre, A. et al. Agrometeorologia - Princípios, Funcionalidades e Instrumentos de Medição. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015. 2. Pinto-Coelho, Ricardo, M. e Karl Havens. Gestão de recursos hídricos em tempos de crise. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2016. 3. Gribbin, John E. <i>Introdução à Hidráulica, Hidrologia e Gestão de Águas Pluviais: Tradução da 4ª edição norte-americana..</i> [Minha Biblioteca]. 4. REICHARDT, Klaus, TIMM, Luís Carlos. <i>Solo, Planta e Atmosfera: Conceitos, Processos e Aplicações..</i> [Minha Biblioteca]. 5. REICHARDT, Klaus, TIMM, Luís Carlos. <i>Água e Sustentabilidade no Sistema Solo-planta-atmosfera..</i> [Minha Biblioteca]. 					
Periódicos recomendados					
www.scielo.br					

Disciplina :	Tecnologia e Produção de Sementes	C.H.:	40	Período:	7º
Ementa					
<p>Importância da semente. Formação da semente na planta. Maturação e Maturidade fisiológica. Germinação. Dormência. Deterioração e vigor. Produção e Vistorias de Campo. Colheita. Secagem. Beneficiamento. Armazenamento e análise de sementes.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>1. Oliveira, Carolina Rossi, D. et al. Produção e Tecnologia de Sementes. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021.</p> <p>2. Tecnologia da produção de semente de soja de alta qualidade [recurso eletrônico]: / José de Barros França-Neto... [et al.] – Londrina: Embrapa Soja, 2016. 82 p. il. – (Documentos / Embrapa Soja, ISSN 2176-2937; n.380). Disponível: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/151223/1/Documentos-380-OL1.pdf</p> <p>3. Brasil. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Guia de inspeção de campos para produção de sementes / Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – 3. ed. revisada e atualizada – Brasília: Mapa/ACS, 2011. 41 p. Disponível: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/arquivos-publicacoes-insumos/3494_guia_de_inspecao_sementes.pdf</p>					
Bibliografia Complementar					

1. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Regras para análise de sementes / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília : Mapa/ACS, 2009. 399 p. Disponível : https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/arquivos-publicacoes-insumos/2946_regras_analise_sementes.pdf
2. França Neto, José de Barros Metodologia do teste de tretrazólio / José de Barros França Neto, Francisco Carlos Krzyzanowski. – Londrina : Embrapa Soja, 2018. PDF (108 p.) : il. (Documentos / Embrapa Soja, ISSN 2176-2937; n.406). Disponível: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/193315/1/Doc-406-OL.pdf>
3. Francisco Carlos Krzyzanowski Denise Cunha Fernandes dos Santos Dias José de Barros França-Neto. Deterioração e vigor da semente.CIRCULAR TÉCNICA 191.Londrina, PR Dezembro, 2022. Disponível: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1151118/1/Circ-Tec-191.pdf>.
4. Sementes [recurso eletrônico]: estudos tecnológicos / Jaime José da Silveira Barros Neto... [et al.]. – Aracaju: IFS, 2014. 285 p. : il. Disponível: http://www.ifs.edu.br/images/EDIFS/ebooks/2014/Sementes_Estudos_Tecnol%C3%B3gicos.pdf
5. PORTARIA MAPA Nº 538, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mapa-n-538-de-20-de-dezembro-de-2022-452407267>

Periódicos recomendados

www.scielo.br

➤ OITAVO PERÍODO

Disciplina	Olericultura	C.H.:	80	Período:	6º
:					
Ementa					

Solanáceas, Brássicas, Cucurbitáceas, Bulbosas, Tuberosas e Folhosas: Importância botânica, interações fisiológicas, sistemas de produção, cultivares, propagação, nutrição e adubação, manejo e colheita. Classificação e embalagem. Fisiologia pós-colheita e armazenamento. Comercialização. Tecnologia de produtos de origem vegetal vinculados às hortaliças.

Bibliografia Básica

1. Fernandes, Célia Andressa Leite Lopes, P. et al. Produção Agroindustrial - Noções de Processos, Tecnologias de Fabricação de Alimentos de Origem Animal e Vegetal e Gestão Industrial. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015.
2. Fonseca, Eliene Maciel dos, S. e Rosivaldo Cordeiro de Araújo. **Fitossanidade princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas 1ª edição 2015**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
3. Vicente, Laís de, C. et al. Olericultura. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021.

Bibliografia Complementar

1. Gois, Eduardo H., B. et al. Agricultura especial. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2022.
2. Silva, Rui Corrêa D. Produção Vegetal Processos, Técnicas e Formas de Cultivo. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
3. Manual de Horticultura no Modo de Produção Biológico Edição e Distribuição: Escola Superior Agrária de Ponte de Lima/IPVC . ISBN: 978-972-97872-2-5. 2007. 207p. Disponível: <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/agricultura/olericultura/livros/MANUAL%20DE%20HORTICULTURA%20NO%20MODO%20DE%20PRODUCAO%20BIOLOGICO.pdf>
4. Melo, Paulo César Tavares de ; Araújo, Thaís Helena de. Olericultura : planejamento da produção do plantio à comercialização / Paulo César Tavares de Melo [e] Thaís Helena de Araújo. – Curitiba : SENAR - Pr., 2016. – 1v. ISBN 978-85-7565-139-1. Disponível: https://sistemafaep.org.br/wp-content/uploads/2021/05/PR.0315-Olericultura-Planejamento-da-Producao_web.pdf
5. EMBRAPA. Sistemas de produção de batata. Versão Eletrônica 2ª edição | Nov/2015. Disponível: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/132923/1/Sistema-de-Producao-da-Batata.pdf>

Periódicos recomendados

www.scielo.br

Disciplina :	Grandes cultura II	C.H.:	80	Período:	8°
Ementa					
Cereais de inverno: trigo, cevada, aveia, triticale e centeio. Origem, histórico, classificação, botânica, clima, cultivares, preparo do solo e plantio, tratos culturais, adubação e calagem, controle de pragas, doenças e plantas invasoras, colheita, armazenamento e comercialização.					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Silva, Rui Corrêa D. Produção Vegetal Processos, Técnicas e Formas de Cultivo. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. 2. Malinsk, Alan. Cadeias produtivas do agronegócio III. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019. 3. Gois, Eduardo H., B. et al. Agricultura especial. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2022. 					
Bibliografia Complementar					

1. Stein, Ronei, T. e Renata B. S. Coscolin. Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
2. Silva, Rui Corrêa D. Planejamento e Projeto Agropecuário Mapeamento e Estratégias Agrícolas. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
3. Fonseca, Eliene Maciel dos, S. e Rosivaldo Cordeiro de Araújo. Fitossanidade princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas 1ª edição 2015. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
4. Barsano, Paulo, R. e Viviane Japiassú Viana. Legislação Aplicada à Agropecuária. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015.
5. Oliveira, Ivanoel Marques D. Ferramentas de Gestão para Agropecuária. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015.

Periódicos recomendados

www.scielo.br

Disciplina:	Forragicultura	C.H.:	40	Período:	8°
Ementa					
<p>Introdução ao estudo das pastagens (importância, potencial de produção e terminologias das pastagens). Princípios de ecologia e de fisiologia vegetal aplicados ao manejo de plantas forrageiras e pastagens. Características desejáveis em uma planta forrageira. Formação (estabelecimento), adubação/correção, manejo e divisão de pastagens. Estacionalidade de produção de plantas forrageiras. Planejamento forrageiro. Técnicas de conservação de forragens (ensilagem e fenação). Características gerais e específicas, manejo e multiplicação das principais gramíneas e leguminosas forrageiras.</p>					
Bibliografia Básica					

1. Congio, Guilherme F., S. e Murillo A. P. Meschiatti. Forragicultura. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.
2. Pedroso, Rafael M. **Leguminosas e oleaginosas**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.
3. Christopherson, Robert, e Ginger H. Birkeland. Geossistemas. Disponível em: Minha Biblioteca, (9th edição). Grupo A, 2017.

Bibliografia Complementar

1. Castro, Fabiana, S. e Priscila R. Vasconcelos. Zootecnia e produção de ruminantes e não ruminantes. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.
2. Rolim, Antônio Francisco M. Produção animal. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
3. Silva, Rui Corrêa D. Planejamento e Projeto Agropecuário Mapeamento e Estratégias Agrícolas. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014
4. Cintra, André G. Alimentação Equina - Nutrição, Saúde e Bem-Estar. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016.
5. Andreoli, Cleverson, V. e Arlindo Philippi Jr.. Sustentabilidade no agronegócio. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2021.

Periódicos recomendados

www.scielo.br

www.milkpoint.com.br

www.beefpoint.com.br

www.ensilagem.com.br

Disciplina :	Georreferenciamento Geoprocessamento	e	C.H.:	80	Período:	8º
Ementa						

Forma da terra. Geodésica física. Geodésica espacial. Fundamentos geodésicos de posicionamento: sistema de referência e coordenadas. Especificações e normas gerais para levantamento GPS. Introdução e aplicações práticas (GPS). Práticas de Campo. Sistemas de Referências geodésicos: local e global. Obtenção do arquivo bruto em rinex. Processamento dos dados. Ajustamento das poligonais. Transporte de altitude ortométricas pelas diferenças de ondulações geoidais. Transformação de coordenadas. Métodos e medidas de posicionamento geodésico.

Bibliografia Básica

1. Trombeta, Letícia R., A. et al. Geoprocessamento. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo. A, 2019.
2. Ibrahin, Francini Imene D. Introdução ao Geoprocessamento Ambiental. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
3. Correa, Marques P. Topografia e geoprocessamento. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2017.

Bibliografia Complementar

1. Löbler, Carlos, A. et al. Cartografia. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
2. Stein, Ronei, T. et al. Cartografia Digital e Sensoriamento Remoto. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.
3. Tuler, Marcelo, e Sérgio Saraiva. Fundamentos de geodésia e cartografia. (Tekne). Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2016.
4. Ibrahin, Francini Imene D. Introdução ao Geoprocessamento Ambiental. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.
5. Lorenzzetti, J. A. Princípios físicos de sensoriamento remoto. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2015.

Periódicos recomendados

<http://www.processamentodigital.com.br/>

Disciplina :	Gestão ambiental e perícias rurais	C.H.:	80	Período:	8°
Ementa					
<p>Atividades periciais na Engenharia Agronômica; Ações judiciais no âmbito da Engenharia Agronômica; Avaliação de bens rurais. Avaliação da cobertura florística natural. Elaboração de Laudo pericial. Metodologia de Análise Ambiental. Avaliação de recursos e danos ambientais. Licenciamento ambiental. Impactos ambientais por atividades agrícolas e florestais.</p>					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Pires, Carlos Eduardo de Barros, M. e Lara Mendes de Almeida. <i>Biologia Celular - Estrutura e Organização Molecular</i>. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. 2. Jr., Arlindo, P. et al. <i>Curso de Gestão Ambiental</i>. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Manole, 2014. 3. Fenker, Eloy A. <i>Gestão Ambiental: Incentivos, Riscos e Custos</i>. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2015. 					
Bibliografia Complementar					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Barsano, Paulo, R. et al. <i>Legislação ambiental</i>. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2016. 2. Machado, Vanessa, S. e Juliana Saccol. <i>Introdução à gestão ambiental</i>. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2016. 3. Dias, Reinaldo. <i>Gestão Ambiental - Responsabilidade Social e Sustentabilidade</i>. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo GEN, 2017. 4. Calijuri, Maria do, C. e Davi Gasparini Fernandes Cunha. <i>Engenharia Ambiental - Conceitos, Tecnologias e Gestão</i>. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2019. 5. Barbosa, Rildo, P. e Francini Imene Dias Ibrahin. <i>Resíduos Sólidos - Impactos, Manejo e Gestão Ambiental</i>. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. 					
Periódicos recomendados					
<p>http://ibape-nacional.com.br</p>					

Disciplina :	PEX	C.H.:	80	Período:	8°
Ementa					
<p>Soft Skills e Extensão: As Novas Competências do mercado de trabalho. Hard e soft skills. Autoconhecimento. Relacionamentos interpessoais. Inteligência emocional. Gestão de tempo e produtividade. Tomada de decisão. Comunicação assertiva. Oratória. Métodos de treinamento. Planejamento e avaliação de programas de extensão. Desenvolvimento de comunidades. Direitos Humanos História dos direitos humanos. Direitos humanos e formação para a cidadania. Preconceito, discriminação. Comunicação não violenta. Cultura da paz. Cidadania na sociedade contemporânea. Ética e cidadania. Saúde, Sustentabilidade e Tecnologia Saúde única. Qualidade ambiental. Valoração ambiental. Sociedade, ciência e tecnologia. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Impacto de políticas públicas, programas e projetos em sustentabilidade e tecnologia. Tecnologias para a prevenção e minimização de impactos ambientais: perspectivas e avanços. Economia e empreendedorismo Introdução à economia. Produção e custos. Noções de empreendedorismo. Características, tipos e habilidades do empreendedor. Gestão empreendedora, liderança e motivação. Prática empreendedora. Ferramentas úteis ao empreendedor (marketing e administração estratégica). Plano de negócios: etapas, processos e elaboração.</p>					
Bibliografia Básica					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Letícia, S. Comunicação e Expressão. Grupo A, 2019. 2. A., S.P.; D., N.W. Economia. Grupo A, 2012. 3. DORNELAS, J. Empreendedorismo, transformando ideias em negócios. São Paulo: Editora Empreende, 2021. 					
Bibliografia Complementar					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Cooper, Ann A. <i>Como ser um líder</i>. Cengage Learning Brasil, 2013. [Minha Biblioteca]. 2. Barbeiro, H. Falar para liderar. [Digite o Local da Editora]: Grupo Almedina (Portugal), 2020. 3. DA, S.C.R.L.; Economia e mercados: introdução à economia. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2017 					

4. DORNELAS, J. **Plano de negócios com o modelo Canvas**. São Paulo: Editora Empreende, 2020
5. BIZZOTO, C. E. N. **Plano de negócios para empreendimentos inovadores**. São Paulo: Grupo GEN, 2008.

➤ **NONO E DÉCIMO PERÍODO**

Disciplina:	Estágio Curricular Supervisionado	C.H.:	420	Período:	10°
Ementa					
Momento da prática profissional.					
Bibliografia Básica					
A ser indicada pelo professor orientador					
Bibliografia Complementar					
A ser indicada pelo professor orientador					
Periódicos recomendados					
A ser indicada pelo professor orientador					

➤ **DISCIPLINAS OPTATIVAS**

Disciplina:	LIBRAS	C.H.:	40	Período:	Opt.
--------------------	---------------	--------------	-----------	-----------------	-------------

Ementa
<p>Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), proporcionando o conhecimento de elementos fundamentais da cultura surda, bem como o reconhecimento da importância dos sinais nas práticas educativas. Oportunizar o aprendizado de noções práticas de sinais e interpretação.</p>
Bibliografia Básica
<p>STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. 451 p. ISBN 85-7307-582-1.</p> <p>SILVA, Angela Carrancho da; NEMBRI, Armando Guimarães. Ouvindo o silêncio: surdez, linguagem e educação. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 134 p. Bibliografia. ISBN 978-85-7706-027-6.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010. 124 p., il. Bibliografia. ISBN 978-85-362-2828-0.</p>
Bibliografia Complementar
<p>LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei de diretrizes e bases da educação: Lei 9.394, de 20.12.1996 - jurisprudência sobre educação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. 493 p. ISBN 85-203-1755-3.</p> <p>FERNANDES, Eulalia (Org.). Surdez e bilinguismo. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. 103 p. Bibliografia. ISBN 978-85-7706-004-7.</p> <p>ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de et al. Atividades ilustradas em sinais da libras. Ilustrações de Daniel Chöi. Rio de Janeiro: Revinter, c2004. 241 p., il. Bibliografia. ISBN 85-7309-806-6.</p> <p>SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. v. 1. 270 p., il. Bibliografia. ISBN 978-85-87063-26-7.</p> <p>MANTOAN, Maria Teresa Eglér; MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. São Paulo: Memnon, 2001. 216 p. ISBN 85-85462-41-8.</p>
Periódicos recomendados
<p>www.feneis.com.br www.libras.org.br</p>

Disciplina:	Estabelecimento de Cadeia Produtiva para Assentamentos e Territórios Ocupados por Povos Originários e Indígenas	C.H.:	80	Período:	Opt.
Ementa					
<p>Agricultura familiar. Cultura regional na produção agropecuária. Estudar as etapas da formação de uma cadeia produtiva, fornecedores de insumos, produtores, processamento, distribuição, consumo final. Conhecer estratégias de expansão de mercado, tecnologia no campo, cooperativismo voltado a questões a agroindustriais.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>Batalha, Mário O. Gestão Agroindustrial. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo GEN, 2021.</p> <p>Filho, Antonio Nunes B. Segurança do Trabalho na Agropecuária e na Agroindústria. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016.</p> <p>Feijó, Ricardo Luis C. Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2010.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>Tavares, Maria F. F. Introdução à gestão do agronegócio. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo A, 2018.</p> <p>Cardoso, Hugo Monteiro da C. Guia da Gestão Rural: Gestão da Informação, Econômico-Financeira e Tributária ao seu Alcance. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2022.</p> <p>Barroso, Priscila, F. e Wilian J. Bonete. Estudos culturais e antropológicos. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.</p> <p>Silva, Rui Corrêa D. Extensão Rural. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.</p> <p>Kay, Ronald, D. et al. Gestão de propriedades rurais. Disponível em: Minha Biblioteca, (7th edição). Grupo A, 2014.</p>					
Periódicos recomendados					

--

Disciplina:	Química e física do solo	C.H.:	40	Período:	Opt.
Ementa					
<p>Conceitos Básicos de Química e Física. Conceitos Básicos de Mineralogia. Equilíbrio Químico das Reações do Solo. Reserva Mineral do Solo. Química da Matéria Orgânica do Solo. Eletroquímica, Adsorção e Troca Iônica do Solo. Dinâmica de Pesticida no Solo. Química dos Metais Pesados no Solo. Química dos Solos Ácidos. Métodos analíticos utilizados em química dos solos. A física do solo.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>KLEIN, Vilson Antonio. Física do solo. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2012. 240 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7515-770-1.</p> <p>MEURER, Egon José (Ed.). Fundamentos de química do solo. 4. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2010. 266 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7727-225-9.</p> <p>MELO, Vander de Freitas; ALLEONI, Luís Reynaldo Ferracciú (Ed.). Química e mineralogia do solo. Viçosa: SBCS, 2009. v. 2. 685 p., il. ISBN 978-85-86504-05-1.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>REICHARDT, Klaus; TIMM, Luís Carlos. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. Barueri, SP: Manole, 2004. 478 p., il. ISBN 85-204-1773-6.</p> <p>BERTONI, José; LOMBARDI NETO, Francisco. Conservação do solo. 8 ed. São Paulo: Ícone, 2012. 355 p., il. (Coleção Brasil Agrícola). Inclui bibliografia. ISBN 978-85-274-0980-3.</p> <p>VOGEL, Arthur Israel. Vogel: análise química quantitativa. Tradução de Júlio Carlos Afonso, Paula Fernandes Aguiar, Ricardo Bicca Alencastro; Revisão de J. Mendham et al. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2002. 462 p., il. ISBN 978-85-216-1311-4.</p> <p>MELO, Vander de Freitas; ALLEONI, Luís Reynaldo Ferracciú (Ed.). Química e mineralogia do solo. Viçosa: SBCS, 2009. v. 1. 695 p., il. ISBN 978-85-86504-04-4.</p> <p>SKOOG, Douglas A.; HOLLER, James F.; NIEMAN, Timothy A.; CARACELLI, Ignez; SCHPECTOR, Julio Zukerman (Coord.). Princípios de análise instrumental. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 836 p., il. ISBN 978-85-7307-976-0.</p>					
Periódicos recomendados					

Revista Sociedade Brasileira de Ciência do Solo

Disciplina:	Plantas medicinais, aromáticas e condimentares	C.H.:	40	Período:		Opt.	
Ementa							
<p>Importância das plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Principais espécies nativas de uso popular. Órgãos ou partes das plantas utilizadas na terapêutica. Implantação e manejo de hortas. Cultivo, colheita, secagem, armazenamento e comercialização dessas plantas.</p>							
Bibliografia Básica							
<p>CLEMENTE, Flávia M. V. T.; HABER, Lenita Lima. Plantas aromáticas e condimentares: uso aplicado na horticultura. Brasília: EMBRAPA, 2013. 150 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7035-273-5.</p> <p>PEIXOTO NETO, Pedro Accioly de Sá; CAETANO, Luiz Carlos. Plantas medicinais: do popular ao científico. Maceió: EDUFAL, 2005. 90 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 85-7177-255-X.</p> <p>LAMEIRA, Osmar Alves; PINTO, José Eduardo Brasil Pereira (Ed.). Plantas medicinais: do cultivo, manipulação e uso à recomendação popular. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2008. 264 p., il. ISBN 978-85-87690-72-2.</p>							
Bibliografia Complementar							
<p>SOUZA, Paulo E. de.; MONTEIRO, Fernando P. Doenças das plantas medicinais. Lavras, MG. UFLA, Ed. 1ª, 2013, 299p. ISBN: 9788581270173</p> <p>SARTÓRIO, Maria Luiza; RESENDE, Patrícia; MACHADO, José Reis. Cultivo orgânico de plantas medicinais. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. 258 p., il. Inclui bibliografia.</p> <p>PLANTAS da nossa gente: a sebedoria popular no uso de plantas medicinais. Guarapuava: [s.n.], 1994. 38 p.</p> <p>BUENO, Olinda Leites. Plantas de uso medicinal e condimentar: alho-comum, alho-poró e gengibre. Porto Alegre: Rígel, 2006. 104 p. ISBN 85-7349-067-5.</p> <p>MORELLI, Miriam Regina Stumpf. Guia de produção para plantas medicinais, aromáticas e flores comestíveis. Porto Alegre: Cidadela, 2010. 252 p., il. ISBN 978-85-7978-040-0.</p>							
Periódicos recomendados							

Revista Bragantia

Revista Floriculture & Ornamental Biotechnology

Disciplina:	Ovinocaprinocultura	C.H.:	40	Período:	Opt.
Ementa					
Aspectos mercadológicos no Brasil e no mundo. Noções de manejo por categoria e reprodutivo, índices zootécnicos, sistemas de criação, raças e produtos de pequenos ruminantes de interesse econômico.					
Bibliografia Básica					
<p>GOUVEIA, Aurora Maria Guimarães; ESPESCHIT, José Borela; TARTARI, Silvia Leticia. Criação de ovinos de corte nas regiões centro-oeste e sudeste do Brasil. 2 ed. Brasília: LK Editora, 2010. 96 p., il. (Coleção tecnologia fácil. Ovinocultura). ISBN 85-87890-37-9.</p> <p>RIBEIRO, Silvio Doria de Almeida. Caprinocultura: criação racional de caprinos. São Paulo: Nobel, 1997. 318 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 85-213-0972-4.</p> <p>TONISSI, Rafael Henrique de; BRABES, Cristina da Silva; OLIVEIRA, Euclides Reuter de (Ed.). Produção e qualidade em ovinos de corte. Jaboticabal, SP: FUNEP, 2009. 167 p., il. ISBN 978-85-7805-039-9.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ANDRIGUETTO, José Milton et al. Nutrição animal: as bases e os fundamentos da nutrição animal. São Paulo: Nobel, 2002. 1 v. ISBN 85-213-0170-7</p> <p>SILVA SOBRINHO, Américo Garcia da. Criação de ovinos. 3. ed. Jaboticabal, SP: FUNEP, 2006. 302 p., il. ISBN 85-87632-86-8.</p> <p>ÍTAVO, LUIS CARLOS VINHAS. Nutrição de ruminantes: aspectos relacionados à digestibilidade e ao aproveitamento de nutrientes. Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo. Campo Grande, MS: UCDB, 2005. 184 p. ISBN 85-7598-068-8.</p> <p>ALCÂNTARA, Paulo Bardaui; BUFARAH, Gilberto. Plantas forrageiras: gramíneas e leguminosas. São Paulo: Nobel, 2004. 162 p. ISBN 85-213-0401-3.</p> <p>DIAS-FILHO, Moacyr Bernardino. Degradação de pastagens: processos, causas e estratégias de recuperação. 4. ed. Belém: Do autor, 2011. 215 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-911831-0-4.</p>					
Periódicos recomendados					

Revista Brasileira de Zootecnia

Disciplina:	Morfologia e mineralogia de solos	C.H.:	40	Período:	Opt.
Ementa					
<p>Dinâmica externa e dinâmica interna do planeta. Origem das rochas e dos minerais. Mineralogia das rochas e dos solos e sua importância econômica. Propriedades físicas e químicas dos minerais. Classificação dos minerais empregando suas propriedades físicas e químicas. Principais minérios do Brasil e seus empregos na indústria e agricultura. Gênese de solo. Horizontes constituintes de um perfil de solo e suas características. Aspectos morfológicos do solo. Estudo do solo no campo.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>SCHUMANN, Walter. Guia dos minerais. Barueri, SP: Disal, 2008. 127 p., il. ISBN 978-85-7844-003-9.</p> <p>LIER, Quirijn de Jong Van. Física do solo. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2010. 298 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-86504-06-8.</p> <p>LEPSCH, Igo F. Formação e conservação dos solos. 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. 216 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7975-008-3.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>FAIRCHILD, Thomas Rich (Org.) et al. Decifrando a Terra. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. 623 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-04-01439-6.</p> <p>COSTA, Joaquim Botelho da. Caracterização e constituição do solo. 2,3 e 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenian, 1979, 1985 e 1991. 527 p.</p> <p>PRADO, Hélio do. Pedologia fácil: aplicações em solos tropicais. 4 ed. Piracicaba: Hélio do Prado, 2013. 284 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-901330-2-5.</p> <p>SANTOS, Raphael David dos et al. Manual de descrição e coleta de solo no campo. 6 ed. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2013. 100 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-86504-03-7.</p> <p>RESENDE, Mauro et al. Mineralogia de solos brasileiros: interpretação e aplicações. 2 ed. Lavras: UFLA, 2011. 201 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-87692-96-2.</p>					
Periódicos recomendados					
Revista Sociedade Brasileira de Ciência do Solo					



Disciplina:	Legislação agrária	C.H.:	40	Período:	Opt.
Ementa					
<p>Índice de leis. Histórico da legislação profissional. Sistemas profissionalizantes. Lei 5.194/66. Código de Ética. Receituário agrônomo. Lei 7802/89. Associações. Sistema CONFEA/CREA. Responsabilidades profissionais. Estatuto da Terra. Conceitos agrários. Imóveis. Trabalho rural. Contratos agrários. Procurações e cadastros rurais. Imposto sobre a propriedade rural. Crédito rural. Sindicatos Rurais. Proagro. Seguro Agrícola. Código de Ética e Deontologia</p>					
Bibliografia Básica					
<p>NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 588 p. Bibliografia. ISBN 978-85-203-3893-3.</p> <p>BORGES, Paulo Torminn. Institutos básicos do direito agrário. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. 245 p. ISBN 85-02-01873-6.</p> <p>COELHO, José Fernando Lutz. Contratos agrários: uma visão neo-agrarista. 22. ed. Curitiba: Juruá, 2011. 236 p. ISBN 85-362-1418-X.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004. 224 p. (Coleção a Obra-Prima de Cada Autor). ISBN 85-7232-426-7.</p> <p>BRAZ, Petrônio. O agregado na legislação brasileira. São Paulo: Led - Editora de direito, 1996. 102 p.</p> <p>COSTA, Cássia Celina Paulo Moreira. A constitucionalização do direito de propriedade privada. Rio de Janeiro: América jurídica, 2003. 226 p. ISBN 85-87984-61-6.</p> <p>SINGER, Peter. Ética prática. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 400 p. (Coleção biblioteca universal). ISBN 85-336-1668-6.</p> <p>TEDESCO, Sílvia (Org.); NASCIMENTO, Maria Lívia do (Org.). Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2009. Inclui bibliografias. ISBN 978-85-205-0522-9.</p>					
Periódicos recomendados					
<p>www.scielo.br</p>					

11.3 Educação em Direitos Humanos

Em razão do disposto na Constituição Federal de 1988; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012); no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), e a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012 a Instituição de Ensino Superior criou a Política Institucional de Educação em Direitos Humanos visando assegurar o direito à educação a todos/as e à promoção e à defesa dos Direitos Humanos.

A Política instituída tem por objeto a inserção e a implementação da Educação em Direitos Humanos na IES e em todos os seus cursos.

As ações institucionais para difusão da Educação em Direitos envolvem a formulação, implementação, monitoramento e disseminação de medidas fundamentadas na universalidade, indivisibilidade e transversalidade dos Direitos Humanos, a partir dos seguintes eixos de atuação:

I – no âmbito do ensino, inclusão nos projetos pedagógicos dos cursos e nas atividades curriculares a temática dos Direitos Humanos como conteúdos obrigatórios, complementares e adaptáveis, por meio de seminários e atividades interdisciplinares, como disciplinas obrigatórias ou optativas, ou ainda de maneira mista, combinando mais de um modo de inserção por meio da pluralidade pedagógica e do diálogo com várias áreas de conhecimento; além de promover a formação continuada dos educadores na temática dos Direitos Humanos; Tais assuntos são contemplados na disciplina de Extensão Rural e cooperativismo do 1º período do curso.

II – no âmbito da iniciação científica, incentivar a realização de estudos através da criação de núcleos de estudos - com diversas metodologias de ensino, inclusive empíricas; com atuação nas temáticas que propiciem o enfrentamento de estereótipos de gênero, étnico-racial, religião, origem, idade, situação social, econômica e cultural, orientação sexual e identidade de gênero (LGBTQIAP+), combatendo a discriminação e a intolerância com grupos em situação de vulnerabilidade, a exemplo de pessoas



com deficiência, transtornos e altas habilidades/superdotação pessoas idosas, população em situação de rua, povos indígenas, quilombolas, ciganos, povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, população prisional, dentre outros.

III – no âmbito da extensão, atender a demandas não só formativas, mas também de intervenção, por meio da aproximação com os segmentos sociais em situação de vulnerabilidade e de violação de direitos, com os movimentos sociais e a gestão pública, assessorando governos, organizações sociais e a sociedade na implementação dos Direitos Humanos como forma de contribuição para a consolidação da democracia; O curso será atuante neste quesito, com o projeto social Escola Aberta: horta comunitária, na qual integra crianças e adolescentes na temática agrônômica com a função social.

IV – no âmbito da gestão, incorporar os Direitos Humanos na cultura e na gestão organizacional e institucional, na mediação de conflitos, na forma de lidar e reparar violações por meio de ouvidorias e comissões de Direitos Humanos, na representação institucional e intervenção social junto às esferas públicas de cidadania, a exemplo da participação em conselhos, comitês e fóruns de direitos e políticas públicas;

V - no âmbito da convivência universitária e comunitária, conjugar esforços para valorizar a diversidade, desenvolvendo uma ética de respeito à alteridade, para assegurar a igualdade de oportunidades, a equidade e a efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e a consolidação de uma cultura de paz e não violência.

Importante destacar o reconhecimento social das ações desenvolvidas pela IES na promoção dos direitos fundamentais. Cite-se neste sentido o Selo ODM, certificação promovida pela Movimento Nós Podemos Paraná, de responsabilidade do Sistema FIEP, que desde 2011 premia as instituições parceiras na busca do atingimento dos chamados Objetivos do Milênio. Quando da primeira edição do selo, o Centro Universitário Campo Real foi a única instituição de Guarapuava a receber o selo e continuou recebendo nas quatro edições seguintes. Em 2016 as 8 metas da ONU foram substituídas pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e o Movimento Nós Podemos Paraná passou a promover o Prêmio ODS, tendo o Centro



Universitário Campo Real sido uma das finalistas paranaenses na Categoria Média Empresa.

A promoção e divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ocorre por meio de eventos denominados Ciclos de Estudos ODS, periodicamente sediados na IES, desde 2015.

A instituição é também anualmente reconhecida com Selo de Instituição Socialmente Responsável, concedido pela Associação Brasileira dos Mantenedores do Ensino Superior Privado.

A partir de 2016, a Instituição constituiu uma Comissão de trabalho denominada Comitê Gestor, responsável pela implantação e desenvolvimento dos eixos mencionados na Política Institucional. Este Comitê Gestor está auxiliando os Cursos da Instituição a aprimorarem os conteúdos curriculares em Direitos Humanos que já estão implantados nas disciplinas em curso.

Além disso, vem realizando anualmente um Evento denominado Encontro sobre Direitos Humanos Contemporâneos onde é discutida a temática dos Direitos Humanos.

Ademais, a temática foi inserida nos PPCs dos cursos de Especialização da Instituição, além da inserção nas políticas de gestão da IES, com a realização de campanhas continuadas para a sensibilização e a conscientização dos corpos docente, discente e gestor, bem como funcionários e colaboradores, quanto ao respeito e à promoção dos Direitos Humanos, da igualdade de oportunidades e da equidade e na efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e na consolidação de uma cultura de paz e não violência.

O Comitê Gestor e a política de Educação em Direitos Humanos estão devidamente institucionalizados por ato administrativo específico, além de possuírem plano de trabalho elaborado. A IES aderiu formalmente ao pacto universitário de Educação em Direitos Humanos com o Ministério da Educação.

11.4 Acessibilidade



Guiada pela busca da excelência no ensino superior, o Centro Universitário Campo Real entende que todo aquele que adquire conhecimento tem o compromisso de garantir que a exclusão social, a pobreza, a violência, o analfabetismo, a fome e as enfermidades sejam minimizadas. Pautada nos preceitos da CF/88 e demais instrumentos que regem a acessibilidade no âmbito educacional, segundo os quais deve ser garantido o acesso ao conhecimento a todas as pessoas, independente da raça, credo, orientação sexual, deficiência de alguma forma ou diferencial cognitivo, o Centro Universitário Campo Real crê que a inclusão não pode ser entendida apenas como a inserção, em sala de aula, de pessoa portadora de necessidades especiais ou diferencial cognitivo. Deve-se, adicionalmente, proporcionar-lhe condições de que adquira o conhecimento a partir de uma participação ativa de construção cognitiva e social.

Para isso, faz-se mister prever e providenciar recursos físicos e serviços de apoio especializado a fim de que o discente tenha condições de interagir socialmente no sentido de, conforme suas possibilidades, ingressar no mercado do trabalho. Por esse motivo, o Centro Universitário Campo Real inclui em seu PDI e PPCs dos cursos que oferece, além das condições de acessibilidade física, o atendimento pedagógico adequado aos alunos com deficiência visual e auditiva, com restrições de mobilidade permanente ou temporária, o atendimento individualizado de acordo com as suas peculiaridades, e reconhece e garante os direitos da pessoa com transtorno do Espectro Autista, por meio de ações que permeiam todas as dimensões da instituição.

11.4.1 Infraestrutura de acessibilidade física

O Centro Universitário Campo Real apresenta plenas condições de acesso e garante a acessibilidade física para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003. Em vista dos atos normativos que regem as questões de acessibilidade, e das referências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que tratam da normalização técnica no Brasil, o Centro Universitário Campo Real desenvolve ações

que proporcionam condições igualitárias de acesso aos espaços para que todos possam usufruir de seus direitos da forma mais abrangente e menos restritiva possível.

Dessa maneira, tendo como pressuposto que, para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano, a acessibilidade tem como princípio possibilitar e dar condições de alcance, percepção e acesso ao conhecimento, o Centro Universitário Campo Real visa a proporcionar a todos seus discentes, docentes e colaboradores, bem como à comunidade em geral, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização autônoma e segura do ambiente, dos equipamentos e dos elementos disponíveis na instituição.

Pautando-se na percepção das diversidades, evidencia-se a necessidade de que os espaços edificados se adequem de maneira que um leque cada vez maior de usuários seja atendido. Assim, é preciso pensar um ambiente livre de barreiras que beneficie todos os usuários e não apenas determinado segmento. Esse conceito de Desenho Universal, que busca pensar em todo usuário, planejando os espaços de forma mais abrangente e explorando a integração social, é uma tendência mundial e permeia os fundamentos do atendimento e respeito às pessoas com necessidades especiais permanentes ou temporárias.

Para atender a pessoas portadoras de deficiências ou mobilidade reduzida permanente ou temporária, o Centro Universitário Campo Real firma-se no disposto na Lei Nº10.098 de 19 de Dezembro de 2000 (Acessibilidade) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050:

- Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas (Capítulo I, Art.2, Parágrafo III, V);
- Ajudas técnicas: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico (Capítulo I, Art.2, Parágrafo III, VI);
- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo – vias públicas, estacionamentos, parques, etc. (Capítulo II, Art. 3);

- Disponibilização de rampas com corrimãos e elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas e as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida (Capítulo II, Art.5);
 - Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas (Capítulo II, Art.6);
 - Disponibilização de barras de apoio nas paredes dos banheiros (Capítulo II, Art.6);
 - Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços (Capítulo IV, Arts. 7 e 11, Parágrafo Único), e sinalização com o Símbolo Internacional de Acesso (Lei nº 7405);
 - Os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Capítulo IV, Art.11, IV);
 - Uso do Símbolo Internacional de Acesso afixada em local visível ao público (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050), sendo utilizada principalmente nos seguintes locais, quando acessíveis:
 - a) entradas;
 - b) áreas e vagas de estacionamento de veículos;
 - c) áreas acessíveis de embarque/desembarque;
 - d) sanitários
 - e) áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência;
 - f) áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas; e
 - g) equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência.
- Tendo em vista todos esses conceitos e os dispositivos legais levantados acima, o Centro Universitário Campo Real promove a acessibilidade arquitetônica em todos os quesitos, quais sejam:
- **DIMENSÕES REFERENCIAIS DE DESLOCAMENTO:** cumpridas por meio de comunicação (visual e tátil) e sinalização (permanente, direcional, de emergência, e temporária).

- **USO DOS SÍMBOLOS INTERNACIONAIS DE ACESSO:** tanto para pessoas com mobilidade reduzida como para pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva.
- **SINALIZAÇÃO TÁTIL:** tanto do tipo alerta como direcional posicionado abaixo dos caracteres ou figuras em relevo em sanitários, salas, elevadores, portas, corrimãos, escadas, etc. (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050). Além disso, uso de sinalização tátil de alerta e direcional no início e final de pisos, escadas fixas, rampas, elevadores, rebaixamento de calçadas, áreas de circulação na ausência ou interrupção da guia de balizamento, indicando o caminho a ser percorrido e em espaços amplos (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050).
- **ROTAS DE FUGA e SAÍDAS DE EMERGÊNCIA:** sinalizadas com informações visuais.
- **RAMPAS:** seguem as orientações normativas e a acessibilidade é garantida nas rotas de maior fluxo de pessoas.
- **ELEVADORES:** conta com três elevadores para usos exclusivo de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida permanente ou provisória.
- **VAGAS PREFERENCIAIS:** Há vagas de estacionamento preferenciais para veículos conduzidos ou que conduzam pessoas com deficiências.
- **BANHEIROS:** Há banheiros equipados com acessórios que garantem a possibilidade de uso por parte de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida permanente ou provisória.
- **ESPAÇOS PRIVATIVOS:** Os ambientes (laboratórios, salas de aula, biblioteca, auditórios e similares) contam com espaços reservados para pessoas em cadeiras de rodas, obesas e com mobilidade reduzida, e de lugares para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de modo a facilitar as condições de acesso ao ambiente e ao conhecimento.
- **SÍMBOLO INTERNACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL:** O uso do símbolo internacional de pessoas com deficiência visual para indicar a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência

visual, caso seja solicitado, poderá ser utilizado (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050);

- **SINALIZAÇÃO SONORA:** Há possibilidade de uso de sinalização sonora, assim como os alarmes vibratórios, associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, para que se alerte as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva (surdez), caso seja solicitado. (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050); e

Além dessas iniciativas, são realizadas avaliações periódicas dos espaços para manutenção dos dispositivos já instalados e para eliminação de possíveis e futuras barreiras físicas que possam ocorrer.

Com isso, o Centro Universitário Campo Real, de acordo com o que prescreve a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assume o compromisso formal de proporcionar, caso sejam solicitadas, desde o acesso até a conclusão do curso, quaisquer reivindicações formais previstas em lei no que se refere à acessibilidade física, pedagógica, atitudinal e das comunicações. Dessa forma, a acessibilidade física é respeitada, de maneira que todo membro do corpo discente, docente, colaboradores e comunidade em geral que apresente uma deficiência ou dificuldade permanente ou temporária, ou que necessite de quaisquer recursos suplementares para viabilizar seus processos de participação e aprendizagem nos espaços educacionais seja considerado.

11.4.2 Acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações

Da mesma forma do que concerne à Acessibilidade Física, o Centro Universitário Campo Real apresenta plenas condições de garantia de acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.



A acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações envolve estratégias que permitam o acesso do discente com necessidades especiais ao currículo, à sua interação social, ao enriquecimento curricular, à compactação curricular, e/ou à aceleração de conteúdos ou de estudos, quando necessário. A partir desse conceito, dentro das especificidades de cada disciplina, são determinados critérios para que os discentes com necessidades especiais (desde deficiências ou dificuldades, até altas habilidades) sejam efetivamente incluídos no ambiente acadêmico. Nesse sentido, os docentes são orientados no que se refere à preparação de materiais didático-pedagógicos específicos a serem oferecidos a esses discentes como ferramentas de acesso às atividades pedagógicas e avaliativas.

No sentido de cumprir o disposto nos atos normativos concernentes à política de acessibilidade (ABNT, 2004; Brasil, 2001; 2004; 2006; 2008; 2011; 2015) e tendo como finalidade garantir a adequação aos novos posicionamentos e métodos de ensino fundamentados em concepções e práticas pedagógicas inseridas a partir dos avanços conceituais postulados pelas teorias educacionais, o Centro Universitário Campo Real, tanto na Graduação quanto nos seus Programas de Pós-Graduação, tem garantido adequações pedagógicas atitudinais para que as demandas dos discentes matriculados em seus cursos sejam supridas. Assim, na busca da excelência no ensino superior, o Centro Universitário Campo Real promove a inserção da acessibilidade nas diferentes ações e setores da Instituição e destaca que o reconhecimento e a valorização da diferença humana, a partir da acessibilidade, constam de todas as demais políticas e programas da Instituição. Isso é evidente no planejamento e promoção de mudanças requeridas pelos atos normativos e no desenvolvimento de ações e programas garantam a transversalidade da educação especial.

Dessa forma, todas essas ações dão suporte para que a IES institua uma política de acessibilidade que compreenda a inclusão plena dos discentes com necessidades de atendimento diferenciado. Com isso, contempla a acessibilidade: nos processos de seleção de alunos; no planejamento e execução orçamentária; nos projetos pedagógicos dos cursos; na composição do quadro de profissionais; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações on line; no acervo

pedagógico e cultural; e na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

Assim é que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), articulam-se com os gestores institucionais e professores, no sentido de considerar os pressupostos epistemológicos, filosóficos, legais e políticos da educação inclusiva. O objetivo principal de todo esse conjunto de atitudes visa a garantir a formação de futuros profissionais conscientes de sua responsabilidade social para que se construa uma sociedade democrática e tolerante com as diferenças. Nessa perspectiva, compõem esse objetivo, ações referentes à:

- Possibilidade do reconhecimento da diversidade dos discentes que frequentam a Instituição
- Inserção da educação inclusiva no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), planejando e promovendo as mudanças demandadas pelos atos normativos
- Garantia a superação de barreiras físicas referentes aos instrumentos, aos utensílios e às ferramentas de estudo
- Possibilidade de que a estrutura curricular considere possibilidades de diversificação curricular demandadas pelas diferentes necessidades que exijam atenção especial
- Possibilidade do cumprimento das diretrizes inclusivas na IES como um todo
- Garantia da superação de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo, na forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional
- Possibilidade da organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados tanto nos processos seletivos quanto no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.
- Ampliação dos recursos de Tecnologia Assistiva disponíveis às pessoas com necessidades especiais, tanto no que se refere a deficiências quanto no que se refere a altas habilidades e superdotação.

11.4.3 Atendimento a portadores de necessidades especiais

Entre as múltiplas possibilidades de apoio, estão à disposição, de acordo com o que preceitua a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, caso sejam solicitados, desde o acesso até a conclusão do curso, os seguintes recursos:

- Oportunidade de responder às questões oralmente nos transtornos de aprendizagem específico da leitura e da escrita (Dislexia e Discalculia)
- Possibilidade de tempo adicional para a resolução de provas escritas (em geral 25% a mais), para os casos de distúrbios de aprendizagem (como Dislexia e Discalculia) e Transtorno do Déficit de Atenção.

11.4.4 Recursos para pessoas com necessidades especiais de natureza física

A atitude inclusiva da Instituição estimula a remoção de barreiras, respeita as diferenças e diversidades, reconhece e promove a igualdade de direitos, além de propiciar condições de acessibilidade. Ela implica a articulação dos princípios e valores que são inerentes à formulação das políticas e das práticas institucionais nas esferas pedagógicas e da gestão, com medidas que compreendam um conjunto de dimensões múltiplas, que apoiam-se na aceitação dos indivíduos sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Em conformidade com os dispositivos legais e políticos em que se assenta a política de acessibilidade referente à inclusão total dos estudantes (Brasil, 2001; 2004; 2006; 2008; 2011; 2015), o Centro Universitário Campo Real garante os recursos necessários à participação e aprendizagem de todos os discentes, não só os que apresentem quaisquer tipos de deficiências, mas também os demonstrem alguma dificuldade durante sua trajetória educacional.

Na prática dos fundamentos da inclusão educacional, assegura tanto o acesso, quanto condições concretas de participação e aprendizagem a todos os discentes. Com esse intuito, ações e projetos relacionados à acessibilidade são programados e implantados

para que acolham os que tenham necessidades de natureza física que possam impedir sua participação ativa e efetiva nas atividades acadêmico-pedagógicas.

Para que isso se realize, o Centro Universitário Campo Real dispõe de pessoal capacitado de diferentes áreas de formação no sentido de se contemplarem as mais variadas dimensões do conceito de acessibilidade. Portanto, os especialistas dos próprios corpos docente e técnico-administrativo sempre são consultados para que se efetivem as ações e adaptações necessárias.

11.4.5 Adaptabilidade para portadores de deficiência visual

Caso ocorra o ingresso de discentes com deficiência visual, o Centro Universitário Campo Real reitera seu dever de provimento de condições que possibilitem o acesso às atividades e aos meios pedagógico-educacionais, como adaptação de trechos de livros para dispositivo de software de leitura com sistema de síntese de voz, além de lupas e régua de leitura.

Para que as pessoas com cegueira ou baixa visão possam ter acesso efetivo ao conjunto de ações pedagógicas, o Centro Universitário Campo Real poderá considerar a disponibilização dos seguintes equipamentos e serviços, de acordo com o que prescreve a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assumindo o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- Assegurar à pessoa portadora de deficiência visual usuária de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal nos locais da instituição de uso coletivo (LEI Nº 11.126);
- Acervos bibliográficos em formato acessível ao estudante com deficiência de leitura
- Máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, linha ou “display” braille, Reglete e punção (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009) e (Portaria Ministerial MEC nº3284);
- Gravador e fotocopiadora que amplie textos (Portaria Ministerial MEC nº 3284);

- Softwares com magnificadores de tela e programas com síntese de voz (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009);
 - Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
 - Lupas manuais, de apoio ou de mesa para magnificação, e réguas de leitura (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009);
 - Scanner acoplado a computador (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato digital, em áudio, em Braille e com fontes ampliadas (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009);
- Ampliação de fontes, de sinais e símbolos gráficos em livros, apostilas, textos avulsos, jogos, agendas, entre outros (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009);
 - Sorobã - instrumento utilizado para trabalhar cálculos e operações matemáticas (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009);
 - A permissão da presença de profissionais intérpretes de escrita em braile (Portaria Ministerial MEC nº 3284);

11.4.6 Adaptabilidade para portadores de deficiência auditiva

O Centro Universitário Campo Real, de acordo com o que prescrevem a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assume o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- Formulação de materiais de informações aos professores no sentido de que a especificidade linguística dos portadores de deficiência auditiva (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- A adoção de formas de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, no que se refere à Libras, na correção das provas escritas, valorizando o

aspecto semântico e reconhecendo as peculiaridades linguísticas manifestadas no aspecto formal da Língua Portuguesa (Decreto Nº 5.626, Art. 14, Parágrafo 1º, Inciso VI);

- Intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com deficiência auditiva / surdez (Cap. VII, Art. 17, Art. 18 e Art. 19; Lei da LIBRAS e Decreto Nº 5626, Cap. IV, Art. 14, Parágrafo 1º, Inciso I), quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- Reforço no aprendizado da Língua Portuguesa, mormente na modalidade escrita (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- O uso do símbolo internacional de pessoa com surdez utilizado em todos os locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva (surdez) (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050);
- Inclusão de Libras (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional (Decreto Nº5.626, Cap. II, Art3º, Parágrafo 2º);
- Disponibilização de equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva (Decreto Nº 5.626, Art. 14, Parágrafo 1º, Inciso VIII);
- Uso de Dicionário Ilustrado em Libras (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009); e
- Uso de tecnologias assistivas para surdos, como computadores, uso de internet, TDD (telecommunications device for the deaf - telefone de texto para surdos),

entre outros. (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009).

11.4.7 Direitos da Pessoa com transtorno do Espectro Autista

O Centro Universitário Campo Real respeita e protege os direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, ao instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, concede a esses indivíduos os mesmos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência, compreendendo desde a reserva de vagas em cargos públicos e privados, até o direito à educação e ao atendimento preferencial em bancos e repartições públicas.

Além disso, faz-se mais representativo o campo da inclusão, quando se atenta para o fato de que muito pouco se tem progredido na garantia dos direitos desse segmento. Geralmente à margem da sociedade, as pessoas com autismo e seus familiares sentem nos próprios ombros a carga do ônus da reabilitação, educação, transporte, dentre outros serviços de responsabilidade da sociedade civil como um todo, mormente do setor público.

Legalmente, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada por:

- Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolverem relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e
- Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Assim, o Centro Universitário Campo Real acata as diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

- I. A intersectorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

- II. A participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;
- III. A atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;
- IV. O estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- V. A responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;
- VI. O incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; e
- VII. O estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

Nesse sentido, a instituição reconhece todos os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, com ênfase primordial a:

1. A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
2. A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
4. O acesso:
 - a) à educação e ao ensino profissionalizante;
 - c) ao mercado de trabalho;

Em casos de confirmada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, terá direito a acompanhante especializado.

Além disso, reforça-se o imperativo de que a pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada



de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo de sua necessidade especial.

11.5 Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena são contemplados, principalmente em conteúdos da disciplina de Extensão e cooperativismo e na disciplina optativa do 7º período, além de ser abordado em atividades complementares; na iniciação científica; em projetos de extensão e em atividades extracurriculares promovidas pela IES.

Cabe complementar o enfoque das questões multirraciais, a afrodescendência e as questões étnico-raciais, explorado em diversos documentos legais, como a Carta Democrática Interamericana que reconhece que a eliminação de toda forma de discriminação, assim como o respeito à diversidade étnica, cultural e religiosa nas Américas, que contribuem para o fortalecimento da democracia e da participação cidadã. Ainda, a Declaração da Conferência de Santiago e Declaração da Conferência de Durban, Declaração de Mar del Plata no âmbito da Quarta Cúpula das Américas de 2005, a declaração da Organização das Nações Unidas " ONU, que definiu 2011 como Ano Internacional para os povos afrodescendentes, bem como as políticas indigenistas e migrantes.

11.6 Políticas de Educação Ambiental

A Educação Ambiental é abordada amplamente dentro da matriz curricular do curso, como por exemplo, nas disciplinas de Climatologia (3º Período), Melhoramento vegetal (5º Período) e Gestão Ambiental e perícias rurais (8º Período); no 9º período, durante a realização do projeto de extensão, um dos eixos observados e estudados é o eixo caracterização ambiental, no qual o acadêmico pode fazer o diagnóstico referente à preservação ambiental da propriedade, além das demais atividades extracurriculares e projetos de extensão promovidos pelo Núcleo Integrado de Gestão Ambiental e Desenvolvimento – Consciência Limpa da IES, que desenvolve diversos projetos dentro da área das ciências agrárias e em diversas outras. Os trabalhos



desenvolvidos pelo Núcleo deverão apresentados e publicados na "Mostra do Meio Ambiente" (evento a ser promovido pela IES) e na Iniciação Científica.

O Núcleo Integrado de Gestão Ambiental e Desenvolvimento – Consciência Limpa do Centro Universitário Campo Real será instituído como resultado de uma política de priorização das questões ambientais e desenvolvimento no Campus de Laranjeiras do Sul também. E tem como objetivo, proporcionar a interação entre os diferentes segmentos da sociedade e a comunidade acadêmica, buscando o exercício da interdisciplinaridade, por meio do o intercâmbio das diversas áreas de conhecimento, de forma a operacionalizar ações com vistas a integração das questões sociais e ambientais às estratégias de desenvolvimento sustentável.

A constituição do trabalho do Núcleo se dará pelo envolvimento pessoal da equipe, formada por professores, alunos e Direção, empenhada em fomentar no Campus as novas dinâmicas de trabalho associadas a interdisciplinaridade enquanto método e ao desenvolvimento sustentável enquanto objeto de ensino, pesquisa e extensão.

O Núcleo terá representação junto a instituições voltadas à temática da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, e estará aberto a interessados em apresentar propostas de trabalho interdisciplinar ou mesmo integrar-se aos projetos em andamento, assim como receptivo a propostas de parcerias e atividades conjuntas com instituições governamentais e não governamentais, empresas e setores organizados da comunidade.

As atividades serão concentradas no desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão, integrando temas de caráter sócio ambiental, na busca de estratégias para o desenvolvimento sustentável, de forma a contribuir na elaboração de políticas públicas regionais.

Como metas o Núcleo visará:

- Cooperar com as instituições públicas e privadas na produção de dados e de pesquisas;
- Facilitar a implementação de novos trabalhos e projetos, dispondo de técnicas que possam ser repassadas para viabilizar o processo de gestão ambiental;

- Realizar eventos, como seminários, encontros e exposições científicas, para disseminar conceitos estratégicos e técnicos da gestão ambiental;
- Desenvolver programas orientados à sensibilização/reflexão e mudanças efetivas de atitudes, como forma de promover a qualidade de vida e a valorização do meio ambiente.
- Estudar e propor meios práticos e continuados de estimular o desenvolvimento sustentável e fortalecer as políticas de gestão ambiental;

11.6.1 Elaboração e execução de projetos

A metodologia a ser usada nos projetos baseia-se nos princípios científicos, filosóficos e pedagógicos, que têm como referência um modelo multidimensional (Interior, Espacial, Temporal e Temática), baseando-se numa perspectiva holística da realidade social, cultural, política, econômica e ambiental. Apresenta ênfase nos processos de mudanças de princípios, com orientação para uma atuação social e ambientalmente responsável, através de processos de sensibilização/reflexão e mudanças efetivas de valores sociais.

Para tanto, o desenvolvimento de projetos científicos associados a atividades de extensão constitui-se em importante ferramenta para processos de sensibilização/reflexão e mudanças efetivas de atitudes, com direcionamento a perspectiva sistêmica e global da realidade social, cultural, política, econômica e ambiental, promovendo a qualidade de vida e a valorização do meio ambiente.

12 REGIME ESCOLAR

12.1 Integralização do curso

Tabela 13. Integralização do curso.

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO		
CURSO	TIPO DE CURSO	CÓD.

Engenharia Agrônômica			Graduação	Sequencial	1
HABILITAÇÃO / MODALIDADE			REGIME DE MATRÍCULA		TURNO
1. Bacharelado/ Eng ^o . Agrônomo			Por série		Noturno
VAGAS Anuais	CARGA HORÁRIA		INTEGRALIZAÇÃO Mínima	INTEGRALIZAÇÃO Máxima	
	Horas	Hora/aula			
50	3600	4320	10 Semestres	15 Semestres	

12.2 Sistema de avaliação

Entende-se avaliação como um processo de diagnóstico contínuo e sistemático. Dessa forma, como decisão institucional, o ponto de partida é entender que todo momento de avaliação não deverá ocorrer isoladamente, mas de maneira gradativa ao longo do período. Com isso, pretende-se tornar mais eficiente a assimilação e, se necessário, a recuperação de conteúdos.

Segundo Celso Antunes (2004), o processo de avaliação da aprendizagem consiste em determinar se os objetivos educativos estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo pleno e do ensino. Os objetivos visados consistem em produzir certas modificações desejáveis no padrão de comportamento dos acadêmicos.

Outros aspectos que devem nortear o processo de avaliação são o de destacá-lo como instrumento de apoio ao desenvolvimento acadêmico. É conveniente ressaltar que o acadêmico executa aquilo que entende e não a interpretação que o professor dá ao assunto ministrado.

Ao acadêmico, a avaliação deve fornecer informações sobre seu próprio processo de aprendizagem. Deve permitir-lhe, não só demonstrar a aquisição dos conteúdos trabalhados através de estratégias variadas, como também oferecer subsídios para que possa refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem. Por isso, necessariamente, ocorrerá em pelo menos dois momentos distintos e privilegiará os

aspectos qualitativos (capacidade de análise, síntese crítica e elaboração pessoal do acadêmico) sobre os quantitativos e favorecerá a compreensão dos processos mentais envolvidos na aprendizagem.

Dessa forma, é imprescindível que o acadêmico conheça:

- No que está sendo avaliado;
- Que parâmetros estão sendo avaliados;
- Que valores ele está recebendo pela sua avaliação e o mais importante;
- O porquê da nota que lhe foi atribuída.

No início de cada semestre, os professores apresentam aos alunos os objetivos a serem alcançados, os conteúdos que serão abordados com vistas a uma aprendizagem significativa. Em seguida, é discutido em conjunto com os alunos, o sistema de avaliação da disciplina. Há, a cada bimestre, mais de um instrumento de avaliação, obedecendo ao plano de ensino das disciplinas. Ao final de cada bimestre é aferida uma média ou um somatório do desempenho do graduando, dependendo do peso atribuído pelas avaliações resultantes do conjunto das atividades realizadas.

Na elaboração dos instrumentos de avaliação, o professor deve, não apenas dominar as suas técnicas de construção, mas também considerar as habilidades a serem desenvolvidas e as competências a serem atingidas, conforme os objetivos previstos no Projeto Pedagógico e nos Planos de Ensino. É de suma importância que o educando perceba a avaliação como um instrumento de desenvolvimento e crescimento próprio e não meramente classificatório.

Na avaliação da aprendizagem os professores têm utilizado instrumentos formais, tais como testes e provas, no final de um período determinado de tempo. Porém isso se constitui em um momento de culminância de todo um processo de avaliação e não no único momento avaliado. Reconhece-se a importância de instrumentos formais de avaliação, porém não se focaliza a avaliação apenas no desempenho cognitivo do acadêmico.

A avaliação do desempenho escolar é realizada por intermédio de acompanhamento contínuo do acadêmico, é feita por disciplina, incidindo sobre frequência e



aproveitamento. Dá-se por meio de provas (discursivas e de múltipla escolha), relatórios, seminários, estudos de caso, trabalhos (individuais e em grupo), exercícios dirigidos, seminários, participação em projetos, compromisso do acadêmico com sua formação e com a consciência de sua atuação.

Faz-se necessário acompanhar as atividades realizadas pelos alunos, analisando com eles seus avanços e dificuldades, levando-os a uma melhor aprendizagem e aprimoramento de suas competências. Desse modo, a consideração conjunta do processo e do resultado permitirá ao professor estabelecer interpretações adequadas sobre o seu próprio desempenho e dos alunos. Ao privilegiar o caráter predominante da avaliação diagnóstica e formativa, tem-se como decorrência uma avaliação processual. De um lado, a avaliação diagnóstica ocorre conforme a necessidade de obtenção de informações acerca do educando, segundo a percepção do educador.

Quanto à avaliação classificatória, esta, sim, ocorre em determinados momentos, geralmente ao fim de uma etapa ou processo. O professor tem total autonomia para planejar e definir a modalidade e frequência das avaliações, mas deverá ter como registro conclusivo a “nota” como critério de classificação. Dessa forma, as avaliações devem indicar se os objetivos foram ou não atingidos e orientar o aluno quanto ao seu desempenho em situações anteriores e futuras. O resultado de toda produção dos alunos deve estar registrado, não só no seu aspecto quantitativo, mas, sobretudo, no seu aspecto qualitativo, para possibilitar o seu acompanhamento e subsidiar o trabalho educativo da equipe. O aproveitamento é expresso em notas, demonstradas em grau numérico de zero (0,0) a dez (10,0).

A avaliação será praticada para analisar o que os alunos aprenderam, o que ainda lhes falta apreender e o que precisa ser modificado, de modo a contribuir para o desenvolvimento de sua aprendizagem. Praticar ética e moralmente a avaliação significa orientar o aluno em toda a sua trajetória de aprendizagem.

Como comentado anteriormente, os professores realizam pelo menos duas avaliações a cada bimestre, uma em data determinada pelo professor (normalmente ao fim do primeiro mês do bimestre) e outra realizada em data pré-determinada em calendário escolar durante uma semana de provas.



Dentre as práticas avaliativas classificatórias adotadas pelo Curso de Eng^a. Agrônômica que levarão o acadêmico a perceber esse processo, destacamos:

- ✓ Pesquisas Bibliográficas e/ou de campo;
- ✓ Atividades em contexto de laboratório, discussões artigos técnico-científicos;
- ✓ Trabalhos bibliográficos investigativos;
- ✓ Atividades experimentais com foco no desenvolvimento das habilidades do profissional de engenheiro agrônomo a campo;
- ✓ Atividades vivenciais e práticas dentro dos contextos teóricos que permitam avaliações orais tais como: seminários; mesas redondas e debates e aplicação de testes entre outras.
- ✓ Produção de artigos científicos a partir das pesquisas e práticas realizadas;
- ✓ Provas e testes que permitam desde a objetividade interpretativa, apresentando questões com múltipla escolha de respostas, quanto àquelas que permitam avaliar a dissertação escrita e a capacidade de análise crítica do aluno.
- ✓ O ENADE será um instrumento aliado, que se somará ao processo de avaliação discente no sentido de nortear as aprendizagens dos alunos, possibilitando, inclusive, possíveis ajustes no processo de ensino e de aprendizagem.

Destaca-se ainda, que a avaliação do trabalho de conclusão de curso compreende-se em um processo diferenciado de avaliação. O grau de Bacharel em Engenharia Agrônômica somente será conferido mediante a produção e apresentação oral de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A avaliação do TCC será realizada através da análise do conteúdo escrito e da apresentação oral, em sessão pública, para uma banca examinadora, composta pelo docente orientador e mais dois docentes do curso ou de cursos com áreas afins e um membro externo como vaga facultativa, conforme consta no regimento de TCC.

O sistema e os critérios de avaliação bimestral obedecem, primariamente, às determinações estabelecidas pelo Regimento Geral da IES e fundamentalmente, à coerência que deve caracterizar qualquer processo avaliativo e permitir a detecção do ensino adequado do conteúdo estabelecido pelo currículo do curso.

A Coordenação de cada Curso, em conjunto com a Coordenação Acadêmica e Apoio Acadêmico, elabora o calendário semestral para a realização de provas e exames finais.

As condições para a aprovação por média e participação em exames finais são aquelas constantes do Regimento Geral da IES que segue abaixo descrito:

CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO E DO DESEMPENHO ESCOLAR

Art. 60 – A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e aproveitamento.

Art. 61 – A frequência às aulas e demais atividades programadas, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas não previsto em lei.

§ 1º - Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não tenha frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades previstas.

§ 2º – A verificação e registro da frequência são de responsabilidade do professor, e seu controle, para o efeito do parágrafo anterior, da Secretaria.

Art. 62 – O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares.

§ 1º – Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de provas e determinar os demais trabalhos, bem como lhes julgar os resultados.

§ 2º – O exame final realizado ao fim do semestre letivo visa à avaliação da capacidade do domínio do conjunto da disciplina.

Art. 63 - O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderá ter abreviada a duração do seu curso, de acordo com as normas dos sistemas de ensino e regulamentação interna da Instituição.

Art. 64 – As verificações de aprendizagem, de acordo com a natureza da disciplina, poderão compreender:

I – provas escritas, gráficas, orais, seminários e arguições;

II – trabalhos práticos, inclusive extraclasse;

III – pesquisa ou estágio, desde que sob orientação, supervisão e controle do professor;

IV – relatórios de aulas práticas ou trabalhos equivalentes;

V – elaboração de projetos, monografias, dissertações e tese e sua defesa;

VI – outras formas que atendam às peculiaridades didático-pedagógicas de cada disciplina.

§ 1º – Será obrigatória a atribuição de notas bimestrais.

§ 2º – Será assegurado ao aluno, desde que devidamente fundamentado, o direito de requerer a revisão de provas, no prazo de 2 (dois) dias letivos, a contar da data da divulgação da nota da respectiva prova.

§ 3º – Poderá ser concedida 2ª chamada ao aluno que, não tendo comparecido às provas ou demais verificações de aprendizagem, comprove impedimento legal, motivo de doença, atestado médico ou motivo de força maior, devidamente comprovado, nos termos de regulamentação própria estabelecida pelos Conselhos competentes, e venha requerê-la no prazo de 2 (dois) dias letivos a contar da data de sua realização.

§ 4º – As provas de 2ª chamada de provas bimestrais serão realizadas em data marcada pela secretaria, sendo o conteúdo das mesmas abrangente a toda matéria lecionada durante o bimestre.

Art. 65 – As notas bimestrais e de exame final serão graduadas de 0 (zero) a 10 (dez), permitida apenas a fração de 0,5 (meio) ponto.

Art. 66 - Será considerado promovido por média o aluno que obtiver, em qualquer disciplina, média das notas bimestrais igual ou superior a 7,0 (sete) e freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades escolares.

Art. 67 – Ficarà sujeito ao exame final o aluno que obtiver, em qualquer disciplina, média semestral igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) e freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades escolares.

Art. 68 – Quando o aluno realizar exame final, a média mínima de aprovação será resultante da média aritmética entre a nota dessa prova e a média das notas bimestrais, que deverá ser igual ou superior a 5,0 (cinco).

Art. 69 - Estará reprovado o aluno que, mesmo obtendo freqüência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), obtiver média semestral compreendida entre 0,0 (zero) e 3,9 (três vírgula nove), sendo vedado a feitura de exame final.

Art. 70 – Será permitida a matrícula em disciplinas do período subsequente, apenas aos alunos que tenham obtido aprovação nas disciplinas dos períodos anteriores.

§ 1º – O aluno que não obtiver aprovação em até 2 (duas) disciplinas dos períodos que cursou deverá cursá-las em regime de dependência nos períodos seguintes.

§ 2º – O aluno que não obtiver aprovação em 3 (três) ou mais disciplinas, independente do período, deverá cursá-las exclusivamente, sem ascensão ao período subsequente.

Art. 71 – O aluno que ingressar na Instituição por outra forma que não a de matrícula inicial pela via do processo seletivo ficará sujeito ao mesmo sistema de aprovação dos demais alunos.

Vale ressaltar, que a avaliação oferece subsídios para que o professor compreenda todo o processo de acompanhamento e compreensão dos avanços, dos limites e das dificuldades dos acadêmicos para atingirem os objetivos propostos.

A IES por meio da coordenação do curso orienta para que a avaliação ocorra no sentido de, além de diagnosticar a realidade, determinar os fatores de insucesso e orientar as ações para sanar ou minimizar as causas e promover a aprendizagem do acadêmico. Para isso, deve estabelecer sempre uma relação de coerência com o processo ensino-aprendizagem e com a concepção do curso.

Em reuniões de colegiado e de coordenação acadêmica, os professores são motivados a diversificar os critérios de avaliação, com vistas a reorientar o processo de ensino quando necessário. Discute-se a forma de administração dos conteúdos aos acadêmicos, a forma de organização e construção das avaliações e atribuição de notas. Dessa forma permite-se que os procedimentos de ensino não se distanciam dos pressupostos do projeto pedagógico do curso.

O processo de avaliação no Centro Universitário Campo Real está voltado para o compromisso com o questionamento, com a crítica, com a expressão do pensamento divergente e com os próprios métodos de investigação, que devem ser coerentes. Nesse sentido, é concebida como uma atividade séria e complexa, um processo sistemático de identificação da aprendizagem que atribui valor e por isso deve envolver diferentes momentos, diversos métodos e diferentes agentes.

12.2.1 Reprovação

Os acadêmicos que reprovarem em quatro disciplinas simultaneamente ficam retidos no referido período, tendo que cursá-las obrigatoriamente no semestre seguinte na modalidade presencial.

13 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Centro Universitário Campo Real, por meio do curso de Engenharia Agrônômica, ciente de que a experiência acadêmica não se restringe aos bancos escolares, oferece ao acadêmico um currículo que prevê a realização, além das disciplinas optativas, de Atividades Complementares e Sociais, a fim de flexibilizar o currículo do Curso, propicia aos acadêmicos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

As atividades complementares e sociais são coordenadas por coordenação própria, devidamente institucionalizada por atos oficiais.

Compreende-se que tais atividades ampliam os conteúdos das disciplinas que integram o currículo previsto para o Curso em sentido estrito, permitindo de forma mais efetiva, a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade necessárias aos profissionais de Engenharia Agrônômica, tendo a enriquecer a formação do corpo discente de acordo com a particularidade de seus objetivos, aptidões, habilidades, competências, preferências e carências.

As atividades complementares aproximam a IES ao seu papel social através da implementação da inclusão social por intermédio de elaboração e desenvolvimento de projetos sociais, de pesquisa científica, ensino e extensão. Também permite aprimorar a interligação entre a academia e a prática profissional. A proposta permite, além da flexibilidade curricular, que o discente participe ativamente na formação do seu currículo, atendendo à crescente demanda do conhecimento sem a consequente sobrecarga no tempo de conclusão do Curso, na medida em que os conteúdos a serem estudados e pesquisados, por meio do cumprimento de tais atividades. Dada a importância de preparar um profissional com capacidade crítica e reflexiva que encontre soluções para um mundo em processo constante de mudanças as atividades complementares têm um papel importante na formação crítica, reflexiva e construtiva que se quer oportunizar no Curso.



As atividades complementares têm por função aprimorar a formação acadêmica, tendo em vista o tripé Ensino – Pesquisa – Extensão, enriquecendo a formação do corpo discente de acordo com a particularidade de seus objetivos, aptidões, habilidades, competências, preferências e carências; permitindo-lhes aprimorar a interligação entre a academia e a prática profissional, bem como mais uma via para o desenvolvimento científico da instituição; além de aproximar a IES do seu papel social, inclusive implementando a inclusão social por intermédio de elaboração e desenvolvimento de projetos sociais, de pesquisa científica, ensino e extensão.

As Atividades Complementares totalizam 240 horas, constituindo-se uma das dimensões do Projeto Pedagógico que garante a articulação teoria-prática. Seu cumprimento deve ser distribuído ao longo de todo o curso de Graduação.

Estas atividades baseiam-se em propostas para a consolidação dos conhecimentos adquiridos, objetivando a sua progressiva autonomia intelectual do acadêmico; colocando-o diretamente em contato com as várias linhas de conhecimento na área de ciências agrárias e especificamente na área de Engenharia Agrônômica.

As atividades complementares que compõem a integralização do currículo dos acadêmicos serão estruturadas de acordo com as seguintes modalidades: Eventos diversos; Disciplinas cursadas em outros cursos; Programas de pesquisa; Programas de extensão; Representação discente ou estudantil; Monitorias; Ouvinte em defesas de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses; Estágio voluntário; Cursos de Língua Estrangeira e de Informática, participação em projetos sociais, viagens acadêmicas, palestras e colóquios.

✓ **Eventos diversos:** as atividades complementares sob a designação de "eventos diversos" compreendem a participação em Congressos, Seminários, Simpósios, jornadas acadêmicas, dias de campo e eventos afins, dentre outras a serem definidas pela coordenação do curso de Engenharia Agrônômica e coordenação das atividades complementares e sociais do Centro Universitário Campo Real;

✓ **Disciplinas cursadas em outros cursos:** para efeitos de integralização de atividades complementares somente poderão ser computadas as disciplinas de outros

cursos que forem cursadas após o ingresso do aluno nos cursos do Centro Universitário Campo Real;

✓ **Programas de pesquisa:** são programas desenvolvidos pela IES como a Iniciação Científica e Grupos de Estudo. O apoio à iniciação científica e à produção de artigos de cunho científico tem por base despertar o interesse pela inovação e pela crítica abrangente dos processos de formação educacional e profissional, bem como à formação de grupos de estudo com o intuito de gerar debates e discussões acerca de temas específicos com a participação direta de docentes e discentes;

✓ **Programas de extensão:** a Extensão é entendida como prática acadêmica que interliga uma instituição de Ensino Superior nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população. Possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais, buscando o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Visa também, a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação e da pesquisa científica e tecnológica geradas pelo curso na Instituição;

✓ **Representação discente ou estudantil:** é especificada pela representação discente junto aos órgãos administrativos do Centro Universitário Campo Real, tais como reuniões de Diretório Acadêmico, de Representantes de Turma, CONSEPE e CONSU.

✓ **Monitorias:** a monitoria tem por objetivo proporcionar ao aluno um contato mais próximo com a realidade acadêmica, dando-lhe oportunidade de participar mais diretamente da rotina pedagógica do curso, além de estabelecer uma relação de maior colaboração entre o corpo discente e docente.

✓ **Ouvinte em defesas de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses:** a participação como ouvinte em defesas de monografias, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses tem por objetivo familiarizar o acadêmico ao sistema de “banca de avaliação”, já que deverá defender seu TCC em momento oportuno da sua jornada acadêmica. Deverá ser comprovada mediante relatório a ser

preenchido pelo aluno e assinado pelo Presidente da Banca, cada acadêmico deverá participar de no mínimo dez bancas durante a graduação.

✓ **Estágio voluntário:** é uma prática acadêmica de enriquecimento curricular não obrigatório a formação curricular do acadêmico e que traz diversos benefícios no âmbito da vivência profissional. Nesta modalidade serão válidas todas as atividades realizadas por intermédio das instituições conveniadas com o Centro Universitário Campo Real, atendidas todas as exigências do Acordo de Cooperação, Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Estágio.

✓ **Cursos de Língua Estrangeira e de Informática:** o Centro Universitário Campo Real entende que estas modalidades de cursos citados acima podem contribuir de maneira significativa para incrementar o currículo acadêmico dos alunos. No entanto, para fins de contabilidade, somente poderão ser computados os Cursos de Língua Estrangeira e de Informática aqueles que forem cursados após o ingresso do aluno no Centro Universitário Campo Real.

✓ **Viagens acadêmicas, palestras e colóquios:** prática enriquecedora do conhecimento técnico-científico onde os alunos podem desfrutar de atividades que agregam muito ao seu currículo acadêmico.

A participação dos acadêmicos do curso de Engenharia Agrônoma do Centro Universitário Campo Real em eventos promovidos pela IES poderão ser observada no Relatório de Atividades do curso.

O desenvolvimento e integralização da carga horária de atividades complementares são regidos institucionalmente pela resolução nº 04/2021 – Reitoria. Como comentado anteriormente, a IES, por intermédio da integralização e desenvolvimento comunitário e social solicita que os acadêmicos nela matriculados desenvolvam também atividades sociais ao longo da sua jornada acadêmica. Os Projetos Sociais devem integralizar 30% (trinta por cento) da carga horária total das atividades complementares, conforme exposto no documento norteador.

Essas atividades sócias podem ser desenvolvidas tanto em eventos promovidos pela IES quanto por outras instituições, empresas privadas e outros. Os Projetos Sociais visam proporcionar mais oportunidades para que os acadêmicos aprimorem o

exercício da cidadania por intermédio da prática acadêmica que interliga uma instituição de Ensino Superior nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da maioria da população.

Por intermédio dos Projetos Sociais as ações são organizadas para transformar determinadas realidades sociais. Trabalhos estes que podem contar com a participação da Sociedade Civil organizada. Os Projetos Sociais devem desenvolver a capacidade de leitura da realidade em que o projeto se desenvolve, percepção de vulnerabilidades, situações de solidariedade e de lutas por reconhecimento de direitos e de gerar compreensão dos contextos políticos, sociais e institucionais.

O Centro Universitário Campo Real desenvolve diversas ações no decorrer do ano que propiciam o acadêmico no desenvolvimento dessas práticas sociais. Alguns programas sociais são institucionalizados e ocorrem permanentemente durante todo o ano, outros ocorrem em épocas específicas.

A seguir, alguns programas sociais que serão implantados permanentemente durante todo o ano com a autorização do curso:

✓ **Projeto Cidadania Real:** trata-se de um dos projetos mais antigos mantidos pela IES, tem como principais ações realizar palestras em escolas, associações, empresas, paróquias, etc., bem como organizar campanhas periódicas de arrecadações;

✓ **Projeto BLITZ Campo Real:** a blitz é uma das maneiras que o Centro Universitário Campo Real encontrou de prestar serviço a toda comunidade, conscientização sobre a tríplice lavagem e devolução das embalagens de agrotóxicos vazias e uso racional da água de irrigação na área das ciências agrárias e dosagem glicêmica, aferição da pressão arterial, medição do colesterol (na área da saúde), atingindo diversos locais de Laranjeiras do Sul e de toda a região;

✓ **Projeto Consciência Limpa:** esse projeto macro engloba outros projetos como o “abraçe e amasse” que se refere a reciclagem de latas de alumínio, o projeto “peg pet e faça”, o projeto de arrecadação de óleo vegetal e o projeto de arrecadação e depósito de pilhas e baterias. Todos esses projetos culminam para a “Mostra de ações em defesa do meio ambiente” realizado normalmente no mês de junho.



✓ **Doação do excedente da produção:** o curso de Engenharia Agrônoma Realizará semestralmente a doação do excedente da produção, principalmente das hortaliças produzidas na área experimental do curso, bem como o material oriundo das pesquisas realizadas na fazenda experimental.

14 APOIO AO DISCENTE

14.1 Apoio financeiro

A IES possui políticas institucionais de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes por meio de bolsas de estudo e financiamento com o objetivo de incentivar a continuidade dos estudos, visando à inclusão social e neste caso, minimizar as dificuldades financeiras encontradas pelos acadêmicos devidamente matriculados. Os principais incentivos são:

- ✓ **Desconto Familiar:** a IES concede bolsa parcial de 10% para cada membro da família no caso em que dois ou mais membros do mesmo grupo familiar estiverem devidamente matriculados;
- ✓ **Desconto Funcionário:** para técnico-administrativos, professores e respectivos familiares é concedida bolsa parcial;
- ✓ **Programa de convênios com empresas:** são realizados convênios com empresas, tendo em vista o número de acadêmicos oriundos dessa empresa, sendo que a cada 5 funcionários/acadêmicos é concedido 20% de desconto na mensalidade;
- ✓ **Amigo real:** essa modalidade é destinada exclusivamente ao acadêmico que indica outro amigo para estudar na IES, assim para cada indicado que efetivar a matrícula é concedido um desconto de 5%;
- ✓ **PROUNI:** a IES está vinculada ao Programa Universidade para Todos, do Governo Federal, que concede bolsas parciais e integrais;
- ✓ **FIES:** Programa de Financiamento Estudantil do Governo Federal;
- ✓ **FICAR:** Programa de Financiamento Estudantil do Centro Universitário Campo Real.



- ✓ **Mensalidade Flex:** Programa de Parcelamento Estudantil do Centro Universitário Campo Real.
- ✓ **Bolsa Estágio:** alunos que trabalham na Instituição por meio de estágios, onde a remuneração é dissolvida nas mensalidades;
- ✓ **Obtenção de Novo Título:** alunos que já possuem uma graduação, a porcentagem de desconto é de 15% e 30% para uma nova graduação.
- ✓ **Programa próximo passo:** alunos que fizeram o curso técnico em escolas conveniadas com a Instituição, podem solicitar auxílio desconto.
- ✓ **Internacionalização:** acadêmicos que forem fazer intercâmbio com outras instituições, brasileiras ou estrangeiras, tem desconto na mensalidade o período em que estão realizando o intercâmbio.

14.2 Mecanismos de nivelamento

Ao discutirmos a emblemática educação em nosso país, evidenciam-se diversos pontos que contribuem para uma formação desigual no contexto educacional. É preciso reconhecer essa variabilidade entre os ingressantes no ensino superior para que ocorra uma organização no desenvolvimento de práticas pedagógicas compatíveis com esses alunos, e obviamente aos objetivos acadêmicos esperados. Nessa perspectiva, os conteúdos/abordagens curriculares dos cursos de graduação do Centro Universitário Campo Real estão estruturados de modo a contemplarem as diversidades cognitivas dos discentes e, por sua deixa, o processo de nivelamento consiste em subsidiar os alunos com conceitos elementares de Matemática, Leitura, Interpretação e Produção de Texto de maneira que o acadêmico obter uma boa base para o restante do curso.

O Programa de Nivelamento do Centro Universitário Campo Real é disciplinado em Regulamento específico e tem como base os seguintes critérios:

- ✓ O Centro Universitário Campo Real proporcionará aulas de Nivelamento em Língua Portuguesa, Química, Física e Matemática para os acadêmicos do primeiro período de todos os cursos de graduação ofertados pela IES;



- ✓ O Programa de Nivelamento também será oferecido aos alunos de outros períodos que estejam carecendo de um acompanhamento pedagógico;
- ✓ Os alunos serão convidados a participar do Programa, excluindo a possibilidade de obrigatoriedade;
- ✓ O professor do curso será responsável pelo controle da frequência dos alunos e se reportará para o NAPP – Núcleo de Apoio Psicopedagógico;
- ✓ A avaliação do Programa ocorrerá através da relação entre controle das frequências e do desempenho nas disciplinas regulares do curso;
- ✓ As aulas são oferecidas, preferencialmente, de forma graciosa aos alunos.

O programa do curso de nivelamento será desenvolvido a partir das necessidades dos alunos.

14.2.1 Programa de Equivalência/Adaptação

Uma das formas de acesso de alunos ao curso de Engenharia Agrônômica se dá através do processo migratório de outras instituições de ensino, obtenção de Novo Título e reopção de Curso (internamente). Nesses casos após estudo do histórico escolar do candidato o mesmo passa a ser inserido no contexto do curso pelo Programa de Equivalência de Estudo do Curso de Engenharia Agrônômica.

É importante salientar que no Curso de Engenharia Agrônômica o aluno deverá frequentar as aulas das disciplinas de nivelamento de forma presencial caso haja aulas práticas previstas para a referida disciplina.

14.3 Orientação acadêmica – Apoio pedagógico

As políticas de apoio ao discente e ao egresso estão também definidas no PDI e no PPI, bem como no Regimento Interno e documentos oficiais congêneres visando dar conhecimento à comunidade interna e externa dos programas de apoio aos alunos (acadêmicos e os egressos). Para dar continuidade às políticas conta-se com equipes formadas por profissionais especializados visando assegurar o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, recuperando as motivações, promovendo à integridade



psicológica dos alunos, realizando orientações de aconselhamento e acompanhamento a adaptação.

A instituição tem parcerias com instituições de ensino médio, públicas e privadas, permitindo e facilitando aos professores promoverem ações junto às escolas. Entre essas ações destacam-se as palestras, seminários e mostras de profissões, como também disponibiliza o acesso ao uso das dependências da IES em horários alternativos para a implementação dos estudos em laboratórios, biblioteca, salas de aula, auditório.

14.4 Atendimento ao acadêmico – Acompanhamento psicopedagógico

14.4.1 Da caracterização

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPP) é um órgão de apoio educacional que presta acompanhamento didático e psicológico aos discentes e aos docentes e assessoria didático-pedagógica às diversas atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação do Centro Universitário Campo Real. Pretende, portanto, contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, na interação da formação acadêmica com o mundo do trabalho e a realidade social, visando a qualidade na formação profissional de nível superior, a democratização do saber e a participação cidadã.

14.4.2 Estrutura

As atividades do NAPP devem ser exercidas por profissionais com formação superior em Pedagogia e Psicologia e indicados pela Direção Geral. O Núcleo de Apoio Psicopedagógico estrutura-se a partir de quatro áreas de atuação:

- ✓ Orientação pedagógico-institucional;
- ✓ Orientação didático-pedagógica;
- ✓ Orientação acadêmico-profissional;
- ✓ Acompanhamento psicológico dos discentes.

14.4.3 Das atribuições gerais

São atribuições do NAPP:

- ✓ Elaborar, semestralmente, plano de ação condizente às prioridades e necessidades do trabalho pedagógico da instituição;
- ✓ Propor ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, para a democratização das relações institucionais e para a socialização do conhecimento científico-filosófico;
- ✓ Participar de grupos de estudos, comissões e/ou projetos que envolvam diretamente o trabalho pedagógico, quando solicitado pela Direção Geral ou Coordenadores de Curso;
- ✓ Elaborar/coordenar projetos de cursos, seminários, congressos e outros eventos pertinentes à área de atuação dos corpos docente e discente, que contribuam para o aprimoramento do trabalho pedagógico na Instituição;
- ✓ Desenvolver atividades de nivelamento, como oficinas instrumentais, seminários, semanas pedagógicas, permitindo melhor aproveitamento didático das disciplinas que compõem as matrizes curriculares dos vários cursos;
- ✓ Exercer outras atribuições correlatas às funções pedagógicas;
- ✓ Prestar acompanhamento psicológico aos discentes.

14.4.4 Das atribuições específicas

São atribuições específicas da Orientação Pedagógica Institucional, além daquelas gerais que envolvem todos os profissionais atuantes no Núcleo:

- ✓ Fornecer subsídios didático-pedagógicos e participar das atividades de reflexão, estudo, discussão e aprimoramento dos projetos pedagógicos dos cursos junto às coordenações;
- ✓ Participar, quando convidado pelos respectivos Coordenadores de Curso, das reuniões dos Colegiados de Cursos, acompanhando a análise e a reflexão do processo pedagógico, a fim de conhecer as necessidades de cada curso e elaborar propostas de intervenção;

- ✓ Prestar assessoria pedagógica individual às Coordenações dos Cursos quando solicitadas e agendadas antecipadamente, salvo em situações emergenciais;
- ✓ Realizar o acompanhamento pedagógico dos alunos que integram o Programa de Bolsas de Estudo da IES.

14.5 Pós-graduação

A pós-graduação é regulamentada de acordo com a resolução nº 03 de agosto de 2010, sendo que seu regimento pode ser observado em documento próprio (anexo). Os cursos ofertados servem para que o egresso continue se aprimorando, fazendo com que o mesmo não fique restrito à graduação. A pós-graduação é uma das políticas de acompanhamento do egresso, mantida pela IES.

15 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

No curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário de Campo Real, o Estágio Curricular Supervisionado constitui-se em uma importante atividade acadêmica articulada à formação do profissional pretendido. O estágio é o componente curricular que visa a aplicação dos princípios e conceitos da aprendizagem acadêmica e a consolidação da relação teoria-prática como forma de assegurar ao formando uma prévia dos desempenhos profissionais desejados.

As diretrizes gerais acerca de políticas de estágio do Centro Universitário Campo Real estão embasadas na Lei nº 11788/08, que dispõe especificamente sobre os estágios. No curso de Engenharia Agrônômica o estágio curricular supervisionado terá a carga horária mínima de 420 horas/aula. Esta carga horária será distribuída de forma a contemplar as principais áreas da Engenharia Agrônômica e os seus diferentes níveis de atuação, **exclusivamente** no último ano do curso. O Estágio Curricular



Supervisionado é norteado pelo Regimento de Estágio do curso de Engenharia Agrônômica deste documento.

No curso de Engenharia Agrônômica estágio se caracteriza como uma atividade de base eminentemente pedagógica, cujos objetivos destacam-se em: facilitar a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional do acadêmico com o desenvolvimento e/ou o acompanhamento de atividades que promovam a interdisciplinaridade, a experiência acadêmico-profissional, o questionamento, a competência técnico-científica e o desenvolvimento integrado de ensino, pesquisa e extensão; facilitar a futura inserção do acadêmico no mercado de trabalho, promovendo a melhoria do ensino, com a ampliação do espaço acadêmico, relacionando dinamicamente teorias e práticas e gerando oportunidade de avaliação curricular.

Para que estes objetivos sejam alcançados torna-se fundamental imprimir um caráter dinâmico ao estágio, propiciando uma forte interação com a realidade rural, com o ambiente da pesquisa, e com possíveis campos de trabalho, contribuindo, inclusive, para um intercâmbio com a sociedade dos conhecimentos gerados.

É, basicamente, um momento de vivência profissional e tem por objetivo facilitar a futura inserção do estudante no mercado de trabalho, promovendo a articulação e a transição da Instituição de Ensino com o mundo do trabalho, facilitando a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional. Deverá ser cumprido por acadêmicos do último ano do curso (9º e 10º períodos), deverão ser cumpridas 420 horas/aula no mínimo. Sua avaliação se dará mediante apresentação de trabalho de conclusão curso (TCC) para uma Comissão Avaliadora selecionada pela Comissão de Orientação de Estágio (COE) em parceria com a coordenação do curso de Engenharia Agrônômica E Coordenação Central de Estágio e TCC (CCET).

A seleção, credenciamento e distribuição dos campos de estágio entre os professores orientadores de estágio será atribuição da COE, que direciona todos os estágios aos docentes da área objeto da realização do mesmo. Já o local e os campos de estágio são realizados em empresas conveniadas à IES, conforme listagem abaixo descrita.

Tabela 14. Empresas, Propriedades Agrícolas e Centrais de Estágios conveniadas para o campo do Estágio Curricular Supervisionado.

001/2023	Sítio São Miguel	Produção Agrícola
002/2023	Chácara 3Pês	Agricultura Familiar e pecuária
003/2023	Fazenda São Francisco	Produção Agrícola e pecuária
004/2023	Frigorífico Cascatinha	Abate de bovinos, suínos, caprinos. Comércio atacadista de carnes.
005/2023	Mate Laranjeiras LTDA	Indústria de Erva Mate e derivados
008/2023	Associação Comunitária, Social, Esportiva e Cultural 8 de Junho (Assentamento)	Agricultura Familiar, pecuária e produção agrícola de grãos.
010/2023	Sítio Marchioro	Produção Agrícola de grãos

15.1 Regimento do Estágio Curricular Supervisionado

No curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real de Laranjeiras do Sul, o Estágio Curricular Supervisionado constitui-se em uma importante atividade acadêmica articulada à formação do profissional pretendido. O estágio é o componente curricular que visa a aplicação dos princípios e conceitos da aprendizagem acadêmica e a consolidação da relação teoria-prática como forma de assegurar ao formando uma prévia dos desempenhos profissionais desejados.

As diretrizes gerais acerca de políticas de estágio do Centro Universitário Campo Real de Laranjeiras do Sul estão embasadas na Lei nº 11788/08, que dispõe especificamente sobre os estágios.

No curso de Engenharia Agrônômica o estágio curricular supervisionado terá a carga horária mínima de 420 horas/aula ou 350 horas relógio. Esta carga horária será distribuída de forma a contemplar as principais áreas da Engenharia Agrônômica e os seus diferentes níveis de atuação, exclusivamente no último período do curso. O Estágio Curricular Supervisionado é norteado pelo Regimento de Estágio do curso de Engenharia Agrônômica deste documento. No curso de Engenharia Agrônômica o estágio se caracteriza como uma atividade de base eminentemente pedagógica, cujos objetivos destacam-se em:

- 1) facilitar a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional do acadêmico com o desenvolvimento e/ou o acompanhamento de atividades que promovam a interdisciplinaridade, a experiência acadêmico-profissional, o questionamento, a competência técnico-científica e o desenvolvimento integrado de ensino, pesquisa e extensão;
- 2) facilitar a futura inserção do acadêmico no mercado de trabalho, promovendo a melhoria do ensino, com a ampliação do espaço acadêmico, relacionando dinamicamente teorias e práticas e gerando oportunidade de avaliação curricular.

Para que estes objetivos sejam alcançados torna-se fundamental imprimir um caráter dinâmico ao estágio, propiciando uma forte interação com a realidade rural, com o ambiente da pesquisa, e com possíveis campos de trabalho, contribuindo, inclusive, para um intercâmbio com a sociedade dos conhecimentos gerados. É, basicamente, um momento de vivência profissional e tem por objetivo facilitar a futura inserção do estudante no mercado de trabalho, promovendo a articulação e a transição da Instituição de Ensino com o mundo do trabalho, facilitando a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional.

Deverá ser cumprido por acadêmicos do 10º período do curso para em um total de 420 horas/aula ou 350h relógio. Sua avaliação se dará mediante apresentação de trabalho de conclusão curso (TCC) para uma Comissão Avaliadora selecionada pela Coordenação Central de Estágio e TCC (CCET) em parceria com a coordenação do curso de Engenharia Agrônoma e Coordenação Central de Estágio e TCC (CCET).

O regimento do Estágio Curricular Supervisionado foi discutido e aprovado em reunião do NDE no dia 04 de julho de 2022 e repassado ao colegiado em reunião de colegiado no dia 31 de maio de 2023.

Da caracterização Art. 1º – Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é uma atividade acadêmica obrigatória de treinamento e qualificação profissional, possui caráter integrador e visa complementar o ensino teórico-prático recebido no curso sendo ofertado como disciplina integrante da matriz curricular do Curso de Engenharia Agrônoma, a seguir referenciado simplesmente como Curso, pelo Centro Universitário Campo Real de Laranjeiras do Sul, a seguir referenciada simplesmente como IES, vinculada à Coordenação Central de Estágio e TCC (CCET) referenciada como CCET, regida por esse Regimento e pela Legislação Superior.

I- A CCET é composta pelo Coordenador do Curso de Engenharia Agrônoma; Coordenador Geral de Estágio; Coordenador de Estágio (professor do curso, com disponibilidade horária semanal fixa escolhido entre profissionais experientes na extensão); por dois professores do colegiado de Engenharia Agrônoma em caráter permanente e pelos



professores orientadores, os quais serão os responsáveis diretos pela orientação dos estagiários, estando vinculados à CCET de acordo com sua atuação nas diferentes fases dos estágios;

II- O Estágio está, fundamentado na Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre estágios e se caracteriza como uma atividade de base eminentemente pedagógica que compreende a realização de atividades práticas orientadas por um orientador de estágio e supervisionadas no campo do estágio por um supervisor, sendo condizentes com a formação oferecida pelo curso, culminando com a elaboração, pelo aluno-estagiário, de relatório final de estágio que se constituirá no seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Dos objetivos:

Art. 2º – O Estágio proporciona ao aluno a prática relacionada às diferentes disciplinas apresentadas durante o Curso e tem como objetivo:

I- Facilitar a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional com o desenvolvimento e/ou acompanhamento de atividades que promovam a interdisciplinaridade, experiência acadêmico-profissional, o questionamento, a competência técnico-científica e o desenvolvimento integrado de ensino, pesquisa e extensão, facilitando assim a futura inserção do estudante no mercado de trabalho e promovendo a melhoria do ensino, com a ampliação do espaço acadêmico, relacionando dinamicamente teorias e práticas e gerando oportunidade de avaliação curricular.

II- Propiciar que o acadêmico já se insira no mercado de trabalho na unidade concedente do estágio.

Art. 3º – A realização do Relatório Final de Estágio tem por objetivo a elaboração de trabalho técnico, com a qualidade exigível de um Trabalho de final de Curso de Graduação nas áreas de abrangência do Estágio.

Art. 4º – Os acadêmicos aptos a realizarem o estágio são aqueles regularmente matriculados no 10º período do curso e que estejam com suas obrigações acadêmicas devidamente cumpridas até o 9º período do curso, ou seja, não possuir dependências e nem adaptações a serem cursadas no semestre de estágio. Dessa forma aqueles acadêmicos que estejam com todas as disciplinas cursadas e que tenham obtido aprovação até o 9º período, estão aptos a iniciarem seu Estágio Curricular Supervisionado.

Das áreas do estágio:

Art. 6º – O Estágio Curricular Supervisionado pode ser realizado em empresas particulares nacionais e multinacionais; cooperativas; casas agropecuárias e propriedades rurais conveniadas; atuando no planejamento e execução de projetos rurais; administração de propriedades; na padronização, classificação, inspeção e fiscalização do ponto de vista sanitário e tecnológico dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, nos locais de produção, manipulação, industrialização, armazenamento, distribuição e comercialização; na direção, fiscalização e controle de estabelecimentos e indústrias de produtos de origem animal e vegetal, assistência técnica; entre outras áreas que possam não ter sido contempladas no exposto acima, mas que sejam julgadas pertinentes pela COE; desde que tenham como responsável técnico um **Engenheiro Agrônomo**. Sendo que a identificação e seleção dos campos de estágio se dão de forma conjunta entre a CCET e o acadêmico.

I- A disposição de qualquer instituição de oferecer estágio a alunos do Curso, uma vez aprovada pela Coordenação do Curso, é firmada em Termo de Cooperação celebrado entre essa instituição, doravante denominada Instituição Concedente de Estágio, e a IES, onde poderão estar incluídas normas complementares a este Regulamento.

II- Os estágios devem ser diversificados objetivando o conhecimento de diferentes campos de atuação do Agrônomo.

Das competências

Art. 7º – Compete à IES:

- I- Designar o Orientador do Estágio;
- II- Firmar o Termo de Convênio com a Instituição Concedente de Estágio

Art. 8º – Compete ao Professor Orientador:

- I- Orientar o Estagiário na elaboração **do plano de estágio**;
- II- Orientar o Estagiário no desenvolvimento de suas atividades;
- III- Avaliar a atuação e o aproveitamento escolar dos estagiários sob sua orientação.

Art. 9º – Compete ao aluno estagiário:

- I- Conhecer o regimento de estágio do curso de Engenharia Agrônômica e o regimento de trabalho de curso;
- II- Cumprir fielmente todas as Normas e Disposições referentes à disciplina do Estágio Curricular Supervisionado, estabelecidas nos Regimentos acima citados;
- III- Cumprir fielmente todas as Normas e Disposições referentes à Disciplina;

- IV- Comparecer às reuniões convocadas pelo Orientador do Estágio;
- V- Apresentar ao seu Professor Orientador, nos prazos estabelecidos, os documentos relativos ao Estágio que lhe forem solicitados, devidamente preenchidos ou elaborados;
- VI- Cumprir fielmente as atividades previstas no seu **Plano de Estágio**, justificando as alterações impostas pelas circunstâncias;
- VII- Buscar orientação junto ao seu Professor Orientador ou Supervisor de Estágio, sempre que necessário;
- VIII- Apresentar o seu Relatório de Estágio conforme o especificado no Regimento de TCC.

Art. 10º – Compete à Instituição Concedente de Estágio:

- I- Firmar o Termo de Cooperação com a IES;
- II- Atribuir ao Estagiário um Supervisor de Estágio;
- III- Oferecer ao Estagiário as condições necessárias para a realização do estágio;
- IV- Comunicar por escrito ao Coordenador de Estágio qualquer ocorrência referente à atuação do Estagiário ou à continuidade da realização do estágio;
- V- Fornecer ao Estagiário, no tempo devido, a Declaração de Conclusão de Estágio.

Art. 11º – Compete ao Supervisor de Estágio:

- I- Acompanhar e supervisionar diretamente as atividades do estagiário na Instituição Concedente de estágio, orientando-o sempre que necessário;
- II- Acompanhar a execução fiel do **Plano de Estágio**, comunicando ao Orientador do Estágio quando assim não ocorrer;

Art. 12º - São competências esperadas do acadêmico-estagiário

- I- Desenvolver a responsabilidade e a ética com que devem ser encaradas todas as atividades nas áreas de atuação do engenheiro agrônomo;
- II- Aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso relacionando-os com a prática profissional;
- III- Conhecer a realidade do mercado de trabalho do engenheiro agrônomo buscando sua integração;
- IV- Posicionar-se profissionalmente em equipes de trabalho, desenvolvendo a interação de trabalho;
- V- Desenvolver capacidade de autocrítica perante sua performance profissional;
- VI- Utilizar adequadamente linguagem técnica específica das áreas em que atua;

- VII- Identificar seus limites e potencialidades no âmbito profissional;
- VIII- Produzir conhecimento a partir da prática profissional.

Da frequência, da avaliação e dos documentos necessários:

Art. 13º – A frequência integral nas atividades do Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é um dos requisitos para a aprovação do aluno. Sendo que o aluno deve cumprir 100% (cem por cento) da carga horária estipulada para o estágio (420 horas/aula ou 350 horas relógio). Em caso de falta, o aluno poderá repor até 10% (dez por cento) da carga horária total do estágio, devendo solicitar autorização para a reposição das horas à Coordenação de Estágio e à Coordenação do Curso.

Art. 14º - A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado corresponde a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso na forma escrita (70%) e da apresentação oral e pública do mesmo perante a Comissão Avaliadora (30%). Os alunos que obtiverem nota igual ou superior a sete serão considerados aprovados; os alunos que obtiverem nota igual ou superior a cinco e inferior a sete deverão reapresentar o relatório de estágio com complementações e/ou ajustes sugeridos, e no prazo estabelecido pela Comissão Orientadora de Estágio; e os alunos que obtiverem nota inferior a 5 serão considerados reprovados no Estágio Curricular Supervisionado, devendo cumprir integralmente a disciplina no semestre seguinte.

Art. 15º – São documentos necessários para registro do Estágio:

- I- Ficha de cadastro do estagiário que conterà as informações pessoais do Acadêmico;
- II- Termo de Cooperação entre as partes (unidade concedente e a IES) estabelecido antes do início do período de estágio, ficando condicionado o início do estágio do acadêmico a este documento;

III- Termo de aceite do professor-orientador que servirá como comprovação da orientação pelo professor;

- IV- Termo de compromisso, entre acadêmico e unidade concedente, caso esta exija.

Do trabalho de conclusão de curso (TCC)

Art. 16º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no Curso de Engenharia Agrônômica corresponde a realização do Estágio Curricular Supervisionado, a elaboração do relatório do referido estágio e defesa (apresentação oral e pública) do relatório a uma Comissão Avaliadora. A caracterização, as normas e os critérios para redação, bem como a organização do TCC são estabelecidos pelo Manual de normas técnicas para elaboração do TCC.



Das disposições finais

Art. 17º – Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, ouvido o Orientador do Estágio em reunião junto a Coordenação Central de Estágio e TCC (CCET).

15.2 Regimento do trabalho de conclusão de curso (TCC)

Art. 1º – O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é elemento obrigatório à formação dos acadêmicos regularmente matriculados no último semestre do Curso de Engenharia Agrônômica, a seguir referenciado simplesmente como Curso, pelo Centro Universitário Campo Real de Laranjeiras do Sul, a seguir referenciada simplesmente como IES, vinculado à Coordenação do Curso, doravante Coordenação e regido por esse Regimento.

Parágrafo Único - O acompanhamento do estágio é realizado por um docente da IES doravante denominado Professor Orientador; e por um profissional de nível superior Engenheiro Agrônomo com vínculo na área do estágio, da Unidade Concedente de Estágio, citado a partir de agora como Supervisor de Estágio.

Art. 2º – O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no Curso corresponde a realização do Estágio Curricular Supervisionado, a elaboração do relatório do referido estágio e defesa (apresentação oral e pública) do relatório a uma Comissão Avaliadora.

Parágrafo Único - O TCC deverá ser realizado na(s) área(s) previamente acordada(s) entre o acadêmico e o seu Professor Orientador, **segundo as linhas de pesquisa divulgadas pela Coordenação** do Curso e previamente descritas no Regimento do estágio curricular supervisionado.

Art. 3º – A realização do Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo a aplicação dos conhecimentos adquiridos no Curso, o aperfeiçoamento e a complementação da aprendizagem, o desenvolvimento do acadêmico em âmbito social, profissional e cultural nas áreas de abrangência do Curso e a elaboração de um relatório de estágio segundo as Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmico e Científicos da Instituição, com apresentação pública e oral, de forma similar ao exigido em eventos técnico-científicos da área quando da apresentação de trabalhos selecionados para tal.

I – Os trabalhos devem ser elaborados e apresentados de forma individual.

Art. 4º – O acadêmico contará com um Professor Orientador, com experiência profissional na área de concentração do Trabalho, escolhido dentre aqueles que se disponibilizarem para a orientação de Trabalhos de Curso. Cada professor poderá orientar até cinco acadêmicos.

I - O acadêmico contará também com um Supervisor de Estágio, responsável pela orientação na Unidade Concedente de Estágio, indicado por esta e com titulação de **Engenheiro Agrônomo**.

II - Para a solicitação do orientador, o acadêmico deverá adquirir, junto a CCET, o Termo de Aceite do Orientador e encaminhá-lo à Coordenação de Estágio do curso em prazo determinado.

III - Ocorrendo à solicitação superior ao número máximo permitido ao orientador, serão observados os seguintes critérios:

A - Média de rendimento de avaliação das disciplinas dos períodos já cursados; B - Aceite do Professor Orientador solicitado, via documento Termo de Aceite de Orientação;

C - Designação da CCET.

Art. 5º – O relatório do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser apresentado ao final do último período. Somente poderá apresentar o relatório o acadêmico que tiver cumprido a carga horária total prevista para o Estágio Curricular Supervisionado (420 horas/aula e 350 horas relógio).

Art. 6º – Compete à Coordenação Central de Estágio e TCC (CCET):

I - Aprovar disposições complementares a este Regimento para a realização semestral do Trabalho de Curso;

II - Elaborar o cronograma semestral de atividades dos Trabalhos de Curso;

III - Designar os Professores Orientadores e respectivos Orientados;

IV - Providenciar, junto à Direção da IES, a alocação de carga horária para cada Professor Orientador;

V - Providenciar para que nenhum dos Professores Orientadores atenda mais do que **cinco orientados** por semestre;

VI - Homologar os Planos de Trabalho e suas alterações, deliberando sobre os casos excepcionais;

VII - Homologar os resultados finais dos Trabalhos;

VIII - Definir e divulgar critérios e normas complementares a esse regimento para a elaboração, apresentação e avaliação dos relatórios;

IX - Publicar os Editais referentes à organização e realização dos Trabalhos;

X - Convocar reuniões com os Professores Orientadores sempre que necessário;

XI - Organizar e providenciar a realização das defesas dos relatórios;

XII - Deliberar sobre os casos omissos neste Regimento, ouvidos os Professores Orientadores;

XIII - Lançar a nota final obtida pelo acadêmico estagiário.

Art. 7º – Compete ao Professor Orientador:

I - Auxiliar e orientar o acadêmico na elaboração do plano de estágio;

II - Manter contato com o orientando, pelos meios possíveis, durante o período de estágio, para colaborar com o bom desempenho do acadêmico estagiário e com o cumprimento do cronograma proposto no plano de estágio;

III - Fornecer a CCET, sempre que lhe for solicitado, informações sobre o andamento dos Trabalhos sob sua orientação;

IV - Informar à Secretaria da IES sobre os dias e horários disponíveis para a orientação entregando uma planilha onde conste: datas, horários e locais onde o Orientador poderá ser encontrado dentro da IES;

V - Programar encontros presenciais com o acadêmico durante todo o período de elaboração do TCC;

VI - Avaliar, segundo o cronograma, a atuação e o aproveitamento dos acadêmicos sob sua orientação, definindo a forma e frequência de orientação;

VII - Participar, na qualidade de Presidente da Banca Examinadora do relatório, de cada acadêmico sob sua responsabilidade, preenchendo adequadamente a Ata de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso e o Termo de autorização de publicação com assinatura do autor do Trabalho;

VIII - Auxiliar a CCET nas atividades pertinentes aos Trabalhos de Curso, quando solicitado;

IX - Cumprir e fazer cumprir o Cronograma de Atividades estabelecido, bem como este regimento e suas Normas Complementares;

X – Vetar todo trabalho que não for considerado adequado, técnica e metodologicamente, para defesa;

XI - Assinar o “Termo de Aprovação” na versão definitiva (capa dura) dos Trabalhos de Curso de seus orientados, dando fé da realização das correções indicadas pela Banca Examinadora.

Art. 8º– Compete ao Supervisor de Estágio da Unidade Concedente:

I - Situar o estagiário dentro da estrutura da organização, informando-o sobre as normas internas da empresa e dando-lhe ideia de seu funcionamento;

II - Informar o professor orientador, quando solicitado, sobre o desempenho do estagiário;

III - Comunicar à Coordenação de Estágio sobre qualquer alteração ou interrupção no estágio, provocada pela empresa ou pelo estagiário;

IV - Controlar e informar à Coordenação de Estágio as horas trabalhadas e a assiduidade do estagiário.

Art.9º – Compete ao Orientando:

- I - Cumprir fielmente todas as Normas e Disposições referentes à realização do Trabalho de Curso;
- II - **Elaborar o Plano de Estágio observando** as normas e critérios divulgados pela CCET;
- III - Comparecer às reuniões convocadas pelo seu Professor Orientador;
- IV - Apresentar ao seu Professor Orientador, nos prazos estabelecidos, os documentos, relativos ao Trabalho, que lhe forem solicitados, devidamente preenchidos ou elaborados;
- V - Cumprir fielmente as atividades previstas no seu Plano de Estágio, justificando em tempo as alterações impostas pelas circunstâncias;
- VI - Buscar orientação junto ao seu Professor Orientador, sempre que necessário;
- VII - Submeter-se às avaliações previstas;
- VIII - Entregar à CCET **três cópias** do seu Trabalho de Conclusão de Curso em data pré estabelecida e edital;
- IX - Apresentar o seu relatório em sessão pública, submetendo-a à Comissão Avaliadora estabelecida para avaliação;
- X - Entregar, em até 30 dias após a defesa, a versão definitiva em CD ROM ou pen drive;
- XI - **Coletar as assinaturas dos integrantes da banca, no “Termo de Aprovação”, dando fé da realização das correções indicadas pela Comissão Avaliadora, na versão definitiva (capa dura) do Trabalho de Curso.**

Art. 10º – O sistema de avaliação do TCC abrangerá os itens: avaliação das atividades de estágio a partir da apresentação oral e escrita.

I - Cumprimento da carga horária total

A - A frequência integral nas atividades do Estágio Curricular Supervisionado (ECO) é um dos requisitos para a aprovação do acadêmico. Sendo que o acadêmico deve cumprir 100% (cem por cento) da carga horária estipulada para o estágio;

B - Em caso de falta, o acadêmico poderá repor até 10% (dez por cento) da carga horária total do estágio, devendo solicitar autorização para a reposição das horas a CCET;

C - O controle de horas trabalhadas durante o estágio será realizado mediante o cadastro das horas na ficha de frequência, fornecida ao supervisor de estágio designado pela Unidade Concedente.

II. A avaliação do estágio é composta pela avaliação do TCC e pela avaliação da apresentação oral do mesmo

A - Os acadêmicos que não cumprirem com a entrega do TCC na data pré estabelecida em edital, **terão 1,0 (um) ponto reduzidos** da sua avaliação total, tendo um prazo adicional,

improrrogável, de 24 horas para a entrega do TCC. Sendo que a não entrega do TCC até o final das 24 horas adicionais acarretará na reprovação do acadêmico.

B - Os membros da Comissão Avaliadora atribuirão notas de zero a 7,0 (sete) ao TCC.

C - Os membros da Comissão Avaliadora atribuirão notas de zero a 3,0 (três) à apresentação oral do acadêmico.

D - A nota final da avaliação do estágio será obtida pelo somatório nota atribuída ao Trabalho de Conclusão de Curso (peso sete) e à apresentação oral (peso três), levando-se em consideração os três avaliadores da Comissão Avaliadora.

E - Os acadêmicos que obtiverem nota inferior a 7,0 (sete) na avaliação final devem proceder a reapresentação oral e do relatório de estágio perante a comissão avaliadora, após as devidas correções, em prazo estabelecido pela Coordenação de Estágio.

F - No caso da reapresentação do relatório de estágio, a nota final da avaliação interna será obtida pela média aritmética da nota atribuída à primeira avaliação e da nota atribuída à reapresentação.

Art. 11º - Conforme comentado anteriormente, a nota final do TCC será obtida pelo somatório das notas atribuídas à avaliação do TCC (peso 7,0) e da Apresentação oral (peso 3,0) de acordo com a fórmula a seguir:

Nota atribuída ao TCC: $[(\text{avaliador 1} + \text{avaliador 2} + \text{avaliador 3})/3] =$

Resultado 1 Nota atribuída a AP. ORAL: $[(\text{avaliador 1} + \text{avaliador 2} + \text{avaliador 3})/3] =$

Resultado 2 Nota final do estágio: Resultado 1 + Resultado 2

I. A nota será expressa na escala de 0 a 10, apurada até a primeira casa decimal sem arredondamento;

II. Nota igual ou superior a 7 (sete): o acadêmico é considerado aprovado;

III. Nota igual ou superior a 5 (cinco) e inferior a 7 (sete): o acadêmico terá que reapresentar o TCC com complementações e/ou ajustes sugeridos em prazo estabelecido pela Coordenação Central de Estágio e TCC;

IV. Nota inferior a 5 (cinco): o acadêmico é considerado reprovado;

V. O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser considerado APROVADO MEDIANTE CORREÇÕES. Estas correções serão definidas pela banca examinadora do trabalho e o acadêmico (autor) terá 30 (trinta) dias após a defesa para entregar a versão definitiva (capa dura), já com as correções apontadas.

Art. 12º – O acadêmico reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso deverá realizar integralmente um novo trabalho no semestre em que a disciplina for ofertada.



Art. 13º – A qualquer momento antes da Colação de Grau, caso seja colocada em dúvida a autoria do TCC apresentado pelo acadêmico, a IES promoverá a instauração de sindicância e caso seja comprovada a fraude, o acadêmico será considerado reprovado na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, sem direito de pedir revisão ou recurso, independentemente dos resultados das avaliações parciais.

Art. 14º – Na época devida a CCET divulgará a composição das Comissões Avaliadoras.

I- Cada Banca Examinadora será composta por 3 vagas, sendo uma delas obrigatoriamente será do Professor Orientador e este na qualidade de Presidente da Banca, outras duas vagas para professores do corpo docente da IES ou de forma facultativa professores ou profissionais convidados de outras instituições;

II- A vaga facultativa somente poderá ser composta mediante avaliação da CCET;

III- O funcionamento de cada Comissão Avaliadora será organizado pela CCET, que definirá os procedimentos necessários com vistas a promover a imparcialidade e a uniformidade na atuação de seus integrantes quando da avaliação dos TCC's.

Art. 15º - Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pela Comissão Orientadora de Estágio em conjunto com a Coordenação do Curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real e com a Coordenação Central de Estágio e TCC (CCET)

16 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Obedecendo imediatamente a determinação do MEC – Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a autoavaliação foi implantada no Centro Universitário Campo Real no ano de 2004, o que propiciou o clima institucional da avaliação e foi se adaptando às demandas ministeriais. Atualmente, pontua-se o planejamento geral da autoavaliação em plena consonância com os objetivos institucionais e sua efetividade. Para assegurar essa atividade acadêmica conta-se com o apoio incontinenti e comprometimento da gestão institucional.

Nortear esse projeto/processo o *Roteiro da Autoavaliação Institucional* (SINAES/2004). O documento apresenta as etapas da avaliação interna, conforme transcrito: **Primeira etapa:** Constituição da CPA, de acordo com o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861/04. Planejamento e Sensibilização. **Segunda etapa:**



Desenvolvimento. **Terceira etapa:** Consolidação, Relatório, Divulgação e Balanco crítico.

O roteiro focaliza as etapas de desenvolvimento da auto avaliação das instituições, e oferece, além de um núcleo de tópicos comuns, outras possibilidades e caminhos para a construção de processos próprios de auto avaliação institucional, respeitando a identidade e as especificidades institucionais.

16.1 Comissão própria de avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é coordenada por um membro efetivo do grupo de trabalho que se reúne quinzenalmente às quintas-feiras e em reuniões extraordinárias, onde são discutidas as ações realizadas e as que serão adotadas pelo Centro Universitário Campo Real.

As principais atribuições da CPA estão listadas abaixo:

- Implementar os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- Conduzir os processos de autoavaliação do Centro Universitário Campo Real;
- Constituir grupos de trabalhos, tantos quantos forem necessários;
- Divulgar junto à comunidade acadêmica a sua composição, agenda de atividades e os dados coletados;
- Gerar um relatório final da avaliação interna
- Conduzir e coordenar o processo sucessório para composição da CPA.

De acordo com o ato de nomeação da resolução nº 01/2022, elegeu a seguinte composição para o mandato da CPA a partir de janeiro de 2022 (tabela 11):

Tabela 15. Integrantes da CPA e Segmentos que Representam.

MEMBROS	SEGMENTO QUE REPRESENTA
Rafael Martini Pedroso	Corpo Docente – Presidente
Sandro Roberto Mazurechen	Corpo Docente
Claudecir Fernandes Villalba	Corpo Técnico-Administrativo
Élita Fernanda Teixeira da Cruz	Corpo Técnico-Administrativo
Susete Silva	Sociedade Civil
Luiz Antonio de Souza	Sociedade Civil

Fonte: O autor, 2023

A Comissão Permanente de Avaliação gera um relatório final de avaliação interna para fins de divulgação dos resultados da avaliação à comunidade acadêmica e à sociedade, dado o caráter social da Educação, prestando conta publicamente das suas responsabilidades na formação integral dos acadêmicos. Entre outros, é redigido no relatório, os instrumentos utilizados na coleta de dados, os métodos de análise empregados, a interpretação dos resultados e conclusões que oferecem algumas respostas às diversas perguntas surgidas durante o processo.

Este relatório gera uma comprovação material do trabalho de auto-avaliação institucional realizada, reconhecendo e valorizando o esforço realizado pelos envolvidos na sua construção. Nele estão expressas as virtudes, méritos, potencialidades, mas também as omissões, deficiências e fragilidades particularmente dos diversos cursos do Centro Universitário Campo Real, no que se referem as dez dimensões previstas em lei e a constante busca da qualidade dos serviços ofertados, reafirmando o compromisso com a sociedade em busca da confirmação da identidade e missão institucional. Anualmente, dentro do cronograma oficial, o relatório da CPA e postado no Sistema e-MEC.

16.2 Sistema de auto avaliação institucional

Cumprida a etapa de constituição da CPA, com normativas estabelecidas na Lei nº 10.861/04 e a sua constituição e composição, estabelecidas na Portaria nº 2051/04, no artigo 7º e § 2º. As demais etapas se seguem e se complementam, sem rigor ordenado, pois se complementam e têm aspectos de transição que se sobrepõem.

A metodologia adotada para a auto avaliação tem enfoque quanti-qualitativo, assim, os dados quantitativos obtidos são utilizados para a contextualização da realidade da instituição e para dar suporte à abordagem qualitativa. A CPA, ao longo de todo o processo, busca a interpretação dos dados coletados, a consulta de documentos pertinentes que subsidiem as análises, e a elaboração de novos documentos/relatórios que forneçam informações complementares às análises, interpretações e deliberações.

A partir da análise crítica dos tópicos indicados no roteiro - núcleos comuns e núcleos optativos - com o objetivo de identificar aqueles mais apropriados para a avaliação por questionário, foram elaboradas questões para docentes, questões para discentes e questões para corpo técnico-administrativo. As perguntas são do tipo múltipla escolha, algumas com valores de 5 a 10, associados ao grau de satisfação referente ao tópico abordado na questão. No final do questionário, é disponibilizada área para comentários abertos, de livre expressão do respondente.

O processo de validação dos questionários consiste na aplicação do instrumento, e nessa fase conta com o apoio do Núcleo de Tecnologia de Informação – NTI. Esse Núcleo conta com sistema informatizado para resposta aos questionários via Web utilizando os recursos existentes no portal da instituição, conhecidos internamente como Aluno on-line, Professor on-line e Colaborador on-line. O acesso a esses recursos é feito por meio de login com senha individual, resultando em maior confiabilidade dos resultados. O sistema registra o acesso do aluno, docente ou outro colaborador e impede duplicidade de avaliações, mas não associa o avaliador à avaliação, garantindo anonimato total do avaliador. Esse sistema mantém em arquivo eletrônico os resultados obtidos para que possam ser recuperados com o objetivo de possibilitar a análise comparativa nas avaliações institucionais subsequentes.



Para esse fim, a instituição desenvolve sistema próprio, o que facilita o acesso aos dados e às alterações necessárias. Desde a implantação do uso dos questionários on-line, a IES optou por realizar a avaliação por meio da livre participação de toda a comunidade acadêmica, considerando toda a população. Para o aperfeiçoamento desse instrumento, o questionário será atualizado/readequado para o ciclo de 2019, também com propósito de sensibilização. Para o técnico-administrativo, utilizou-se de questionários impressos, para facilitar a adesão.

Encerrado o período de avaliação por questionários on-line, o sistema compila as respostas e fornece relatório - arquivo em formato PDF, que são analisados, comparados e os resultados resumidos em gráficos. Posteriormente, os dados são analisados segundo as dimensões definidas pelo SINAES e confrontados com os dados compilados dos documentos pertinentes.

O fluxo de trabalho contempla o arquivamento de todas as versões de cada documento produzido para consultas posteriores, de suporte às análises, e em caso de eventuais divergências. Esse arquivamento foi intensificado a partir de 2010.

Posteriormente à análise, ocorre o processo de divulgação dos resultados da auto avaliação institucional dos Setores, período em que a CPA cumpre as seguintes etapas: Leitura e preparo de síntese dos campos de comentários dispostos nos questionários, e que fundamentam algumas das considerações no ato da entrega individual do relatório a cada um dos setores; reuniões com os setores para entrega dos resultados. No ato da entrega, é promovida a reflexão e o plano de ações para a superação das fragilidades apontadas pelo processo; Seminários Acadêmicos de Avaliação Institucional, com participação de toda a comunidade acadêmica; Reuniões com representantes discentes; proposição/elaboração conjunta de plano de ação; divulgação das deliberações.

Acerca da análise e divulgação dos resultados da auto avaliação dos docentes, a CPA cumpre as seguintes etapas: impressão e organização de todos os relatórios disponíveis via sistema; análise dos resultados pela Reitoria e Pró-Reitoria Acadêmica; entrega às Coordenação de Curso do resultado de individual de seus respectivos colegiados; análise dos resultados por colegiado; análise e proposição/sugestão, pelos coordenadores de curso, do corpo docente para o próximo

semestre letivo, tendo como importantes critérios os resultados de desempenho por disciplinas, turmas e áreas de maior afinidade/desempenho, e a proposição individual dos professores, formalizada por meio de documento próprio para esse fim, de carga horária e disciplinas pretendidas; entrega individual aos professores dos relatórios/resultados, acompanhada de análise coparticipativa, tendo a devolutiva desses resultados caráter formativo, importante momento de reflexão e de construção de melhorias das práticas de ensino e das relações professor/aluno.

Nos procedimentos de auto avaliação e a participação da comunidade acadêmica, registra-se a periodicidade semestral para as ações, previstas no calendário acadêmico, visando o diagnóstico mais preciso e construtivo.

Sobre a sensibilização da comunidade acadêmica, essa é etapa que permeia todas as demais, não ocorrendo em momento estanque. A ampla campanha de divulgação interna é realizada com a assessoria de comunicação da instituição – Setor de Marketing, utilizando diversas mídias disponíveis na instituição. As reuniões com representantes discentes, docentes, coordenadores de curso e com setores, somadas aos seminários acadêmicos de autoavaliação institucional figuram entre os principais mecanismos de sensibilização, pois congregam a ampla e direta divulgação dos resultados e de deliberações já alcançadas, a discussão dos resultados e proposição de melhorias. Essa transparência e liberdade política têm sido relevantes para a efetiva participação.

O planejamento da CPA prevê o preparo e a postagem no Sistema e-MEC do relatório de autoavaliação institucional, seguindo as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065. A essa etapa, sucede-se novo trabalho de divulgação dos resultados, por meio de reuniões e discussões críticas ao processo avaliativo e estabelecimento de metas e ações futuras.

16.3 Sistema de auto avaliação do curso e ações decorrentes do processo

Um dos sistemas de auto avaliação adotados são as reuniões de NDE e de colegiado. Estas reuniões são devidamente registradas em ata própria, devidamente pautadas pela transparência e clareza nas informações nelas contidas. As reuniões acontecem



minimamente quatro vezes por semestre, podendo serem realizadas em momento oportuno conforme convocação da coordenação do curso.

Além disso, o curso de Engenharia Agrônômica está inserido em um Processo de Avaliação Institucional sistematizado na IES. O processo foi implantado em 2004 e passou por reformulações de acordo com os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Neste processo, a Comissão Própria de Avaliação é a responsável pela avaliação permanente de todas as atividades desenvolvidas pela IES e em seus cursos, sejam estas realizadas pelos docentes, discentes ou técnico-administrativos, emergindo como uma atividade de co-responsabilidade.

A avaliação é realizada semestralmente e além do desempenho do corpo docente, atuação da coordenação do curso, avalia as condições estruturais, instalações, serviços e pessoal técnico de apoio, condições de ensino, envolvimento da IES com a comunidade, cumprimento do regimento, das propostas PDI, PPI e PPC.

O conjunto de informações da auto avaliação é suplementado por avaliações de docentes e alunos em reuniões de colegiado e de representantes de turmas. As informações obtidas na auto avaliação institucional são empregadas para melhoria das condições dos serviços ofertados, orientação da coordenação do curso e docentes quanto à condução do processo ensino-aprendizagem.

O resultado final dessa avaliação é uma ação pedagógica integrada, que contribui para o redirecionamento das ações desenvolvidas por todos, na intenção de minimizar fragilidades e descobrir e consolidar potencialidades. A avaliação institucional proposta baseou-se na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa.

A avaliação identifica fragilidades e pontos que requerem melhorias e, forças e potencialidades permitindo aos membros da CPA emitir parecer conclusivo e listar as recomendações necessárias para implementação de melhorias em todas as atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão, administração da IES, instalações físicas, equipamentos, mobiliários, laboratórios e Biblioteca; a exemplo: planejamento e execução do programa de formação permanente para docente e corpo

técnico-administrativo, elaboração e divulgação do perfil do ingresso, incentivo e condições para o aumento das práticas de interdisciplinaridade e do uso de ambiente virtual de ensino, institucionalização do Programa de Iniciação Científica, existência de um órgão que coordena as atividades de extensão e oferta dessas atividades em consonância com as sugestões de docentes e discentes, diversificação de propostas de atividades sociais promovidas pela Instituição.

Já a avaliação específica do desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso é realizada em primeira instância pelo Núcleo Docente Estruturante que, orientado pelo desempenho dos acadêmicos no Exame Nacional dos Estudantes e também nas avaliações do curso propostas internamente pela coordenação, viabilizam as alterações necessárias no PPC e na forma de executar as práxis pedagógicas sempre na busca de aproximação máxima do perfil desejado do egresso que está estabelecido no PPC.

Servem também como forma de avaliação das práticas pedagógicas realizadas no curso a existência de órgãos como a ouvidoria, a Central do Aluno, o NAPP e a Coordenação Acadêmica, todos destinados ao atendimento do aluno e do professor. O relatório emitido pela comissão ministerial que avaliou as condições para a oferta do curso foi estudado pelo colegiado do curso e pelo NDE e as adequações julgadas pertinentes foram todas implementadas como ponto de partida para o processo de reconhecimento do curso.

17 DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

17.1 Núcleo docente estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do curso de Engenharia Agrônômica e tem por finalidade, a implantação do mesmo.



O NDE do curso de Engenharia Agrônômica é formado por um conjunto de professores composto por 5 professores do corpo docente do curso, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e/ou parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

As atribuições do núcleo docente estruturante são:

- ✓ Criar, implantar, atualizar e consolidar o Projeto Pedagógico do curso, definindo sua concepção e fundamentos;
- ✓ Estabelecer e consolidar o perfil profissional do egresso do curso;
- ✓ Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- ✓ Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- ✓ Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- ✓ Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- ✓ Discutir e propor mecanismos de interdisciplinaridade; acompanhar e propor formas de integralização das atividades complementares do curso;
- ✓ Acompanhar as atividades do corpo docente;
- ✓ Acompanhar e supervisionar alunos em estágios curriculares não obrigatórios.

Foram os seguintes os critérios adotados para seleção dos docentes que compõem o NDE do curso de Engenharia Agrônômica: tempo de trabalho na Instituição, titulação, resultados obtidos na Avaliação Institucional coordenada pela Comissão Própria de Avaliação, aderência do docente às disciplinas do curso, capacidade de interação com o corpo discente e exercício de cargos de gestão no curso.

Os integrantes do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Engenharia Agrônômica, conforme ata de nomeação da reunião de NDE nº39 de 2019, estão descritos na tabela 12.

Tabela 16. Professores integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

PROFESSORES COMPONENTES DO NDE

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL Campus Laranjeiras do Sul
Rua Marechal Cândido Rondon, nº 2473 / Centro
Laranjeiras do Sul/ PR CEP: 85301060

1	Mateus Cassol Tagliani
2	Marcos Roberto Barbosa
3	Eliza Gralak
4	Greice D. R. G. Redivo
5	Augusto Fernandes

De acordo com a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010 – o NDE deve “ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso”.

Tabela 17. Titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

PROFESSORES COMPONENTES DO NDE		
INDICADOR	Nº DE PROFESSORES	%
Mestres	1	20
Doutores	4	80
Total – Corpo Docente	5	100

Segundo a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010 – o NDE deve “ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*”.

Tabela 18. Regime de trabalho do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

PROFESSORES COMPONENTES DO NDE		
INDICADOR	Nº DE PROFESSORES	%
Integral	3	60,0



Parcial	2	40,0
Total – Corpo Docente	5	100

Segundo a Resolução CONAES N° 01, de 17 de junho de 2010 – o NDE deve “ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral”.

O NDE reúne-se, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 2 vezes por semestre (uma vez no início do semestre e uma vez ao final do semestre) e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares. As decisões do Núcleo são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

17.2 Atuação do coordenador

A coordenação do curso é atribuição do Coordenador do curso, indicado pelo Reitor, dentre os professores do curso. O Coordenador do curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real atua intensamente na gestão do curso, promovendo a integração entre coordenação, direção e acadêmicos, por meio de atendimentos individuais ou em grupos e mesmo coletivamente. Promove, estimula e participa de atividades acadêmicas e sociais, possibilitando a interlocução entre coordenação e acadêmicos, comunidade interna e comunidade externa.

O Coordenador tem as seguintes atribuições:

- ✓ Fiscalizar o cumprimento do regime escolar e a execução dos programas e horários estabelecidos;
- ✓ Distribuir encargos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão entre os professores do curso, respeitadas as especialidades, coordenando-lhes as atividades;
- ✓ Pronunciar-se sobre o aproveitamento de estudos de adaptação de acadêmicos transferidos e diplomados;
- ✓ Propor a admissão de monitores;



- ✓ Elaborar, juntamente com o NDE, o currículo pleno do curso de graduação, bem como suas modificações;
- ✓ Propor normas de funcionamento dos estágios curriculares;
- ✓ Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento do Centro Universitário Campo Real.

17.2.1 Participação efetiva da coordenação do curso

A Coordenação do Curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul participa efetivamente dos órgãos colegiados acadêmicos da instituição. Esta participação se dará por meio de reuniões e discussões referentes ao andamento do curso em particular e da IES como um todo. O Conselho Superior (CONSU), órgão máximo de deliberação do Centro Universitário é composto pelo Reitor, seu presidente; pelos coordenadores de curso; por representantes da Mantenedora; por professores em exercício, eleitos por seus pares, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos; por um representante discente, indicado pelo respectivo órgão de representação para mandato de um ano, permitida a recondução.

O Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEPE), órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria de ensino, pesquisa, é constituído pelo Reitor, seu presidente; pelos coordenadores dos cursos; por professores em exercício, eleitos por seus pares, com mandato de um ano, permitido a recondução; por representante discente, indicado pelo respectivo órgão de representação, com mandato de um ano, permitida a recondução.

A Coordenadoria do curso será integrada pelo Colegiado, para as funções deliberativas e pelo Coordenador do curso, para as tarefas executivas. O colegiado do curso será constituído pelos professores das disciplinas que ministram aulas no curso e um representante do corpo discente. O colegiado será dirigido pelo coordenador, substituído em suas faltas e impedimentos pelo professor decano do curso. O colegiado do curso reunirá ordinariamente em datas fixadas no calendário escolar e extraordinariamente quando for necessário.

17.2.2 Formação do coordenador do curso

Tabela 19. Formação do coordenador do curso

	COORDENADOR	
	Prof. Mateus Cassol Tagliani	
INDICADOR	GRADUAÇÃO	MESTRADO
Curso	Engenharia Agronômica	Produção Vegetal
Instituição		Universidade Federal do Paraná
Cidade	Cruz Alta- RS	Curitiba/PR
Término	2008	2011

Conforme a tabela acima, o Mestrado foi desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Engenharia Agronômica – Produção Vegetal, da Universidade Federal do Paraná, e teve como tema: PROPAGAÇÃO DE PINHÃO MANSO (*Jatropha curcas* L.) POR SEMENTES E MINIESTACAS.

17.2.3 Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador

17.2.4 Regime de trabalho do coordenador do curso

O Coordenador atua em regime integral com 20 horas semanais na IES. Tem efetiva dedicação à administração e à condução do curso, atuando como coordenadora e docente.

Tabela 20. Regime de Trabalho e a relação com o número de vagas e horas semanais dedicadas à coordenação.

Coordenador	Regime de Trabalho	Número de Vagas Anuais (NVA)	Horas Dedicadas a Coordenação (HDC)	Relação NVA/HDC
Mateus Cassol Tagliani	Integral	50	40	5

Tabela 16. Regime de Trabalho e a relação com o número de vagas e horas semanais dedicadas à coordenação.

17.3 Titulação do corpo docente do curso

A formação dos profissionais do corpo docente do curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real é sólida e atende às necessidades estabelecidas pelo PPC em seu currículo (fundamentado nas Diretrizes Curriculares nacionais para os Cursos de Engenharia Agrônômica).

Além de sólida formação na área da Engenharia Agrônômica, com 35,71% de profissionais engenheiros agrônomos, outros profissionais compõem o corpo docente do curso, das mais diversas áreas do conhecimento, como médicos veterinários, biólogos, químicos, matemáticos, geógrafos, engenheiros ambientais, administradores entre outros. Essa composição gera uma interessante multidisciplinaridade, que estimula o desenvolvimento do acadêmico, imprimindo pontos de vista profissionalmente diferentes em sua formação.

Essa característica do corpo docente fundamenta ainda mais o proposto pelos modernos conceitos de formação generalista adotada pela maioria dos cursos superiores, principalmente na área de ciências agrárias, permitindo uma riqueza de conhecimentos que beneficiará a comunidade, que contará com um profissional de ampla visão social e humanista.

Tabela 21. Titulação do corpo docente.

PROFESSORES COMPONENTES DO NDE

INDICADOR	Nº DE PROFESSORES	%
Mestre	1	20
Doutores	4	80
Total – Corpo Docente	5	100

Esta tabela eclética e gabaritada garante ao curso de Engenharia Agrônômica uma ampla bagagem de conhecimento tanto prático quanto teórico, no que diz respeito ao ensino, a iniciação à pesquisa e à extensão, que contribuem significativamente para o profissional formado pelo curso.

17.4 Titulação do corpo docente do curso – Percentual de Doutores

Tabela 18. Titulação do corpo docente – Percentual de Doutores.

17.4.1 Composição do corpo docente

Tabela 22. Composição do corpo docente.

PROFESSOR	Formação Acadêmica				REGIME DE TRABALHO
	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	

1	Adriana Cristina Loli	Matemática	Ensino de Matemática, Educação de jovens e adultos, docência para o ensino superior	Ensino de Ciências Naturais e matemática		Parcial
2	Anderson Sartorelli	Ciências Econômicas		Desenvolvimento Rural - UFRGS-2017	Desenvolvimento Rural - UFRGS-2022	Parcial
3	Augusto Cezar Prado Pomari Fernandes	Engenharia Agrônômica	-	Agroecologia e desenvolvimento Rural - universidade de São Carlos	Produção vegetal - UNICENTRO	Parcial
4	Eliza Gralak	Engenharia Agrônômica	-	Produção Vegetal - UNICENTRO - 2011	Produção Vegetal-UFPR-2015	Integral
5	Greice D. R. G. Redivo	Engenharia Agrônômica	Tecnologia e produção de sementes - UFPEL - 2005	Produção Vegetal - UTFPR - 2010	Produção Vegetal - UNICENTRO - 2018	Integral
6	João Paulo Niemes	Química	-	Química Aplicada - UNICENTRO - 2013	Química Orgânica - UNICENTRO - 2018	Parcial
7	Leandro Vagner Mascarello	Geografia	Educação e Gestão Ambiental	Utilização e Conservação dos Recursos Naturais - UFSC		Parcial
8	Luciana Luiza Pelegrini	Ciências Biológicas	-	Botânica (UFPR)	Produção Vegetal (UFPR)	Integral
9	Marcos Roberto Barboza	Ciências Biológicas	-	Produção vegetal - UNICENTRO 2009	Produção vegetal - UNICENTRO - 2020	Parcial

10	Rafaela Franqueto	Engenheira Ambiental	-	Engenharia sanitária e ambiental - UNICENTRO-2016	Fundação Universidade Regional de Blumenau- 2020	Integral
11	Rodrigo Dornelles Tortorella	Medicina Veterinária	-	Ciências Animais UnB – Brasília/DF 2009	Ciências Animais UnB – Brasília/DF 2014	Parcial
12	Sandro Mazurechen	Letras UNICENTRO – Guarapuava/PR 2001	Literatura UNICENTRO – Guarapuava/PR 2007	Estudos Linguísticos UFPR – Curitiba/PR 2005	-	Parcial
13	Silmara Pietrobelli	Engenharia Agrônômica	Educação ambiental - faculdade de Educação São Luiz	Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável- UFFS	Produção vegetal - UNICENTRO	Integral

17.5 Regime de trabalho do corpo docente do curso

Tabela 23. Regime de trabalho do corpo docente.

Indicador	Nº de professores	%
Integral	5	38,46
Parcial	8	61,53
Horista	0	0
TOTAL – Corpo Docente	13	100

17.6 Experiência profissional do corpo docente

Tabela 24. Experiência profissional do corpo docente.

Professor(a)	Tempo de magistério superior	Tempo de magistério superior na própria IES	Tempo de exercício profissional fora do magistério superior	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (últimos três anos)
	Meses			Unidade
Adriana Cristina Loli	132	132	192	9
Anderson Sartorelli	72	6	108	1
Augusto Fernandes	12	12	156	1
Eliza Gralak	120	96	36	9
Greice D. R. Gomes Redivo	144	144	78	9
João Paulo Niemes	15	15	15	9
Leandro V. Mascarello	144	144	72	9
Luciana L. Pelegrini	132	120	--	9
Marcos Roberto Barboza	168	168	120	10

Rafaela Franqueto	40	36	-	9
Rodrigo Dorneles Tortorella	118	108	144	9
Sandro R. Mazurechen	180	180	214	15
Silmara Pietrobelli	15	6	15	9

Tabela 25. Percentual do corpo docente com experiência profissional fora do magistério superior.

Indicador	Experiência profissional fora do magistério superior	
	Nº de professores	%
Professores com experiência profissional inferior a 2 anos	3	23,07
Professores com experiência profissional superior a 2 anos	10	76,92
Total – Corpo Docente	13	100

17.7 Experiência de magistério superior do corpo docente

Tabela 26. Percentual do corpo docente com experiência profissional no magistério superior.

Indicador	Experiência profissional fora do magistério superior	
	Nº de professores	%
Professores com experiência profissional inferior a 2 anos	2	14,28
Professores com experiência profissional superior a 2 anos	12	85,71
Total – Corpo Docente	13	100

17.8 Funcionamento do colegiado do curso

- ✓ De acordo com o regimento interno da IES, art. 20 do capítulo VII, constituem o colegiado do curso, todos os docentes do curso e 1 (um) representante do corpo discente.
- ✓ O colegiado do curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário Campo Real campus Laranjeiras do Sul será formado por profissionais que possuem competências nas mais diversas áreas do conhecimento, sendo estas, essenciais no processo de formação do futuro profissional da área das ciências agrárias.
- ✓ O Colegiado de Curso reunirá ordinariamente, em datas fixadas no calendário escolar, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador, por iniciativa própria, por solicitação do Reitor ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros. As reuniões serão registradas em atas.
- ✓ Compete ao Colegiado de Curso:
 - ✓ 1- Aprovar os programas e planos de ensino dos professores que atuam no curso;
 - ✓ 2- Elaborar os projetos de ensino, Iniciação à Pesquisa e extensão e executá-los depois de aprovados pelo Conselho de Ensino e Iniciação à Pesquisa e/ou pelo Conselho Superior
 - ✓ 3- Apreciar o plano e o calendário anual de atividades da Instituição;

- ✓ 4- Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no regimento interno da IES;
- ✓ 5- Discutir assuntos pertinentes ao curso em pautas elaboradas em datas específicas.

17.9 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

A produção científica, cultural, artística ou tecnológica de todos os professores que compõe o colegiado do curso pode ser observada na tabela 17.

Abaixo segue um breve resumo:

Tabela 27. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica de todos os professores que compõe o colegiado do curso.

Indicador	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (últimos 3 anos)	
	Nº de professores	%
Professores com menos de 5 produções – científica, cultural, artística ou tecnológica	2	15,38
Professores com 5 ou mais produções – científica, cultural, artística ou tecnológica	11	84,61
Total – Corpo Docente	13	100

18 DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

18.1 Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI

Todos os docentes contratados em regime de trabalho de tempo integral possuem salas/gabinetes com disponibilidade de equipamentos de informática (computador/notebook/acesso wireless) com dimensões adequadas e condições de



limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade extremamente satisfatórias.

18.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos

A coordenação do curso está instalada em uma sala individual, com computador com acesso à internet e acesso à rede sem fio, mesa, telefone, armário para a guarda de documentos e demais acessórios pertinentes à sua atividade. Há também apoio técnico-administrativo. Os integrantes do NDE e os docentes em tempo integral e parcial, dos cursos existente na IES, atualmente, possuem uma sala específica, também com computadores com acesso à internet, ramal telefônico, acesso à rede sem fio e apoio técnico-administrativo.

18.3 Sala de professores

A IES possui duas salas de professores, equipadas com computadores com acesso à internet e também com rede sem fio. As duas salas dispõem de sofás, cadeiras e mesas para que o trabalho do docente tenha a comodidade necessária às atividades desenvolvidas. É disponibilizada ainda uma sala de reuniões ampla e arejada para as atividades a que se propõem cujo uso depende de agendamento prévio.

18.4 Salas de aula

O Centro Universitário Campo Real, Campus de Laranjeiras do Sul, possui duas unidades, uma localizada na Rua Marechal Cândido Rondon e outra localizada na Rua Santana, conforme cadastro no sistema e-mec. Na unidade Marechal há 5 salas de aula de aproximadamente 57m² cada, comportando 50 pessoas. Todas as salas de aula são dotadas de quadro-negro, tela retrátil para projeção de imagens, carteiras, cadeiras, edital para divulgação de atividades e eventos e mobiliário para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Todas as salas de aula são acessíveis por meio de rampas de acesso e/ou plataforma elevatória/elevador, sinalização em braile, sonora, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação. Na unidade Santana, há 9 salas de aula de iguais condições. O prédio da unidade Santana está sendo ampliado e abrangerá mais salas e locais destinados aos cursos.



Os prédios da Instituição são dotados de recepção com atendimento de recepcionistas e equipe de atendimento. Todos os ambientes públicos da instituição são dotados de vigilância por circuito interno de televisão, vigilância por equipe específica e própria de atendentes e seguro contra acidentes. A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio, etc).

18.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O Laboratório de informática também pode ser acessado por alunos fora do horário de aula ou em horário de aula se não estiver sendo usado.

Esse ambiente possui atualmente 25 computadores para o acesso dos alunos, todos com acesso à internet, distribuídos nos laboratórios de informática e biblioteca. Dessa forma, para utilização das máquinas nas aulas de Comunicação e Metodologia ou Nutrição, os alunos poderão ser divididos em duas turmas para realização das atividades. Há, ainda, o acesso irrestrito à rede wireless da IES. Todos os dias um dos laboratórios e os computadores da biblioteca ficam abertos das 7h30 às 22h40, com acesso livre aos alunos. Os demais laboratórios, quando não utilizados em aulas, são disponibilizados aos alunos mediante solicitação ao setor de Núcleo de Tecnologia de Informação (NTI) da IES. Os softwares instalados podem ser utilizados pelo acadêmico indistintamente, cabendo-lhe solicitar ao técnico responsável a liberação de senha. Não é permitida a cópia ou a instalação de quaisquer softwares nos equipamentos dos laboratórios, sem a prévia autorização, por escrito, de seu responsável. Os laboratórios de informática atendem às necessidades dos alunos em relação ao espaço e conforto, com softwares atualizados e investimento constante, sendo melhorada a capacidade de envio de dados da rede, aumentando a velocidade, conforme o aumento do número de alunos.

Semestralmente os laboratórios de informática são avaliados pelos próprios alunos como parte da Auto Avaliação Institucional da IES, oferecida pela CPA.

18.6 Biblioteca

A biblioteca está situada no quarto piso, possui 110 m² aproximadamente e possui em anexo um espaço para estudos com 13 m², totalizando assim 123 m² destinados ao acerto, consulta e estudos individual e coletivo. Possui 3 computadores para acesso ao sistema da biblioteca, consulta e pesquisa, 1 específico para acessibilidade com recursos tecnológicos. É dotada de espaços para estudos individuais e permite estudos em grupos. O plano de manutenção e expansão, assim como o plano de contingência, estão disponíveis em documento elaborado pela equipe gestora do setor. A Biblioteca é um espaço amplo e que permite a consulta tanto da bibliografia disponível na forma física quanto na digital. Possui internet liberada, de acordo com a LGPD, via wifi. Estão disponíveis para os funcionários um computador que permite o trabalho pleno.

O ambiente da biblioteca é dotado de ventilação, iluminação e acústica que necessitam de espaço físico. O Bibliotecário é legalmente habilitado junto ao Conselho de Biblioteconomia, Eduardo Ramanauskas, CRB nº 1813. O corpo técnico-administrativo da biblioteca é constituído por um bibliotecário, e um auxiliar de biblioteca.

Os treinamentos para o pessoal da biblioteca são realizados e organizados pelos Recursos Humanos da IES; o treinamento na operacionalização do sistema bibliotecário ocorre a cada atualização e entrada de novos atendentes. Os colaboradores da Biblioteca reúnem-se mensalmente para discutir assuntos pertinentes às rotinas e melhorias dos processos internos.

A utilização da Biblioteca é destinada aos professores, alunos, egressos, corpo técnico-administrativo e à comunidade. A sua organização obedece aos objetivos dos cursos ministrados pela Instituição e é regida por Regulamento próprio.

A Biblioteca é uma unidade técnica responsável pelo provimento de informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa e extensão, disponibilizando seu acervo para consulta local ou empréstimo domiciliar. Seu Horário de funcionamento é de 7h30 – 22h40, e seu acervo é formado por diversos materiais bibliográficos em diferentes suportes.

A biblioteca está integrada a outras bibliotecas brasileiras pelo sistema COMUT. Há softwares para baixa visão e cegos nos laboratórios de informática, na biblioteca e na secretaria acadêmica. Os ambientes da biblioteca são acessíveis, sinalização em braile, sonora, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação. Todos os ambientes públicos da instituição são dotados de vigilância por circuito interno de televisão, vigilância por equipe específica e própria de atendentes e seguro contra acidentes. A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio, etc).

Além disso, a Biblioteca do Centro Universitário Campo Real conta com a Biblioteca Virtual (Minha Biblioteca), com acervo disponibilizado aos professores, funcionários e acadêmicos, da graduação e pós-graduação (e egressos até 1 ano após formados) mediante uso de senha pessoal. O acervo é composto de aproximadamente 12.000 títulos.

187 Política institucional de atualização do acervo

A política de expansão e atualização do acervo, denominada na IES como Política de desenvolvimento de coleções, é institucionalizada e prevista no regulamento da biblioteca, devidamente homologado pela Resolução 03/2008.

Seus principais objetivos são:

- estabelecer normas para seleção e aquisição de material bibliográfico;
- disciplinar o processo de seleção, tanto em quantidade como em qualidade, de acordo com as necessidades de bibliografia básica da grade curricular do curso de medicina veterinária, de modo a garantir a demanda de acervo ao número de aluno matriculados no curso e/ou em outros cursos que demandem da mesma bibliografia;
- atualizar permanentemente o acervo, conforme os objetivos do curso e a estrutura curricular;
- determinar critérios para duplicação de títulos;
- estabelecer prioridades de aquisição de material;

- estabelecer formas de intercâmbio de publicações;
- traçar diretrizes para a avaliação das coleções.

Quanto à formação do acervo, o material bibliográfico deve ser selecionado observando os seguintes critérios:

- adequação do material aos objetivos do curso de medicina veterinária;
- autoridade do autor e/ou editor;
- atualidade;
- qualidade técnica:
- quantidade de material sobre o assunto na coleção em acordo com o número de alunos que devem ter acesso ao conteúdo;
- cobertura/tratamento do assunto;
- custo justificado;
- idioma;
- número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes.

Para a garantia da qualidade do processo de seleção de materiais, as bibliografias básicas das disciplinas do curso de Engenharia Agrônômica, são atualizadas periodicamente pelos docentes do curso e constam no Projeto Pedagógico do Curso, em consonância com o Núcleo Docente Estruturante (NDE).

O Centro Universitário Campo Real conta com uma Biblioteca que possui livros das mais diversas áreas, sendo os de Medicina Veterinária atualizados e indicados pelos professores do colegiado do curso e aprovados pelo NDE para o desenvolvimento de suas atividades de ensino e pesquisa. Os livros abrangem as mais diversas áreas do conhecimento das ciências da saúde, permitindo ao aluno um maior embasamento teórico para sua associação com a prática. A política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca do Centro Universitário Campo Real tem por finalidade definir critérios para o desenvolvimento e atualização do acervo.

Seus principais objetivos são:

- estabelecer normas para seleção e aquisição de material bibliográfico;
- disciplinar o processo de seleção, tanto em quantidade como em qualidade, de acordo com as características de cada curso oferecido pela instituição;

- atualizar permanentemente o acervo, permitindo o crescimento e o equilíbrio, do mesmo, nas áreas de atuação da instituição;
- direcionar o uso racional dos recursos financeiros;
- determinar critérios para duplicação de títulos;
- estabelecer prioridades de aquisição de material;
- estabelecer formas de intercâmbio de publicações;
- traçar diretrizes para o descarte do material;
- traçar diretrizes para a avaliação das coleções

A formação do acervo deverá ser constituído de acordo com os recursos orçamentários contemplando os diversos tipos de materiais em seus variados suportes. Estes materiais deverão servir de apoio informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição, além de resguardar obras oriundas da própria instituição.

Critérios de seleção

Quanto à formação do acervo, o material bibliográfico deve ser selecionado observando os seguintes critérios:

- adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da instituição;
- autoridade do autor e/ou editor;
- atualidade;
- qualidade técnica;
- quantidade (excesso/escassez) de material sobre o assunto na coleção;
- cobertura/tratamento do assunto;
- custo justificado;
- idioma;
- número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes;

Seleção qualitativa

Para a garantia da qualidade do processo de seleção de materiais recomenda-se levar em consideração os seguintes aspectos:

- que as bibliografias básicas dos programas das disciplinas dos cursos sejam atualizadas periodicamente pelos docentes, cabendo às unidades encaminhar as solicitações à biblioteca via correio biblioteca@camporeal.edu.br
- coleta de sugestões de materiais feitas pelo corpo discente, através do Sistema Sophia.

Observando ainda:

- cursos em implantação e/ou em fase de reconhecimento e reformulações curriculares;
- renovação de assinaturas de periódicos científicos que já façam parte da lista básica, conforme indicações dos docentes e que possuam uso estatisticamente relevante;
- cursos de pós-graduação em fase de reconhecimento, credenciamento ou recredenciamento.

Seleção quantitativa

a) Livros

Serão adquiridos todos os títulos das bibliografias básicas de cada disciplina na proporção indicada pelos coordenadores dos cursos. A solicitação de quantidade maior deverá ser baseada no número de alunos matriculados na disciplina e deverá ser encaminhada à coordenação e direção da Biblioteca.

b) Periódicos

A cada ano a Biblioteca realiza uma avaliação nas estatísticas de uso dos periódicos correntes com o objetivo de colher subsídios para tomada de decisão nas renovações dos mesmos. A listagem dos títulos com seu respectivo uso será encaminhada às coordenações dos cursos com o intuito de realizar:

- cancelamento de títulos que já não atendem às suas necessidades;
- inclusão de novos títulos necessários para o desenvolvimento do conteúdo pragmático e/ou atualização;
- manutenção dos títulos já adquiridos;

c) Referências

Será dada atenção especial à aquisição de material de referência. Os tipos de materiais incluídos serão enciclopédias, dicionários gerais e especializados,



estatísticas, atlas, guias e catálogos de teses e dissertações. É de competência da Biblioteca a seleção desses materiais, consultando especialistas no assunto/área, quando necessário.

d) Multimeios

Serão adquiridos materiais não convencionais (CD-ROM, DVD, fitas de vídeo etc.), quando comprovada a necessidade destes para o desenvolvimento do ensino, iniciação à pesquisa e extensão.

Doações

Para as doações deverão ser aplicados os mesmos critérios de seleção descritos anteriormente. Não serão adicionados novos materiais ao acervo da biblioteca somente porque foram recebidos de forma espontânea. Após análise do material, a biblioteca poderá dispor o mesmo da seguinte maneira:

- incorporação ao acervo;
- doação para outras instituições;
- descarte e
- devolução ao doador.

Intercâmbio De Publicações Periódicas

Os títulos que forem recebidos, como ofertas de permuta, deverão ser também submetidos aos mesmos critérios de seleção já mencionados. Contudo considerar também:

- Publicações de áreas de pesquisa, ensino e extensão, relevantes ao Centro Universitário e originárias de instituições reconhecidas na área em questão;
- Disponibilidade de material da instituição para realização da permuta;
- troca de modalidade de aquisição junto à instituição publicadora.

Desbastamento

É o processo pelo qual se excluem do acervo ativo, títulos e/ou exemplares, partes de coleções. É um processo contínuo e sistemático para conservar a qualidade da coleção, ocorrendo sempre devido à necessidade de um processo constante de avaliação da coleção; e deve ser feito de acordo com as necessidades da Biblioteca.

Descarte:



É o processo pelo qual, após ser avaliado criteriosamente, o material é retirado ou não incluído na coleção ativa. O descarte de material deve levar em consideração:

- inadequação do conteúdo à instituição;
- obras em línguas inacessíveis;
- obras desatualizadas em que foram substituídas por edições mais recentes;
- obras em condições físicas irre recuperáveis;
- obras com excesso de duplicatas e
- obras não consultadas no período de 5 anos

Avaliação das Coleções

A Biblioteca deverá proceder à avaliação do seu acervo sempre que for necessário, sendo empregados métodos quantitativos e qualitativos a fim de assegurar o alcance dos objetivos da mesma.

Revisão da política de desenvolvimento de Coleções

A cada 4 anos a política de desenvolvimento de coleções deverá ser revisada e, se necessário, atualizada com a finalidade de garantir sua adequação à comunidade acadêmica, aos objetivos da biblioteca e aos da própria instituição; contudo, o processo é dinâmico e flexível e sempre que se fizer necessário, admite adendos e adequação.

18.6.1 Corpo técnico da biblioteca

O corpo técnico-administrativo da biblioteca é constituído por um bibliotecário, dois auxiliares de biblioteca. Os treinamentos para o pessoal da biblioteca são realizados e organizados pelos Recursos Humanos da IES; o treinamento na operacionalização do sistema bibliotecário ocorre a cada atualização e entrada de novos atendentes. Os colaboradores da Biblioteca reúnem-se mensalmente para discutir assuntos pertinentes às rotinas e melhorias dos processos internos.

18.6.2 Acervo

O acervo encontra-se informatizado, permitindo acesso rápido e fácil ao conteúdo dos diferentes tipos de material bibliográfico (livros, multimídia, normas técnicas, teses e dissertações, trabalhos de Graduação e trabalhos de Pós-Graduação). A biblioteca



mantém-se interligada a outras bibliotecas brasileiras, podendo solicitar, a pedido do acadêmico, empréstimo de obras raras e outros suportes. Disponibiliza reserva “on-line” por meio da página institucional www.camporeal.edu.br.

Além do acervo físico, o Centro Universitário Campo Real disponibiliza aos acadêmicos e professores da IES uma plataforma digital de grande acervo de títulos em formato digital chamada de Biblioteca Digital.

As normas específicas para uso do acervo e dos serviços encontram-se à disposição dos consulentes no regulamento da Biblioteca. A atualização do acervo é feita com base nas sugestões encaminhadas pela comunidade acadêmica.

18.6.2.1 Política Institucional de Atualização do Acervo

A implantação da política de seleção e aquisição serve à constante atualização e manutenção da qualidade do acervo, e esta deve ser incorporada como filosofia e metodologia no trabalho da equipe responsável pelo desenvolvimento de coleções da Biblioteca.

O processo de seleção das obras a serem adquirida parte da indicação dos docentes e passa por uma comissão, composta pela direção, bibliotecário e coordenação dos cursos. É primordial que se estabeleça uma política de seleção para evitar que a coleção se transforme em um agrupamento desajustado de documentos, por este motivo foram estabelecidos alguns critérios com o objetivo de:

- ✓ Permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo nas áreas de atuação da Instituição;
- ✓ Identificar os elementos adequados à formação da coleção;
- ✓ Desenvolver programas cooperativos;
- ✓ Estabelecer prioridade de aquisição de material;
- ✓ Traçar diretrizes para o descarte de material.

A formação do acervo deve ser constituída através de uma política de aquisição que prevê a aquisição de diferentes tipos de materiais, tais como: Obras de Referência, Livros, Periódicos, Fitas de Vídeos, DVD entre outros. Os materiais adquiridos devem atender as seguintes finalidades:

- ✓ Suprir os programas de ensino dos cursos da Graduação e Pós-Graduação da IES;
- ✓ Dar apoio aos programas de iniciação à pesquisa e extensão da Instituição;
- ✓ Fornecer obras que elevem o nível de conhecimento geral e específico de seus acadêmicos e colaboradores;
- ✓ Resguardar materiais que resgatem a história da Instituição, como publicações e materiais sobre a mesma.

18.6.3 Bibliografia básica

Corresponde ao material bibliográfico indispensável para o desenvolvimento das disciplinas e considerado de consulta obrigatória. É adquirida em processo contínuo, segunda indicação de professores e coordenação de curso, visando sua composição, com no mínimo três títulos.

18.6.4 Bibliografia complementar

A literatura complementar compõe-se de livros nacionais ou importados necessários à complementação e atualização de bibliografias, seja em nível de pesquisa ou conteúdo programático das disciplinas oferecidas na IES, bem como para o desenvolvimento de atividades administrativas. É adquirida em processo contínuo, segundo indicação de professores e coordenação de curso, visando sua composição, com no mínimo cinco títulos.

18.6.5 Periódicos especializados

A Instituição possui assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, distribuídos entre as principais áreas de conhecimento do curso, com acervo atualizado nos últimos três anos, quais sejam:

1. Scientia Agrícola (USP. Impresso)

Qualis A2

Disponível por: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-9016&lng=en&nrm=iso/>.

2. Revista Brasileira de Entomologia

Qualis B1

Disponível por: < <http://www.horticulturabrasileira.com.br/>>.

3. **Revista Brasileira de Sementes**

Qualis B2

Disponível por: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0101-3122&script=sci_serial>.

4. **Ciência Florestal**

Qualis B1

Disponível por: < <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/cienciaflorestal/index>>.

5. **Revista Brasileira de Zootecnia**

Qualis B1

Disponível por: <<http://www.rbz.ufv.br/rbz/visao/site/index.php>>.

6. **Revista Brasileira de Fruticultura**

Qualis B1

Disponível por: < <http://www.rbf.org.br/index.php>>.

7. **Revista Horticultura Brasileira**

Qualis B3

Disponível por: <<http://www.horticulturabrasileira.com.br/>>.

8. **Revista Ciência Rural – UFSM**

Qualis B2

Disponível por: < <http://coral.ufsm.br/ccr/revista/index.htm>>.

9. **Planta Daninha**

Qualis B1

Disponível por: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0100-8358&lng=en&nrm=iso>

10. **SBCS – Revista Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**

Qualis B5

Disponível por: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0100-0683&script=sci_serial>.

11. **Revista Semina: Ciências Agrárias**

Qualis B3

Disponível por: <

<http://www.uel.br/portal/frm/frmOpcao.php?opcao=http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/semagrarias>>.

12. **Revista Bragantia**

Qualis B2

Disponível por: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0006-8705&lng=en&nrm=iso>.

13. **Revista Ciência e Agrotecnologia**

Qualis B1

Disponível por: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-7054>.

14. **Revista Floriculture & Ornamental Biotechnology**
Qualis B5
Disponível por: < <http://www.globalsciencebooks.info/Journals/issuesFOB.html>>.
15. **Revista engenharia na agricultura**
Qualis B5
Disponível por: < <http://www.seer.ufv.br/seer/index.php/reveng/index>>.
16. **Revista custos e agronegócio**
Qualis B5
Disponível por: < <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/principal.html> >..
17. **Revista Ambiência**
Qualis B5
Disponível por: < <http://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/index>>.
18. **Revista agro@ambiente**
Qualis B5
Disponível por: <<http://revista.ufr.br/index.php/agroambiente/index> >.
19. **Revista Brasileira de Ciências Agrárias (Agrária).**
Qualis B4
Disponível por: <http://www.agraria.pro.br/sistema/index.php?journal=agraria&page=index> >.
20. **PAB – Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira**
Qualis B1
Disponível por: < <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/index>>.
21. **Crop Breeding and Applied Biotechnology/ CBAB - Melhoramento Genético de Plantas e Biotecnologia Aplicada.**
Qualis B1
Disponível por: < <http://www.sbmp.org.br/cbab/siscbab/index.php>>.
22. **Revista Brasileira de Agroecologia**
Qualis B5
Disponível por: < <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia>>.
23. **Revista Engenharia agrícola**
Qualis B1
Disponível por: <<http://www.engenhariaagricola.org.br/>>.
24. **International Journal of Food, Agriculture and Environment**
Qualis B1
Disponível por: <<http://www.isfae.org/scientificjournal.php>>
25. **Journal of Agricultural Science and Technology**
Qualis B1
Disponível por: <<http://jast.journals.modares.ac.ir/>>.

26. **Tropical Plant Pathology**

Qualis B1

Disponível por: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1982-567620130001&lng=pt&nrm=iso>.

27. **Revista PAT – Pesquisa Agropecuária Tropical**

Qualis B2

Disponível por: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/pat> .

28. **Acta Scientiarum Agronomy**

Qualis A2

Disponível por: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciAgron/index>>.

i.

18.7 Laboratórios

O Centro Universitário Campo Real conta com uma estrutura diferenciada e moderna, com equipamentos e tecnologias que colocam a comunidade acadêmica no patamar necessário para a adequada formação técnica, profissional, humanística e pessoal.

Todos os laboratórios atendem às necessidades dos alunos quanto ao conforto, número de equipamentos condizentes com o espaço físico e número de alunos.

Os equipamentos de todos os laboratórios passam por manutenção semestral, principalmente equipamentos como microscópios, que têm um uso intensivo na grande maioria das aulas.

O escopo do seu Sistema da Qualidade abrange a realização de aulas práticas laboratoriais com qualidade aplicando a Política, os Objetivos e os Procedimentos Operacionais Padrões – POP, elaborados de acordo com as BPLC (Boas Práticas de Laboratório Clínico). A fim de proporcionar aos alunos experiência prática laboratorial os tornando competitivos no mercado de trabalho.

Os alunos do primeiro período serão informados pelo técnico quanto aos procedimentos operacionais padrão de cada laboratório já nos primeiros dias de aula, utilizando de forma segura todos os equipamentos e sempre acompanhados pelos professores, técnicos de laboratórios e estagiários, e em todos os laboratórios existe um impresso do POP a disposição de todos.



Ao fim de cada semestre, os professores que utilizam os laboratórios preenchem uma requisição de materiais que serão utilizados para o semestre seguinte, conforme o número de alunos e aulas práticas que serão realizadas.

Semestralmente os laboratórios são avaliados pelos alunos como parte da Avaliação Institucional da IES, oferecida pela CPA, e estes resultados são utilizados para melhorar a infraestrutura e os serviços prestados pelos laboratórios.

ii.18.7.1 Laboratórios didáticos de formação básica.

O laboratório de Informática possui atualmente 25 computadores de mesa, todos com acesso à internet, distribuídos nos laboratórios de informática, biblioteca. Dessa forma, para utilização das máquinas nas aulas de Comunicação e Metodologia ou Nutrição, os alunos poderão ser divididos em duas turmas para realização das atividades. Há, ainda, o acesso irrestrito da rede wireless da IES. Ainda a Instituição conta com uma sala Smart, com computadores conectados à rede de Internet, bem como a sala conta com acesso à rede sem fio, funcionando de forma *full time*. Ainda, diariamente, um dos laboratórios e os computadores da biblioteca ficam abertos das 7h30 às 22h40, com acesso livre aos alunos. Os demais laboratórios, quando não utilizados em aulas, são disponibilizados aos alunos mediante solicitação ao setor de Núcleo de Tecnologia de Informação (NTI) da IES. Os softwares instalados podem ser utilizados pelo acadêmico indistintamente, cabendo-lhe solicitar ao técnico responsável a liberação de senha. Não é permitida a cópia ou a instalação de quaisquer softwares nos equipamentos dos laboratórios, sem a prévia autorização, por escrito, de seu responsável. Os laboratórios de informática atendem às necessidades dos alunos em relação ao espaço e conforto, com softwares atualizados e investimento constante, sendo melhorada a capacidade de envio de dados da rede, aumentando a velocidade, conforme o aumento do número de alunos. Semestralmente os laboratórios de informática são avaliados pelos próprios alunos como parte da Avaliação Institucional da IES, oferecida pela CPA.

iii.18.7.2 Laboratórios didáticos de formação específica



Todos os laboratórios contam com bancadas e banquetas para os alunos o suficiente para que todos permaneçam sentados durante as aulas. Se necessário, a turma será dividida para realização das práticas. Os laboratórios serão avaliados pelos alunos na Avaliação Institucional e sempre que necessário serão aplicadas melhorias e ampliações nos espaços bem como aquisição de materiais e equipamentos. Os laboratórios contam também com armários para que os alunos guardem seus materiais antes das aulas.

iv.18.7.3 Laboratório de Química e Bioquímica

O laboratório de bioquímica auxilia na aprendizagem prática da “química da vida”, ou seja, o grande emaranhado de reações químicas que ocorrem dentro da célula, de forma a minimizar as perdas energéticas e maximizar o benefício biológico. Nesse laboratório, simulam-se as reações químicas ocorridas na planta por meio da utilização protocolos de experimentações. São observados processos como degradação enzimática, digestão de proteínas, lipídios e carboidratos.

O escopo do seu Sistema da Qualidade abrange a realização de aulas práticas laboratoriais com qualidade aplicando a Política, os Objetivos e os Procedimentos Operacionais Padrões – POP, elaborados de acordo com as BPLC. A fim de proporcionar aos alunos experiência prática laboratorial os tornando competitivos no mercado de trabalho.

As disciplinas atendidas por estes laboratórios são: química, bioquímica e fertilidade do solo. Especificamente na disciplina de bioquímica os acadêmicos têm a oportunidade de acompanhar o processo de extração de carboidratos, lipídeos, proteínas e ácidos nucleicos. Após a extração, os alunos aprendem como purificar e caracterizar qualitativa e quantitativamente estas moléculas bioquímicas, além de aprender a realizar trabalhos com cinética enzimática e de avaliação metabólica.

v.18.7.4 Laboratório de Biologia Celular e Entomologia



Propicia estudar os princípios e teorias da Biologia Celular e Molecular e Entomologia, aprimorar seus conceitos, sua importância, compreender a Biologia e a genética para as ciências agrárias, seus estudos, seus avanços tecnológicos. Os acadêmicos aprendem, no decorrer do curso, práticas de laboratório que são tão importantes quanto as aulas à campo.

O laboratório propicia novas possibilidades de aulas práticas para os nossos alunos de Engenharia Agrônoma, como por exemplo: a extração de DNA purificado, ou seja, a separação do material genético de proteínas, enzimas e outros componentes celulares.

A utilização das cubas de eletroforese, outro exemplo, nos permite fazer a revelação do DNA, através das bandas, e assim, a interpretação do material a ser analisado. Os microscópios ópticos são importantes nas aulas de visualização de cromossomos (animal/vegetal) e das divisões celulares mitose e meiose, pois com o auxílio de reagentes adequados, pode-se realizar essas técnicas com qualidade.

Tais aulas auxiliam o acadêmico a perceber as suas afinidades, dentro do leque de possibilidades de se inserir no mercado de trabalho que o curso oferece.

Utilizado também nas disciplinas de Entomologia I, Entomologia II, e outras em que a observação microscópica dos elementos se faz necessária.

São realizadas aulas práticas de morfologia e anatomia externa bem como de fisiologia e morfologia interna dos insetos. Também são utilizados para a aprendizagem de coleta, montagem e conservação de coleções entomológicas. Ao longo das disciplinas os alunos de Engenharia Agrônoma utilizam o laboratório para observação e identificação de insetos pragas e inimigos naturais.

A identificação correta das espécies de insetos é de extrema importância para o manejo correto de insetos pragas nas culturas, bem como a identificação e utilização de agentes de controle biológico. Esses trabalhos são utilizados com auxílio dos microscópios estereoscópicos, centrífuga, microscópio triocular, tv de plasma dentre outros equipamentos.

vi.18.7.5 Laboratório de Desenho



O laboratório de Desenho técnico atende as disciplinas de Desenho técnico, topografia, cartografia e construções rurais. Contém 12 pranchetas e régua necessárias para o desenvolvimento das atividades ligadas à disciplina.

vii.18.7.6 Laboratório de Anatomia Animal

Visa fornecer aos estudantes do curso de Engenharia Agrônoma Os conhecimentos básicos anatômicos dos sistemas (esquelético, muscular, circulatório, respiratório, urogenital, endócrino e sistema digestório), propiciando aos alunos condições para a realização de estudos e trabalhos práticos, identificando e manuseando as estruturas anatômicas. As disciplinas que utilizam este laboratório são Anatomia e Fisiologia Animal e Zootecnia.

viii.18.7.7 Laboratório de Microbiologia e Análises Clínicas

As aulas práticas de Microbiologia Agrícola e Fitopatologia I realizadas neste laboratório visam a identificação de doenças e de agentes patogênicos das principais culturas. Há uma dinâmica de coleta do material diretamente na lavoura, da Fazenda Experimental do curso, bem como coleta de sementes em Cooperativas da região, para posterior análise no laboratório.

b.

i.18.7.8 Outras estruturas físicas

ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA PARA OS ALUNOS: local arejado, espaçoso, com boa luminosidade, com mesas e cadeiras para utilização, acesso a rede de internet sem fio, com acesso direto, também, aos setores da instituição.

RECEPÇÃO: Balcão de atendimento com telefone, computador de mesa conectado à internet para orientações gerais. Espaço com uma recepcionista constante nos horários de atendimentos da instituição.

CENTRAL DE ATENDIMENTO UNIFICADO (CAU): Concentra-se nesse setor os atendimentos da secretaria acadêmica, financeiro e central do aluno. Equipada com



telefone, computadores de mesa conectados à internet, impressoras, sistemas institucionais, armários para guarda documental e acesso ao arquivo permanente e intermediário. Contém duas baias de atendimento, com cadeiras disponíveis para o atendimento e com longarinas para as pessoas aguardarem a sua vez no atendimento.

ARQUIVO: Local destinado para o arquivamento documental permanente e intermediário.

FINANCEIRO: Setor equipado com mesa de escritório, computador de mesa conectado à internet, telefone, impressora, sistemas institucionais, armários, cadeiras para atendimento. Local reservado.

CENTRAL DO ALUNO: Local de atendimento individual de alunos, setor equipado com mesa de escritório, computador de mesa conectado à internet, telefone, impressora, sistemas institucionais, armários, cadeiras para atendimento. Local reservado.

NAPP: Local de atendimento individual, ou coletivo de alunos, setor equipado com mesa de escritório, computador de mesa conectado à internet, telefone, impressora, armários, cadeiras para atendimento. Local reservado para atendimento pedagógico e psicopedagógico.

SALA PARA ATENDIMENTO INDIVIDUAL DE ALUNOS: Sala utilizada para que os docentes possam atender alunos quando solicitado. Local de atendimento individual de alunos, setor equipado com mesa de escritório, computador de mesa conectado à internet, cadeiras para atendimento. Local reservado.

APOIO PEDAGÓGICO (localizado na sala dos professores): Local na sala dos professores destinado ao apoio de professores dos acadêmicos, com acesso à mesa de trabalho, computador de mesa com acesso à internet, impressora, telefone, cadeiras para atendimento.

SALA SMART: Espaço com computadores de mesa, conectados à internet, com rede sem fio disponível, aberto em caráter *full time* para uso dos acadêmicos para consultas, realização de trabalhos e atividades em geral.

AUDITÓRIO: Local amplo e arejado, bem iluminado, capacidade para 50 lugares, com cadeiras, equipamento de som e vídeo, projetor, púlpito, mesa de trabalhos, espaço



destinado a cadeirante, ventilação mecânica (ventiladores), acesso à internet sem fio, computador de mesa para projeção, mesa de som.

SALA DE VIDEOCONFERÊNCIA: Local equipado com mesa de reuniões, cadeiras, equipamento de videoconferência, TV, sistema de som, internet sem fio, telefone, sala com boa luminosidade.

SALA DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA): Local equipado com mesa de escritório, computador de mesa conectado à internet, telefone, impressora, armário, mesa de reuniões, cadeiras, boa luminosidade.

SALA DO NTI E MULTIMEIOS: Espaço com mesas de trabalho, computadores de mesa, conectados à impressora, local para armazenamento de data shows, equipamentos de som, equipamentos de informática. Sala para atendimentos de alunos com dúvidas sobre os recursos tecnológicos e acessos ao portal do aluno.

CANTINA: Local com mesas e cadeiras disponíveis, equipada para comercialização de lanches rápidos. Empreendimento terceirizado, porém que entra como item na avaliação institucional.

18.8 Secretaria

A Secretaria Geral é o órgão concentrador das atividades administrativas acadêmicas do Centro Universitário Campo Real e obedece às normas estabelecidas no regimento da IES, emanadas de órgãos superiores e ainda, da legislação vigente no que concerne à sua atividade. A função da Secretaria Geral é dar suporte aos setores a ela vinculados, providenciar arquivamento ordenado e seguro da documentação gerada pela administração acadêmica, atendimento aos acadêmicos (prestando informações, agilizando consultas e informando do andamento de processos acadêmico-administrativos de interesse do acadêmico). A secretaria atende de segunda-feira a sexta-feira das 8h30min às 12h e 13h às 22h40min e aos sábados das 8h às 12h.

c. 18.9 Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

O Centro Universitário Campo Real apresenta plenas condições de acesso e garante a acessibilidade física para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003. Em vista dos atos normativos que regem as questões de acessibilidade, e das referências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que tratam da normalização técnica no Brasil, do Centro Universitário Campo Real desenvolve ações que proporcionam condições igualitárias de acesso aos espaços para que todos possam usufruir de seus direitos da forma mais abrangente e menos restritiva possível.

Dessa maneira, tendo como pressuposto que, para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano, a acessibilidade tem como princípio possibilitar e dar condições de alcance, percepção e acesso ao conhecimento, o Centro Universitário Campo Real visa proporcionar a todos seus discentes, docentes e colaboradores, bem como à comunidade em geral, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização autônoma e segura do ambiente, dos equipamentos e dos elementos disponíveis na instituição.

Pautando-se na percepção das diversidades, evidencia-se a necessidade de que os espaços edificados se adéquem de maneira que um leque cada vez maior de usuários seja atendido. Assim, é preciso pensar um ambiente livre de barreiras que beneficie todos os usuários e não apenas determinado segmento. Esse conceito de desenho universal, que busca pensar em todo usuário, planejando os espaços de forma mais abrangente e explorando a integração social, é uma tendência mundial e permeia os fundamentos do atendimento e respeito às pessoas com deficiência permanentes ou temporárias.

Para atender a pessoas portadoras de deficiências ou mobilidade reduzida permanente ou temporária, o Centro Universitário Campo Real firma-se no disposto

na Lei No 10.098 de 19 de Dezembro de 2000 (Acessibilidade) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050:

- instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas (Capítulo I, Art.2, Parágrafo III, V);
- ajudas técnicas: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico (Capítulo I, Art.2, Parágrafo III, VI);
- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo - vias públicas, estacionamentos, parques, etc. (Capítulo II, Art. 3);
- disponibilização de rampas com corrimãos e elevadores, facilitando a circulação e cadeira de rodas e as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida (Capítulo II, Art.5);
- adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas (Capítulo II, Art.6);
- disponibilização de barras de apoio nas paredes dos banheiros (Capítulo II, Art.6);
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços (Capítulo IV, Arts. 7 e 11, Parágrafo Único), e sinalização com o Símbolo Internacional de Acesso (Lei no 7405);
- Os edifícios dispõem de banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Capítulo IV, Art.11, IV);
- Uso do Símbolo Internacional de Acesso afixada em local visível ao público (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050), sendo utilizada principalmente nos seguintes locais:
 - a) entradas;
 - b) áreas e vagas de estacionamento de veículos;
 - c) áreas acessíveis de embarque/desembarque;
 - d) sanitários
 - e) áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência;
 - f) áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas; e

g) equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência.

Tendo em vista todos esses conceitos e os dispositivos legais levantados acima, o Centro Universitário Campo Real promove a acessibilidade arquitetônica em todos os quesitos, quais sejam:

- **DIMENSÕES REFERENCIAIS DE DESLOCAMENTO:** cumpridas por meio de comunicação (visual e tátil) e sinalização (permanente, direcional, de emergência, e temporária).
- **USO DOS SÍMBOLOS INTERNACIONAIS DE ACESSO:** tanto para pessoas com mobilidade reduzida como para pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva.
- **SINALIZAÇÃO TÁTIL:** tanto do tipo alerta como direcional posicionado abaixo dos caracteres ou figuras em relevo em sanitários, salas, elevadores, portas, corrimãos, escadas, etc. (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050).

Além disso, uso de sinalização tátil de alerta e direcional no início e final de pisos, escadas fixas, rampas, elevadores, rebaixamento de calçadas, áreas de circulação na ausência ou interrupção da guia de balizamento, indicando o caminho a ser percorrido e em espaços amplos (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050).

- **ROTAS DE FUGA e SAÍDAS DE EMERGÊNCIA:** sinalizadas com informações visuais.
- **RAMPAS:** seguem as orientações normativas e a acessibilidade é garantida nas rotas de maior fluxo de pessoas.
- **ELEVADORES:** conta um elevador para usos exclusivo de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida permanente ou provisória.
- **VAGAS PREFERENCIAIS:** Há vagas de estacionamento preferenciais para veículos conduzidos ou que conduzam pessoas com deficiências.
- **BANHEIROS:** Há banheiros equipados com acessórios que garantem a possibilidade de uso por parte de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida permanente ou provisória.

- **ESPAÇOS PRIVATIVOS:** Os ambientes (laboratórios, salas de aula, biblioteca, auditórios e similares) contam com espaços reservados para com deficiência ou mobilidade reduzida.
- **SÍMBOLO INTERNACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL/AUDITIVA:** O uso do símbolo internacional de pessoas com deficiência visual/auditiva para indicar a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual, caso seja solicitado, poderá ser utilizado (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050);
- **SINALIZAÇÃO SONORA:** Há possibilidade de uso de sinalização sonora, assim como os alarmes vibratórios, associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, para que se alerte as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva (surdez), caso seja solicitado. (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050);

Além dessas iniciativas, são realizadas avaliações periódicas dos espaços para manutenção dos dispositivos já instalados e para eliminação de possíveis e futuras barreiras físicas que possam ocorrer. Com isso, o Centro Universitário Campo Real, de acordo com o que prescreve a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assume o compromisso formal de proporcionar, caso sejam solicitadas, desde o acesso até a conclusão do curso, quaisquer reivindicações formais previstas em lei no que se refere à acessibilidade física, pedagógica, atitudinal e das comunicações.

Dessa forma, a acessibilidade física é respeitada, de maneira que todo membro do corpo discente, docente, colaboradores e comunidade em geral que apresente uma deficiência ou dificuldade permanente ou temporária, ou que necessite de quaisquer recursos suplementares para viabilizar seus processos de participação e aprendizagem nos espaços educacionais seja considerado. Todos os laboratórios, salas de aula, biblioteca, ambientes administrativos, auditórios, áreas de convivência possuem espaços reservados para pessoas em cadeiras de rodas, obesas ou com mobilidade reduzida além de mobiliário acessível e circulação acessível.

As rampas existentes estão todas adequadas e conforme a legislação vigente, nos locais onde não é possível atender a declividade máxima de 8,33%, foi possível deixar



com declividade inferior a 12%, o que é plenamente permitido pela lei em casos de adequações de ambientes e as entradas principais estão equipadas com painéis, com mapas táteis. Os corrimãos estão adequados de acordo com a norma e com a indicação de Engenheiro contratado e habilitado.

As salas de estudo e mesas estão adaptadas aos alunos com deficiência assim como o balcão de atendimento e os terminais de consulta.

Entre as estantes de livros, o espaço é aquele preconizado pela NBR. Quanto à altura das estantes, são disponibilizados atendentes para auxiliar quaisquer pessoas que necessitem atingir a última prateleira de livros.

Salas de aula: A IES adquiriu kits de carteiras para cadeirantes e obesos e o acesso a todas as salas de aula está garantido por plataformas e elevadores e há identificação em Braille em todas as salas.

As dependências indispensáveis para o acesso do discente (secretaria, tesouraria, biblioteca, sala de estudos, salão nobre, cantina e área de convivência) comportam o trânsito de pessoas com deficiência através de rampas de acesso. Todos os prédios existentes também estão equipados com dependências sanitárias especiais. O mesmo ocorrerá com as instalações a construir.

Declaração e termo de compromisso

A UB – Campo Real Educacional S.A. declara que as instalações de sua unidade educacional, situada à rua Comendador Norberto, 1299, Guarapuava – PR., estão adaptadas para atender ao que determina a Portaria MEC no 1679, de 02/12/99, em seu art. 2o, parágrafo único, alínea “a”, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras

a) para alunos com deficiência física:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira-de-rodas;



- adaptação de portas e banheiros para permitir o acesso de cadeira-de-rodas;
- colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- instalação de lavabos, bebedouros, e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira-de-rodas.

A UB Campo Real Educacional S.A. assume o compromisso formal de atender sempre a legislação vigente para garantir a acessibilidade plena nas dependências do Centro Universitário Campo Real.

Presidente da Mantenedora

Da mesma forma do que concerne à Acessibilidade Física, o Centro Universitário Campo Real apresenta plenas condições de garantia de acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

A acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações envolve estratégias que permitam o acesso do discente com deficiência ao currículo, à sua interação social, ao enriquecimento curricular, à compactação curricular, e/ou à aceleração de conteúdos ou de estudos, quando necessário. A partir desse conceito, dentro das especificidades de cada disciplina, são determinados critérios para que os discentes com deficiência (desde deficiências ou dificuldades, até altas habilidades ou superdotação) sejam efetivamente incluídos no ambiente acadêmico.

No sentido de cumprir o disposto nos atos normativos concernentes à política de acessibilidade (ABNT, 2004; Brasil, 2001; 2004; 2006; 2008; 2011; 2015) e tendo como finalidade garantir a adequação aos novos posicionamentos e métodos de ensino fundamentados em concepções e práticas pedagógicas inseridas a partir dos avanços conceituais postulados pelas teorias educacionais, o Centro Universitário Campo Real, tanto na Graduação quanto nos seus Programas de Pós-Graduação, tem garantido adequações pedagógicas atitudinais para que as demandas dos



discentes matriculados em seus cursos sejam supridas. Assim, na busca da excelência no ensino superior, o Centro Universitário Campo Real promove a inserção da acessibilidade nas diferentes ações e setores da Instituição e destaca que o reconhecimento e a valorização da diferença humana, a partir da acessibilidade, constam de todas as demais políticas e programas da Instituição. Isso é evidente no planejamento e promoção de mudanças requeridas pelos atos normativos e no desenvolvimento de ações e programas garantam a transversalidade da educação especial.

Todas essas ações dão suporte para que se institua uma política de acessibilidade que compreenda a inclusão plena dos discentes com necessidades de atendimento diferenciado. Com isso, contempla-se a acessibilidade: nos processos de seleção de alunos; no planejamento e execução orçamentária; nos projetos pedagógicos dos cursos; na composição do quadro de profissionais; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações on line; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização e recursos acessíveis.

Assim é que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), articulam-se com os gestores institucionais e professores, no sentido de considerar os pressupostos epistemológicos, filosóficos, legais e políticos da educação inclusiva. O objetivo principal de todo esse conjunto de atitudes visa a garantir a formação de futuros profissionais conscientes de sua responsabilidade social para que se construa uma sociedade democrática e tolerante com as diferenças.

- Nessa perspectiva, compõem esse objetivo, ações referentes à:
- Reconhecimento da diversidade dos discentes que frequentam a Instituição;
- Inserção da educação inclusiva no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), planejando e promovendo as mudanças demandadas pelos atos normativos;
- Garantia a superação de barreiras físicas referentes aos instrumentos, aos utensílios e às ferramentas de estudo;
- Estrutura curricular considere possibilidades de diversificação curricular demandadas pelas diferentes necessidades que exijam atenção especial;



- Cumprimento das diretrizes inclusivas na instituição como um todo;
- Garantia da superação de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo, na forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional;
- Organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados tanto nos processos seletivos quanto no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Ampliação dos recursos de Tecnologia Assistiva disponíveis às pessoas com deficiência, tanto no que se refere a deficiências quanto no que se refere a altas habilidades e superdotação;
- Atendimento a pessoas com deficiência;

Entre as múltiplas possibilidades de apoio, estão à disposição, de acordo com o que preceitua a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, caso sejam solicitados, desde o acesso até a conclusão do curso, os seguintes recursos:

Oportunidade de responder às questões oralmente nos transtornos de aprendizagem específico da leitura e da escrita (Dislexia, Dislalia e Discalculia)

Possibilidade de tempo adicional para a resolução de provas escritas (em geral 25% a mais), para os casos de distúrbios de aprendizagem (como Dislexia e Discalculia) e Transtorno do Déficit de Atenção.

A atitude inclusiva da Instituição estimula a remoção de barreiras, respeita as diferenças e diversidades, e reconhece e promove a igualdade de direitos, além de propiciar condições de acessibilidade. Ela implica a articulação dos princípios e valores que são inerentes à formulação das políticas e das práticas institucionais nas esferas pedagógica e da gestão, com medidas que compreendam um conjunto de dimensões múltiplas, que se apoiam na aceitação dos indivíduos sem preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações.

Em conformidade com os dispositivos legais e políticos em que se assenta a política de acessibilidade referente à inclusão total dos estudantes (Brasil, 2001; 2004; 2006;

2008; 2011; 2015), o Centro Universitário Campo Real garante os recursos necessários à participação e aprendizagem de todos os discentes, não só os que apresentem quaisquer tipos de deficiências, mas também os demonstrem alguma dificuldade durante sua trajetória educacional.

Para que isso se realize, o Centro Universitário Campo Real dispõe de pessoal capacitado de diferentes áreas de formação no sentido de se contemplarem as mais variadas dimensões do conceito de acessibilidade. Portanto, os especialistas dos próprios corpos docente e técnico- administrativo sempre são consultados para que se efetivem as ações e adaptações necessárias.

d. Adaptabilidade para portadores de deficiência visual

Caso ocorra o ingresso de discentes com deficiência visual, o Centro Universitário Campo Real reitera seu dever de provimento de condições que possibilitem o acesso às atividades e aos meios pedagógico-educacionais, como adaptação de trechos de livros para dispositivo de software de leitura com sistema de síntese de voz, além de lupas e régua de leitura.

Para que as pessoas com cegueira ou baixa visão possam ter acesso efetivo ao conjunto de ações pedagógicas, o Centro Universitário Campo Real poderá considerar a disponibilização dos seguintes equipamentos e serviços, de acordo com o que prescreve a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assumindo o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- assegurar à pessoa portadora de deficiência visual usuária de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal nos locais da instituição de uso coletivo (LEI No 11.126);
- gravador e fotocopiadora que amplie textos (Portaria Ministerial MEC no 3284);
- lupas manuais, de apoio ou de mesa para magnificação, e régua de leitura (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009);
- scanner acoplado a computador (Portaria Ministerial MECno 3284);



- ampliação de fontes, de sinais e símbolos gráficos em livros, apostilas, textos avulsos, jogos, agendas, entre outros (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009);
- presença de profissionais intérpretes de escrita em braile (Portaria Ministerial MEC no 3284);

19 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

O Centro Universitário Campo Real, entendendo o crescimento da iniciação à pesquisa envolvendo seres humanas que é desenvolvida de forma interna, bem como da escalada da pesquisa local e regional, atendendo à legislação vigente, torna público seu Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa, segundo resolução nº59/2017, norma esta que visa otimizar os processos de submissão, análise e aceitação de projetos, para que ampliem a segurança dos envolvidos e melhorem o alcance dos resultados obtidos.

O Comitê de Ética em Pesquisa desta IES tem suas atividades regidas pelo Regimento Interno, que está adequado às legislações vigentes no âmbito da pesquisa, especialmente à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e a Resolução CNS 370, de 08 de março de 2007, que dispõe sobre credenciamento e renovação de CEP na CONEP. O presente Regimento também está em consonância com os Regimentos e Estatutos desta Instituição. O CEP atende aos cursos de Guarapuava e também irá atender aos cursos de Laranjeiras do Sul.